UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

CÂMPUS DE RIO CLARO

INTISTUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

Programa de Pós-graduação em Geografia

MATHEUS GALVANI LOFRANO

A Apropriação da Terra pela Produção Capitalista em Tanabi (SP)

Rio Claro, SP

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

Matheus Galvani Lofrano

A apropriação da terra pela produção capitalista em Tanabi (SP)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio Claro – SP

2022

L828a

Lofrano, Matheus Galvani
A apropriação da terra pela produção capitalista em Tanabi (SP) / Matheus Galvani Lofrano. -- Rio Claro, 2022
126 p. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

1. Geografia Agrária. 2. Economia Política. 3. Fronteira Agrícola. 4. Ideologias Geográficas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Folha de aprovação - Mestrado

Matheus Galvani Lofrano

A apropriação da terra pela produção capitalista em Tanabi (SP)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Comissão Avaliadora

-Sedeval Nardoque
-Bernadete Ap. de Castro
-Diego Corrêa Maia

Assinatura do autor:

Assinatura do orientador:

Rio Claro, SP, 08 de julho de 2022

Agradecimentos:

Agradeço profundamente aos meus pais, que sempre me incentivaram e subsidiaram a minha jornada de estudos. Agradeço também aos meus amigos, tanto da UNESP Rio Claro, quanto de minha cidade natal, pela paciência de me ouvirem e contribuírem de alguma forma para minha investigação historiográfica.

Meu sentimento de gratidão também é destinado aos meus avós, que me ensinaram desde sempre o valor e a importância do trabalho concreto, especialmente ao meu avô materno, Moacir Galvani, homem humilde, que através da sua incessante força despendida de seus nervos longevos construiu certo patrimônio, conquistou uma vida digna, representando quem verdadeiramente deveria ser enaltecido na formação do município tanabiense. O trabalhador, o camponês, e o posseiro.

Tenho muita gratidão também por Gisleidy Violin, mãe de um grande amigo, professora de língua portuguesa, e que corrigiu meu trabalho.

Agradeço também à Terso Marcel Mazza, entusiasta da história tanabiense, advogado, e que muito gentilmente me disponibilizou alguns livros e registros sobre as obras de Sebastião Almeida de Oliveira.

Sou muito grato à Bernadete de Castro e Sedeval Nardoque, professores incríveis que aceitaram o convite gentilmente para compor minha banca examinadora, e me ajudaram muito com suas indicações de leituras complementares à minha dissertação.

E por fim, exponho minha imensa gratificação ao meu orientador Paulo R. T. Godoy, pela sua compreensão, respeito, e erudição nos momentos de indicação de obras e arcabouços teóricos a se seguir.

Nós nos negamos a escutar as vozes que nos advertem: os sonhos do mercado mundial são os pesadelos dos países que se submetem aos seus caprichos. Continuamos aplaudindo o sequestro dos bens naturais com que Deus, ou o Diabo, nos distinguiu, e assim trabalhamos para a nossa perdição e contribuímos para o extermínio da escassa natureza que nos resta. Exportamos produtos ou exportamos solos e subsolos? Salva vidas de chumbo: em nome da modernização e do progresso, os bosques industriais, as explorações mineiras e as plantações gigantescas arrasam os bosques naturais, envenenam a terra, esgotam a água e aniquilam pequenos plantios e as hortas familiares. Essas empresas todo-poderosas, altamente modernizadas, prometem mil empregos, mas ocupam bem poucos braços. Talvez elas bendigam as agências de publicidade e os meios de comunicação que difundem suas mentiras, mas amaldiçoam os camponeses pobres. Os expulsos da terra vegetam nos subúrbios das grandes cidades, tentando consumir o que antes produziam. O êxodo rural é a agrária reforma; a reforma agrária ao contrário. Terras que poderiam abastecer as necessidades essenciais do mercado interno são destinadas a um só produto, a serviço da demanda estrangeira. Cresço para fora, para dentro me esqueço. Quando cai o preço internacional desse único produto, alimento ou matéria-prima, junto com o preço caem os países que de tal produto dependem. E quando a cotação subitamente vai às nuvens, no louco sobe e desce do mercado mundial, ocorre um trágico paradoxo: o aumento dos preços dos alimentos, por exemplo, enche os bolsos dos gigantes do comércio agrícola e, ao mesmo tempo, multiplica a fome das multidões que não podem pagar seu encarecido pão de cada dia. O passado é mudo? (...) A monocultura é uma prisão. A diversidade, ao contrário, liberta. A independência se restringe ao hino e à bandeira se não se fundamenta na soberania alimentar. Tão só a diversidade produtiva pode nos defender dos mortíferos golpes da cotação internacional, que oferece pão para hoje e fome para amanhã. (...) (GALEANO, 2010, n.p.)

Resumo: O trabalho propõe uma série de reflexões acerca do histórico territorial e da mudança na dinâmica do modo de produção agrária/agrícola, promovida pelo mercado mundial, em Tanabi, município do noroeste do estado de São Paulo, entre fim do séc. XIX e meados do XX. Os três primeiros capítulos promovem, de maneira sintetizada, um caminho categorial dentro da perspectiva da valorização do espaço sob os fundamentos da Teoria Marxista do Valor. Os dois últimos capítulos se debruçam no histórico de formação territorial do município e expõem o choque ideológico entre os posseiros, (representando as Frentes de Expansão) com os fazendeiros (que estavam atrelados a Frente Pioneira) conduzidos pelas interioridades da Estrada Boiadeira do Taboado. A ideia de Ideologia Geográfica será trazida ao arcabouço teórico no sentido de se compreender o eterno projeto conservador da valorização territorial pensada pelo poder público frente às mudanças socioeconômicas, representando somente aos interesses do grande capital, principal determinante das precárias condições das relações de trabalho dos trabalhadores rurais subservientes aos fazendeiros. Ao final do trabalho, se espera contribuir para o debate histórico-dialético da formação territorial do município tanabiense.

Palavras-chave: *Geografia Agrária, Economia Política, Fronteira Agrícola, Ideologias Geográficas.*

Abstract: The work proposes a series of reflections about the territorial history and the change in the dynamics of the agrarian/agricultural production mode, promoted by the world market, in Tanabi, a municipality in the northwest of the state of São Paulo, between the end of the 19th century. nineteenth and mid-twentieth. The first three chapters promote, in a summarized way, a categorical path within the perspective of valuing space under the foundations of the Marxist Theory of Value. The last two chapters focus on the history of territorial formation of the municipality and expose the ideological clash between the squatters, (representing the Expansion Fronts) and the farmers (who were linked to the Pioneira Front) led by the interiors of the Boiadeira do Taboado Road. The idea of Geographical Ideology will be brought to the theoretical framework in order to understand the eternal conservative project of territorial valorization thought by the public power in the face of socioeconomic changes, representing only the interests of big capital, the main determinant of the precarious conditions of workers' labor relations. rural subservient to the farmers. At the end of the work, it is expected to contribute to the historical-dialectical debate of the territorial formation of the municipality of Tanabi.

Keywords: *Agrarian geography, Political economy, Agricultural frontier, Geographical Ideologies.*

Lista de Figuras:

Figura 1: Região Noroeste do estado de São Paulo, e o município de Tanabi situado. IBGE. (p. 17)

Figura 2: O Capital Industrial e suas formas funcionais (SABADINI, 2013). (p. 39)

Figura 3: A autonomização das formas funcionais do capital e a desmaterialização do dinheiro. (SABADINI, 2013). (p. 43)

Figura 4: Desdobramento da forma-valor: a sucessão sistemática de categorias em Marx (p. 49)

Figura 5: Carta Geral do Estado de São Paulo de 1941 com o município tanabiense e o Porto Militão indicado. (p. 75 e 76)

Figura 6: Delimitação do Brasil Central Pecuário e delimitação dos biomas atuantes. Retirado de Perinelli Neto (2009: p. 54). (p. 78)

Figura 7: A planta do projeto traçado por Olavo Hummel da Estrada do Taboado, de 1895. O ponto em vermelho situa Tanabi dentro das limitações cartográficas da época. (p. 80)

Figura 8: Estrada do Taboado em 1906, retirado de Perinelli Neto (2009: p. 102). (p. 81)

Figura 9: Criação de bovinos nos planaltos ocidentais em São Paulo, em 1945. Retirado de Monbeig (1984: p. 308) (p. 83)

Figura 10: Rendimentos do café no Estado de São Paulo, no período 1912 – 1918. Retirado de Monbeig (1984). (p. 91)

Figura 11: Rendimentos no café no Estado de São Paulo durante o período de 1926/27 a 1930/31, retirado de Monbeig (1984: p. 190). (p. 93)

Figura 12: Tabela retirada do livro Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo (MONBEIG, 1984: p. 213) (p. 96)

Figura 13: Foto aérea onde se vê o mosaico formado pela abertura de novas áreas de plantio no meio das matas, revelando as marchas de expansão pelo território paulista. (MONBEIG, 1984). (p. 97)

Figura 14: A penetração dos Mineiros no século XIX, retirado de Monbeig (1984: p. 134) (p. 103)

Figura 15: Foto do documento referente a Lei 992, em que Jorge Tibiriçá, governador paulista, autorizava a criação do Distrito de Paz de Tanaby. (OLIVEIRA, 1977: p. 33) (p. 106)

Figura 16: Primeira carta da cidade de Tanabi, elaborada pelo engenheiro Ugolini Ugolino, em 1913. Subsídios para a História de Tanabi, 1977 (p. 29). (p. 110)

Figura 17: Distribuição das propriedades por nacionalidade em Tanabi, 1939. (CAPRIO, 2009: p. 221) (p. 113)

Figura 18: Tamanho e distribuição das propriedades rurais em Tanabi, 1939. (CAPRIO, 200: p. 221) (p. 114)

Figura 19: Tanabi em 1939. Primeiro esboço da atual comarca. Separata do volume XXXVI do Instituto histórico e geográfico de São Paulo, 1939. (p. 115)

Lista de Tabelas:

Tabela 1: Dados da estrutura agrária do estado de São Paulo: Estabelecimentos (Recenseamento agrícola, 1920). (p. 92)

Lista de Mapas:

Mapa 1: Tanabi localizada em meio ao noroeste paulista, indicando os momentos de avanço ao oeste da Frente Pioneira em relação ao município. Elaborado por Rafaela Rodrigues Gomes e Matheus Galvani Lofrano, 2021. (p. 77)

SUMÁRIO

..... 14

Introdução 16

Capítulo 1 - Fundamentos marxianos para a compreensão da apropriação capitalista e valorização do espaço..... 20

1.1 - Teoria da Colonização Capitalista 24

1.2 - Acumulação Primitiva e a Teleologia do Trabalho 26

1.3 - A forma-Mercadoria: Fetiche e Valor..... 28

1.4 - A forma-Dinheiro..... 32

Capítulo 2 - Fórmula geral do capital e os desdobramentos da forma-valor: uma relação contraditória com a Força de trabalho..... 35

2.1 - Do Capital mercantil ao Capital industrial..... 38

2.2 – Capital portador de juros..... 43

2.3 - Capital fictício e sua forma mais clássica: A especulação fundiária 49

Capítulo 3 - Propriedade Capitalista da Terra..... 52

3.1 - Renda da Terra..... 55

3.1.1 - A Renda Pré-Capitalista da Terra: 55

3.1.2 - A Renda Capitalista da Terra:..... 56

Capítulo 4 - A produção capitalista do espaço agrário no noroeste paulista; o surgimento de Tanabi..... 62

4.1 - O processo de territorialização e valorização do espaço como uma referência analítica das relações sociais..... 63

4.2 - O termo “Sertão” e as Ideologias Geográficas do projeto civilizatório paulista..... 68

Capítulo 5 - Frente de Expansão e Frente Pioneira: um embate ideológico 73

5.1 - O Brasil Central Pecuário, a Estrada Boiadeira do Taboado e a cultura produtiva sertaneja no Alto do Jataí. 78

5.2 - Coronelismo, colonato e complexo cafeeiro: uma breve contextualização sobre o auge e a crise 85

5.3 - O papel do Grileiro: o protagonista da consolidação agrária tanabiense 99

5.4 - Tanabi e sua história de formação (1850 – 1942)..... 103

Nota:..... 117

À guisa de conclusão..... 118

Referências Bibliográficas 122

Introdução

A noção de totalidade do capitalismo global é categoria básica para se entender o funcionamento e a dinâmica do mercado. Totalidade essa, entendida aqui, como um complexo de complexos (LUKÁCS, 2018, II: p. 155) de relações e imposições sociais contraditórias, determinantes e determinadas por agentes socioeconômicos, daí a noção do movimento dialético do objeto de estudo, a relação capitalista de produção. Tal modo de produção, de forma recorrente, cientistas políticos, econômicos e sociais denunciam sua vulnerabilidade a crises de sobreacumulação de capital que se manifestam de forma sistêmica (MARX, 1984, 2013, 2014, 2017; HARVEY, 2005, 2013).

O ponto de partida do texto é analisar o impacto dessas crises e reestruturações produtivas pela lógica de acumulação global, impostas por relações transescalares na conjunção entre agentes públicos e privados, com relação à estrutura agrária do município de Tanabi (SP).

O corpo do texto é norteado por uma análise da geografia crítica marxista, se debruçando no teor das mudanças espaciais promovidas pelas relações de produção determinadas pelas crises do capital. As crises são soluções a curto prazo para as contradições inerentes ao modo de produção, e que reestabelecem certo equilíbrio em dado momento.

Outro aspecto importante é a particularidade que cada crise possui, impondo um rigor metodológico determinado pelas especificidades contemporâneas. Estudar essas crises a partir da apropriação, produção e distribuição da renda da terra, uma das três formas que, segundo Marx, são as frações de mais-valor (junto com o salário e o lucro), se torna elucidativo quanto à centralidade do trabalho não só no processo de produção da riqueza, mas no sentido emancipatório humano, como mediador da relação entre homem e o espaço geográfico, transformado em mercadoria pelo capital.

A questão agrária e sua história, não só em Tanabi, mas em todo o mundo, é a história da subordinação dos agricultores às vontades do capital global em suas várias fases do “desenvolvimento”. Historicamente, mas principalmente nas últimas três décadas, pôde-se notar certo reducionismo analítico dentro da concepção de produção de valor dentro da economia clássica e neoclássica, se diminuindo paulatinamente a centralidade do Trabalho como propulsor do salto ontológico (LUKÁCS, 2018) das condições de reprodução social.

A base analítica da Economia Política na Teoria Marxista também é descartada pelas análises burguesas como a principal ferramenta metodológica para o entendimento da rede de fatores que influenciam no uso e ocupação do solo, desprendendo a renda da terra das condições produtivas.

Em períodos de quebra da economia, os preços, e, consequentemente, os valores fundiários passaram ser representações de ativos financeiros, se ultra valorizando. Entretanto, a terra é um bem natural e necessário para a reprodução humana, e quando é tida como ativo financeiro, reificada como uma mera mercadoria a espera de uma valorização, desenvolve características alienáveis, monopolizáveis, e se torna um ponto chave para a compreensão das contradições inerentes ao sistema do capital.

Primeiramente será feito um rigoroso levantamento teórico-metodológico que auxiliará na compreensão do caso de Tanabi, separados nos três primeiros capítulos. Alguns fundamentos marxianos como as categorias, Trabalho, Acumulação Primitiva, Mercadoria, Valor, Dinheiro, Capital, etc., serão sinteticamente abordados como categorias analíticas das relações sociais de produção que influenciaram na formação do município.

Os desdobramentos da forma-valor (do capital industrial ao capital financeiro) também serão discutidos no intuito de dar maior clareza na análise da influência das crises mundiais em Tanabi não só em sua magnitude, mas na especificidade de cada forma de riqueza, e, portanto, de poder, determinantes em cada momento do capitalismo. Outro ponto nevrálgico que se esclarece a partir deste tópico em que serão expostos os desdobramentos da forma valor, é a evidente fetichização que está vinculada aos preços da terra impostos pela classe latifundiária, bem como a gênese do caráter rentista em que se estabeleceram as relações não capitalistas em Tanabi.

A partir do capítulo 4, ‘A produção capitalista do espaço agrário; o surgimento de Tanabi’, se trata da época de formação e ocupação do município de Tanabi, em que criadores de gado percorriam de forma corajosa por toda extensão da “Estrada Boiadeira do Taboado, período histórico marcado pela apropriação capitalista” (MARTINS, 2013; NARDOQUE, 2014) do espaço agrário tanabiense.

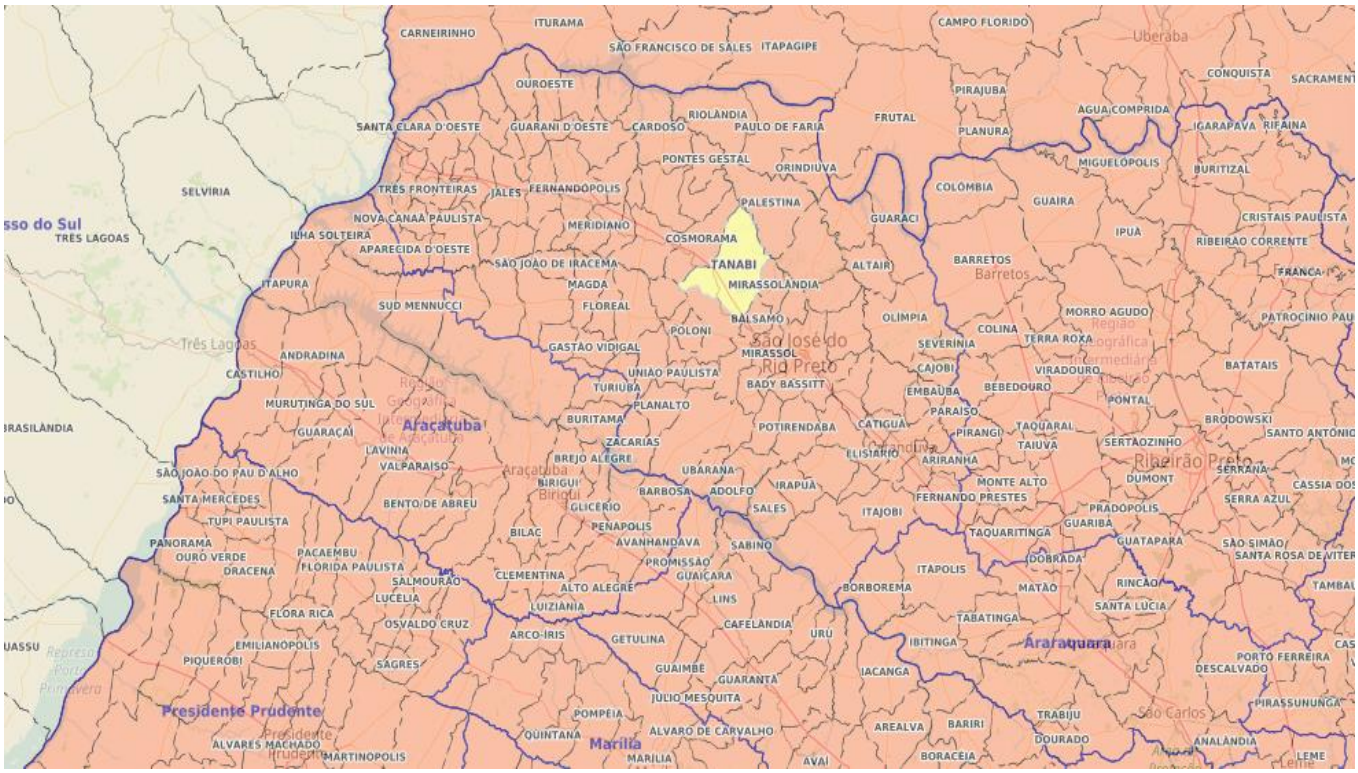
A corrida pelas terras devolutas do Império dava início à propriedade privada em terras da bacia do Turvo/Grande, principalmente após os anos 1860/70, e alargava a área de produção do capitalismo especulativo mundial, que passara pela sua primeira grande reestruturação, e que culminaria na crise de 1929, e a consequente, formação da pequena propriedade na região tanabiense. Várias contextualizações históricas serão feitas

situando e inserindo Tanabi às políticas públicas do Estado brasileiro, que mitigava a "colonização" do "sertão distante" do noroeste paulista, por meio de transformações atreladas ao setor privado, sendo determinantes para formação da estrutura produtiva hierárquica e pela consolidação da sociabilidade local, que de forma lenta foi sendo estabelecida, sempre vinculada a uma lógica transescalar de acumulação desigual pelo capitalismo mundial. Ao longo do capítulo, também será discutido o teor ideológico das decisões políticas que formaram o território agrário tanabiense, bem como discutir as relações de trabalho, o colonato e a parceria como disfarce do assalariamento precarizado, e a estratificação de classes sociais desiguais estabelecidas.

O choque ideológico entre Frentes de Expansão e Frente Pioneira tratado, traz um questionamento em torno do eterno projeto de formação territorial pensado pelo poder público, se destacando como eternamente conservador e excludente (MARTINS, 1994, 1996, 2013; A C. R. MORAES, 1996, 2000, 2002). A intenção aqui é de traçar uma caracterização geral do termo "Sertão distante*",* atribuído às terras não ocupadas e interioranas do noroeste paulista, em que se formara Tanabi, e que fazem parte de todo um enredo elitista, ideológico e colonizador, sempre atrelado ao desenvolvimento desigual do capital mundial e sua suscetibilidade a crises.

Como um admirador da construção crítica sob qualquer assunto que envolva as relações sociais de produção, e sendo um geógrafo, estudando como essas sociabilidades influenciam nas mudanças espaciais, gostaria que esse estudo não fosse uma tentativa definitiva ou isolada de se promover a discussão sobre as determinações capitalistas do espaço agrário, não só do município de Tanabi, mas de qualquer território que abriga determinada população com a ânsia de emancipação da posição subordinada e dependente, por trás do discurso que representa aos interesses do capital.

Figura 1: Região Noroeste do estado de São Paulo, e o município de Tanabi situado.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

Capítulo 1 - Fundamentos marxianos para a compreensão da apropriação capitalista e valorização do espaço

Todo trabalho que se propõe a teorizar os conceitos marxistas e os aplicar às especificidades do capitalismo de sua época, se apresenta como desafiador. O rigor metodológico, tão prezado pelo legado do pensamento marxiano, deve ser um dos fatores preponderantes referentes a qualquer análise do modo de produção capitalista. Esse ensaio teórico-metodológico tem a modesta intenção de sintetizar um vasto trabalho analítico que permeou toda vida de Marx, que segue, e seguirá influenciando cientistas humanos e sociais inquietos com as contradições do capital e suas insuficientes explicações às limitações do sistema de cunho liberal-burguês.

Esse capítulo inicia a discussão trazendo os pressupostos metodológicos para uma análise coerente sobre os subsídios necessários para a compreensão da teoria marxista do valor na apropriação capitalista da terra. Portanto, o pressuposto lógico-estrutural desse trabalho.

> [...] orienta-se pela metodologia de exposição do conteúdo do objeto de investigação, ou seja, segue a trajetória da efetivação lógica das categorias do ser social e a análise de suas expressões históricas. As categorias, vale frisar, não são construtos abstratos operacionalizados pela razão instrumental ou pela estética da lógica formal, mas formas de existência do ser social em suas dimensões práticas e ideopolíticas. As categorias como concreto-pensado remetem as determinações e as conexões dialéticas e históricas internas do processo de efetivação da sociabilidade imposta pelo capital, isto é, pela totalidade das relações que se configuram nas particularidades das formações sociais concretas capitalistas. (GODOY, 2019: p. 2)

O nosso objeto de estudo, a relação capitalista de produção, ao contrário das ciências naturais, é uma prática socialmente construída, "é um fluido" (MARX, 2013) que se transforma a cada reestruturação econômica prenunciada por crises e ganha novas características que exigem uma análise detalhada e coerente com cada momento situado.

A tendência expansiva, de se criar uma demanda de mercado em escala mundial, segundo Marx (2011), está imediatamente dada no próprio conceito de capital. Isso porque é de sua natureza se valorizar através da exploração do trabalho, que pressupõe um processo contínuo e exponencial de produção e acumulação, desconsiderando formas não capitalistas (ou pré-capitalistas) de produção, que são "colonizadas" pela lógica do mais-valor.

Novos espaços para produção, ou reprodução ampliada, significam não só a certeza de valorização desse capital perante formas arcaicas de produção, mas de novos

espaços no escoamento de produtos, e consequentemente, maior consumo, e uma expansiva capacidade de apropriar-se do lucro.

É somente através da expansão que o capitalismo consegue superar sua própria contradição interna inerente (HARVEY, 2005: p. 64), isso significa que é através da acumulação e expansão geográfica na qual o autor, David Harvey, denomina "ajuste espacial", que o sistema capitalista consegue dar vasão a um determinado montante de capital ocioso, gerador de crises, se constituindo como um mecanismo base do imperialismo creditício.

O crédito assume papel, então, como uma garantia não só de escoamento do capital sobreacumulado, mas de condicionamento do mercado subdesenvolvido, inserido na hierarquia produtiva de demanda subordinada pelo centro propulsor de investimentos. A teoria marxista de Harvey consegue abarcar os processos sociais no momento em que a evolução econômica faz com que eles surjam; em consequência, ele pode ver o que, para outros, permanece oculto. (CLAVAL, 2013).

Dessa forma, é natural que o espaço não tenha qualquer protagonismo na determinação da exploração do trabalho, como se determinados locais fossem vocacionais à certas produções. O espaço se insere apenas como mais um elemento mercantilizado ao ser posto dentro da dinâmica de produção e extração de mais-valor em momentos de retração econômica nas zonas mais antigas.

Como já suscitado, a acumulação do capital cria crises de superacumulação (ou sobreacumulação). Para tentar resolvê-las, os capitalistas recorrem à produtividade do capital no futuro (através da construção de infraestruturas ou equipamentos) ou no espaço (através do equipamento de outros países). (CLAVAL, 2013).

> Nas zonas onde os lucros são mais altos, os capitalistas criam fábricas e edificam casas para os trabalhadores; os municípios e o Estado criam escolas para as crianças. A população cresce; o Estado equipa a região com ferrovias ou rodovias. A vida operária organiza-se. Sindicatos aparecem em defesa dos empregados. O capitalismo conduz à criação de equipamentos em certas áreas. Como resultado, o espaço torna-se mais rígido. Os preços da terra tornam-se mais altos. Para os capitalistas, essa evolução significa salários mais altos, lutas sociais mais frequentes com os sindicatos. Os custos da terra evoluem de acordo com o nível geral de vida. Para manter os seus lucros, os capitalistas só têm uma solução: investir em outros lugares onde o preço do solo é mais baixo, os operários permanecem sem organização sindical e a proteção social é menos forte. Daí a tendência de migração das zonas industriais: as regiões atraentes para o capital num certo momento tornam-se zonas repulsivas uma geração ou duas mais tarde. (CLAVAL, 2013: n.p.)

Essa tendência explicitada brevemente por Claval, será melhor desdobrada e analisada, tanto neste capítulo, como no próximo. É por esse processo, contida na citação, que a mobilidade forçada do trabalho é criada pelas próprias forças produtivas. David Harvey disserta no mesmo sentido e denomina "Ajuste Espacial", ou "Espaço/temporal". Em suas palavras:

> A ideia principal sobre o ajuste espaço-temporal é bastante simples. Superacumulação em um dado território implica em um excedente de mão-de-obra (aumento do desemprego) e excedente de capital (que se manifesta num mercado abarrotado de bens de consumo que não podem ser vendidos sem perdas, como uma alta improdutividade e/ou como excedente de capital líquido carente de possibilidades de investimento produtivo). Tais excedentes podem ser absorvidos por: a) uma reorientação temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa) que adiam a reentrada na circulação do excesso de capital até um futuro distante; b) reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar; c) alguma combinação de a e b. A combinação de a e b é particularmente importante quando focamos o capital fixo de natureza independente imobilizado em um ambiente construído. Isto providencia as infraestruturas físicas necessárias para que a produção e o consumo se mantenham no espaço e no tempo (tudo desde parques industriais, portos e aeroportos, sistemas de transporte e comunicação, água e esgoto, moradia, hospitais e escolas). Em suma, não se trata de um setor econômico menor, mas capaz de absorver massivas quantidades de capital e de mão-de-obra, particularmente sob condições de rápida expansão e intensificação geográfica. (HARVEY, 2003: p. 11)

Essa absorção de excedentes pelo espaço a se colonizar depende de considerável quantidade de capital fixo que garanta a possibilidade de livre escoamento na circulação de mercadorias. A reorganização do espaço através da criação de "ajustes espaciais" tem efeitos contraditórios. Alguns, negativos, por causa da rigidez que eles introduzem no espaço. Outros, positivos, porque o processo de acumulação do capital cria estruturas regionais que, muitas vezes, aparecem para ele como atraentes. (CLAVAL, 2013):

> "Os investimentos no ambiente construído definem espaços regionais de circulação do capital. No interior desses espaços, a produção, a distribuição e o consumo, a oferta e a procura (particularmente da força de trabalho), a luta das classes, a cultura e os estilos de vida articulam-se uns aos outros num sistema aberto, porém dotado de uma certa 'coerência estruturada'. [...] Uma consciência regional e identidades, e mesmo lealdades afetivas, podem se edificar no seio dessa região e, quando ela se acha tomada pela órbita do aparelho governamental e do poder de Estado, o espaço regional pode então transformar-se num espaço definido de consumo e produção coletiva, mas também de ação política"(CLAVAL, 2013: n.p. apud HARVEY, 2010b, p. 225).

Tal afirmação de Harvey condiz ‘espantosamente’ com todo o movimento sistematizado promovido pela elite nacional, em que uma grande massa de imigrantes despossuídos em seus respectivos países nativos, chegava às fazendas de café, que caracterizavam uma intensa unidade produtiva, condicionada pelo mercado externo, tanto com relação à demanda exportadora da principal mercadoria produzida, quanto às condições de trabalho ali estabelecidas, em que os trabalhadores, colonos, não tinham condição nem de ter domínio de suas terras, criando uma relação subserviente com o patrão, fazendeiro.

O capitalismo tardio instalado no país, principalmente após a Lei de Terras de 1850, é fruto do desenvolvimento das forças produtivas que simbolizavam a primeira forma autonomizada do capital comercial. Necessariamente, a reprodução ampliada do capital impunha uma circulação mais intensa de mercadorias produzidas, para maior obtenção de lucro nos montantes investidos pelo capital estrangeiro em solo brasileiro. Essa especificidade produtiva estimulada pelo capital a juros se torna base para a compreensão do que posteriormente, em um nível mais agudo, seria chamado de “anulação do espaço pelo tempo” (HARVEY, 2005: p. 47) na dinâmica da acumulação capitalista.

Claval destaca ainda, sob a exposição de Harvey, que o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade pela qual o mercado é alcançado, sendo assim, um estímulo para a redução de tempo na circulação, “diminuindo o período de perambulação da mercadoria”. (CLAVAL, 2013: n.p.) A autonomização da esfera do capital comercial possibilitou a expansão dos mercados para além dos continentes, levando inovações ligadas ao transporte e a logística nos novos espaços conquistados.

> O meio de eliminar o espaço? A análise do processo da exploração do trabalho pelo capital. A diferença entre o que o trabalhador recebe e o que ele produz enquanto mercadoria, a mais-valia, gera o lucro. Este mecanismo não é consciente: a economia clássica ignorou-o porque ela só tratava das realidades empíricas. Ela não tinha a capacidade analisar os mecanismos implícitos. (CLAVAL, 2013:n.p.)

O desenvolvimento desigual e combinado, entre espaços que acumulavam grande quantidade de mercadorias e técnicas inovadoras, e outros que serviam essencialmente como fornecedores de matérias-primas para tais espaços centrais na economia mundial, é explorado por Harvey (2003) motivado por seus estudos referentes ao método dialético de Hegel, em “Princípios da Filosofia do Direito” ([1820] 1967), ao analisar as contradições da acumulação de riquezas na dinâmica da sociedade burguesa.

Após situar alguns elementos que são chave para os pressupostos teórico-metodológicos deste trabalho, o texto parte para a análise propriamente dita. Dentro da perspectiva dialética, e como também Marx reiterou em seus manuscritos, é necessário se estabelecer, de um lado, um método investigativo, e de outro, um método expositivo, para melhor compreensão do objeto estudado quando apresentado. Para iniciar a apresentação dos fundamentos marxianos da apropriação capitalista do espaço agrário tanabiense, uma resumida análise do capítulo XXV do primeiro livro d'O Capital.

1.1 - Teoria da Colonização Capitalista

O sentido da conquista territorial, e consequentemente a imposição cultural e ideológica de um povo sobre uma determinada porção do espaço (e seus residentes), é comum e recorrente na história da humanidade. A colonização, situada aqui como a 'conquista de algo por alguém' (MORAES, 1996), é noção fundamental para adentrar na discussão teórica que embasa a formação do município tanabiense.

Marx começa o capítulo XXV de "O Capital", livro primeiro, dissertando sobre "A teoria moderna da colonização", e concluindo que, se na Europa, em meados dos anos 1800, o desenvolvimento do sistema capitalista já estava suficientemente desenvolvido, e os economistas fisiocratas já o consideravam como parte de uma ordem natural, nas colônias a situação era completamente outra. Nas sociedades pré-capitalistas, os produtores também possuíam suas terras, em uma forma subsistente, sobressaindo seu valor de uso em detrimento ao seu valor de troca.

Para provar que a sociedade do capital só pode se edificar sobre a forma da propriedade baseada na exploração do trabalho na forma de mais-valor (que será substancialmente explicado em breve), ele revela como o capital atuou durante o processo de colonização. Marx cita o livro (England and America, 1834) do economista Edward Wakefield que critica o que denomina de 'colonização espontânea e desordenada', defendendo uma colonização sistemática e padronizada no que diz respeito às relações sociais contratuais.

O livro de Wakefield revela uma passagem do Sr. Peel, um grande empresário inglês da época. Sr. Peel deixou a Inglaterra e partiu para a colônia na Nova Holanda (atual Austrália), no distrito de Swan River. Levou com ele trinta mil libras esterlinas em espécies e três mil trabalhadores.

Ao chegar, seu plano foi por água abaixo. Os trabalhadores, que foram para a colônia como mão de obra assalariada, uma vez tendo a oportunidade, abandonaram o

trabalho assalariado e se tornaram produtores autônomos, donos dos meios de produção e proprietários de suas terras.

Por um lado, a colonização capitalista visa explorar trabalhadores assalariados, de outro, os trabalhadores buscam sua independência frente à exploração capitalista. No momento em que os trabalhadores abandonaram Sr. Peel, também estabeleceram um rompimento com a produção capitalista. Se os trabalhadores assalariados se tornam independentes, a lógica do capital se interrompe decisivamente. A crítica de Wakefield é contextualizada nesse sentido, que é denominada pelo próprio autor de "colonização desordenada".

O processo de desenvolvimento do capitalismo revelou como na Europa o processo de acumulação primitiva separou o homem de suas condições de trabalho e criou a mão de obra assalariada suficiente para abastecer todas as fábricas. E foi além, pois criou um exército reserva para regular o preço da força de trabalho a índices muito baixos, para, por outro lado, promover ao capital, taxas elevadas de mais-valor.

Wakefield ainda destaca, de forma equivocada como ressaltado por Marx, que a separação do trabalhador autônomo de sua base fundiária na Europa, foi dada por um processo natural, espontâneo, confirmando o teor ideológico e mistificado da práxis burguesa. Ao contrário da Europa, nas colônias, onde a vastidão de terras era símbolo de cobiça de grandes investidores que gozavam de quantidade de capital sobreacumulado, a situação se apresentava de uma forma diferenciada.

Na América, segundo Wakefield, apenas os escravos e os empregados são exclusivamente agrícolas, e que os agricultores podem ser ferreiros, marceneiros, etc. Isso mostra que a divisão social do trabalho se difere como na Europa. Assim, nas colônias, com os trabalhadores também proprietários de suas condições de trabalho, os capitalistas encontram um obstáculo para o acúmulo de capital. Wakefield se queixa da dificuldade de se encontrar trabalhadores assalariados baratos, também por ser rara, e assim, com um custo elevado.

O autor então apresenta uma "solução" para o livre desenvolvimento da produção capitalista. Já que o capital necessita para sua valorização uma grande massa de trabalhadores desprovidos de seus meios de produção, o programa de Wakefield se caracteriza por delegar ao próprio Estado a função de elevar os preços da terra, de forma artificial e desproporcional, independente da lei de oferta e demanda, para que o trabalhador assalariado ganhasse seu dinheiro de forma lenta e burocrática para adquirir sua base de produção fundiária.

Tal processo no Brasil é categoricamente dissertado, em detalhes, por José de Souza Martins, em "O cativeiro da terra" ([1979] 2013). A passagem relatada nesse capítulo do livro primeiro d'O Capital denuncia as condições aristocráticas promovidas pelo poder público nacional, no período de formação do município tanabiense, época que a grilagem de terras era tida como um instrumento de quem representava o capital para colonização de novos espaços produtivos.

1.2 - Acumulação Primitiva e a Teleologia do Trabalho

Não há condições para estabelecimento das relações capitalistas sem a separação entre trabalhador e seus meios de produção. A potencial transformação de riqueza monetária acumulada em capital é determinada pela oferta de mão de obra livre, que despojados de seus meios objetivos de produção, se tornam uma massa desempregada que se submete às determinações sócio-históricas de cada região em específico. Ou seja, é uma pré-condição do capitalismo a separação entre capital e trabalho, que surge a partir da dissociação entre proprietários dos meios de produção e àqueles que trabalham nesses meios.

"Nos anais da história real', diz Marx (1964, p. 13), 'o que sempre tem prevalecido é, ao contrário, a conquista, a dominação, a rapina à mão armada, o predomínio da força bruta'. O processo histórico de separação do produtor direto de suas condições materiais de produção é o movimento seminal da chamada acumulação primitiva do capital." (GODOY, 2018: p.562). Assim, pode-se dizer que:

> [...] a história da sociedade capitalista é a história da produção incessante da separação [...]. Separação entre trabalhador e os instrumentos de trabalho, entre as relações de produção e as forças produtivas, entre o trabalho e o produto do trabalho, [...] entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre público e privado, [...] separação entre todas as esferas da vida social e suas representações. (GODOY, 2018: p. 562 apud CHAUÍ, 1984: p. 54).

Essa é a oposição fundamental na sociedade capitalista, mas está longe de ser a única. Também "a dissociação entre capital e terra, entre arrendatário e proprietário, é característica do modo capitalista de produção" (MARX, 1984: p. 864).

O ser humano modificou a natureza e criou as condições básicas para sua reprodução através do trabalho (categoria fundante do ser social [LUKÁCS, 2018]), único elemento produtor de mais-valor dentro da perspectiva marxiana da economia política (MARX, 1984). Também se torna necessário expor o caráter colonizador de apropriação, representação e valorização territorial no capitalismo, aplicando-se uma análise de escala histórico-social, materialista, sendo o Espaço Geográfico, (no caso da pesquisa, o

município do interior de São Paulo) um produto da acumulação desigual dos tempos (SANTOS, 2006).

Através de uma abordagem Ontológica (LUKÁCS, 2018) da produção social em sua materialidade, inevitavelmente, o objeto dessa análise historicista se torna a produção do território e os movimentos operantes que viabilizam um "complexo de complexos" de sociabilidades, citando Lukács (2018), que configuram a totalidade vigente, e que influencia as tomadas de decisões dos agentes locais. Produção territorial essa, que é concreta e metafísica. Assim, a análise em particular de determinados fenômenos sociais como a produção territorial, devem levar em conta, primeiramente, as especificidades históricas locais como formações socioeconômicas particulares, e que carregam em si uma herança única, isso para não cair na armadilha especulativa de se partir de uma análise da totalidade sem levar em conta as partes que a compõem, e obviamente a interação entre essas partes, que são essenciais para sua realização como sistema social.

Além da análise material da sociabilidade viabilizada pela apropriação capitalista da terra em Tanabi, se torna necessário entender também seu viés ideológico, ou, em termos técnicos, seu sentido Teleológico.

Partindo da ideia marxiana/lukacsiana do trabalho como categoria fundante do ser social, pode-se concluir que a atividade humana é diferenciada da atividade animal, pela consciência teleológica, fator determinante para dar finalidade a um trabalho específico mesmo antes de realizá-lo (assim, surge a ideia de tecnologia, ou o aperfeiçoamento da técnica).

> A visão teleológica da natureza e da história significa, portanto, não simplesmente sua adequabilidade ao propósito, seu ser dirigido a uma finalidade, mas também que sua existência, seu movimento, seu processo, como um todo tanto quanto nos detalhes, tem de ter um artífice consciente. A necessidade que engendra tais concepções de mundo, não apenas nos filisteus autores de teodiceias do século 18, mas também em pensadores sóbrios e profundos como Aristóteles e Hegel, é uma necessidade elementar e primitivamente humana: a necessidade de um sentido da existência, desde o curso do mundo até, abaixo, os eventos da vida individual. (LUKÁCS, II; 2018: p. 14)

É necessário salientar ainda que, a consciência possui uma autonomia relativa perante a objetividade social, ou seja, ela deve refletir a partir de elementos presentes na própria realidade, caso contrário tal finalidade previamente traçada não pode ser objetivada (Rossi, 2020). Cria-se então uma relação dialética, em que o condicionante também é o condicionado.

> Sobre as consequências mais amplas dessa direção de desenvolvimento do ser humano através do trabalho (...) temos de, para elaborar claramente a nova estrutura fundamental que surge através do trabalho, sobre isso nos limitar a que, no reflexo da realidade, como pressuposto para a finalidade e o meio do trabalho, é consumada uma separação, um destacar, do ser humano de seu entorno, um distanciamento claramente mostrado no estar-contraposto de sujeito e objeto. No reflexo da realidade, a representação destaca-se da realidade retratada, se coagulando em uma »realidade« própria na consciência. Pusemos a palavra realidade entre aspas já que na consciência a realidade é apenas reproduzida; surge uma nova forma de objetividade, mas nenhuma realidade e — precisamente ontologicamente — é impossível que o reproduzido seja o mesmo do reproduzido, muito menos idêntico a ele. Ao contrário. Ontologicamente o ser social se divide em dois momentos heterogêneos que, do ponto de vista do ser, não apenas estão contrapostos entre si heterogeneamente, como são absolutamente opostos: o ser e seu reflexo na consciência. (LUKÁCS, 2018, II: p.30).

Tal afirmação do autor húngaro é de suma importância. Isso porque nos deixa claro que qualquer representação capitalista idealizada por dada classe dominante de um território nacional, com a intenção de imposição de novas condições para o capital sobreacumulado ser posto em circulação, terá que se deparar com as particularidades e limitações locais do capitalismo tardio, bem como o dito "contraposto" entre sujeito e objeto tratado por Lukács, entre a representação, ou reflexo da realidade e a própria realidade. Logo, a objetividade social, regida pelas diretrizes da totalidade capitalista, é produzida e reproduzida pelo sujeito atrelada à práxis social, o trabalho, que indubitavelmente é norteado por uma dada finalidade pré-estabelecida.

As relações sociais de produção passam a estabelecer as diretrizes para a reprodução social, alienando os trabalhadores de seus meios produtivos, coisificando o sentido filosófico do trabalho tornando-o uma mercadoria a serviço das vontades capitalistas. Aliás, essa característica do sistema capitalista de reificar como mercadoria qualquer elemento da vida social, mesmo vital à reprodução humana, é outro ponto chave para se adentrar na discussão sobre o fetichismo. A teleologia, ou a finalidade do trabalho, não se aplica mais em seu sentido libertador e emancipatório, mas com a objetivação da posse do dinheiro. Por conseguinte, o sentido filosófico do trabalho, é tratado agora como alienado (estranho) de seu pôr teleológico pela necessidade de reprodução humana, dentro do capitalismo, estar ligada à produção e circulação de mercadorias com o objetivo de se chegar ao dinheiro.

1.3 - A forma-Mercadoria: Fetiche e Valor.

A categoria na qual Marx considerou ser o fator iniciante de sua análise da Crítica à Economia Política, geradora de mais-valor no sistema capitalista, foi a forma mercadoria, diferentemente dos seus antecessores clássicos da economia política, Adam Smith e David Ricardo, que consideravam o valor ponto de partida de suas análises metodológicas, iniciando assim, de um ponto de partida já fetichizado, fantasmagorizado (palavra usada aqui no sentido de algo 'mistificadamente' criado para a submissão e subserviência aos interesses de uma determinada classe dominante) pelas relações capitalistas de produção.

O fetichismo na concepção marxiana não é apenas um fenômeno da (sub) consciência social, mas de sua própria existência, condicionado através do histórico da produção e reprodução das contradições estruturais do capital. Pode-se notar a importância do caráter construído pelo discurso burguês na exacerbada importância da forma mercadoria, permeada em toda obra d'O Capital, denominada pela categoria Fetiche, em que Marx nos introduz à essa questão no item 4, do primeiro capítulo do livro I.

> Esta definição de mercadoria permite a Marx desenvolver um dos aspectos mais importantes e originais de sua concepção da sociedade burguesa: o fetichismo, pelo qual as relações sociais aparecem aos agentes econômicos enquanto relação entre coisas e pelo qual sociabilidade se transfigura em naturalidade. Ou seja, 'o comportamento simplesmente atomístico dos homens em seu processo de produção social'. Então, a figura objetiva de suas próprias relações de produção, [figura] independentes de seu controle e de seu fazer consciente individualizada, aparece no fato de que seus produtos de trabalho adotam em geral a forma-mercadoria [...]. O misterioso é que as relações sociais se ocultam por trás das relações entre as mercadorias e as movimentam na troca como se este movimento viesse das coisas mesmas. Daí seu caráter de "coisas sociais", de coisas "sensíveis suprassensíveis": no tangível se manifesta o humano que se tornou intangível para si mesmo. Daí a metáfora do fetichismo, pois na troca as coisas se movem como que dotadas de vida própria, quando o são realmente pela sociabilidade. (GRESPAN, 2012: p. 48, 50).

Para Marx (2013), a forma mercadoria é o meio para obter a forma dinheiro, pois o valor de troca é determinado pela expressão de valor mistificado, construído socialmente, encarnado na mercadoria, que é o elemento molecular do acúmulo da riqueza, o meio para conseguir o fim, o dinheiro, independentemente de sua forma.

A mercadoria se apresenta como algo banal para satisfazer as vontades humanas, a um primeiro momento (MARX, 2013), vinculadas ao seu valor de uso. Porém, no capitalismo o valor de uso é acoplado ao valor (de troca), e um elemento não pode ser analisado separado do outro. Determinadas mercadorias têm ênfase sob seu valor de uso,

outras, pelo seu valor (de troca). Os ativos, frutos essencialmente de especulação serão discutidos em breve, na forma de capital fictício, no item 2.3.

O dinheiro não elimina a contradição entre o valor e o valor de uso, ele dá a equalização que permite a comparação quantitativa de trabalho humano e dá a forma social ao valor, o separando das limitações impostas pela especificidade do valor de uso. O valor, assim, compara e dá sustentação as diferentes mercadorias durante o ato da troca, e, por conseguinte, fruto das relações sociais existentes na mesma. O dinheiro, como forma aparente e imediata do valor, eleva ainda mais a fetichização da mercadoria, ocultando ainda mais a sua essência, de satisfazer as necessidades humanas. Assim, o valor, subjetivado pelo fetichismo permeado na lógica das relações capitalistas, se apresenta como a forma universal na constituição dos preços de mercado, como se o valor de troca de uma determinada mercadoria fosse uma característica fisiológica, não socialmente construída ao longo do tempo e nos diferentes territórios.

> Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas. (MARX, 2013: p. 207).

Dessa forma, o produto do trabalho adquire valor quando é fruto de trabalho imediatamente privado (produção) que somente se socializa por intermédio da troca (circulação) (sendo o trabalho abstrato, ou trabalho contido na mercadoria) (Marx, 1984). Tal modo de produção social afeta diretamente a natureza da relação entre o trabalho abstrato, e o trabalho concreto, no sentido de uma inversão, que Marx qualifica como reversão estranha da relação entre o trabalho morto e trabalho vivo, entre o valor e a força criadora de valor. A imposição do valor de troca pode ser observada na desvalorização da mercadoria Força de Trabalho, como forma aparente, mas que tem o trabalho no seu sentido ontológico/filológico, como principal elemento transformador e gerador de valor, como conteúdo.

O valor, portanto, corresponde a um processo social "abstratizante", responsável por apagar as diferenças qualitativas dos trabalhos concretos e permite a equivalência das

mercadorias pela quantidade de trabalho abstrato cristalizadamente acumulada na mercadoria e despendida em sua produção. Apesar de reiterar que o único elemento possível, sem as determinações de classe sócio-históricas, para se medir a valoração de uma mercadoria seja o tempo de trabalho, Marx, esclarece que o que determina o valor não é apenas o tempo de trabalho, quantitativamente incorporado aos produtos, que é a única referência de valor, mas aquele trabalho que é atualmente necessário, ou qualitativamente evoluído para as condições técnicas de dado momento histórico.

> [...] o capitalismo não é apropriação da riqueza *a* partir *do* trabalho, mas apropriação da riqueza produzida pelo trabalho, uma apropriação (distribuição) que pode ocorrer por uma série de critérios: a contribuição para a produção com trabalho propriamente dito – salário —, a contribuição para a produção com meios de produção – lucro – e a contribuição com a base física da produção, a terra – renda. (BOTELHO, 2016: n.p.)

No livro III d'O Capital, que se debruça na distribuição da economia capitalista, no capítulo sobre a 'A Fórmula Trinitária', Marx dá um desenvolvimento adicional, ainda que de forma inicial, à fusão especifica das relações sociais de produção com o processo de produção material. A analogia com a "Trindade" cristã, tida como sagrada, mística, aqui é escolhida de forma consciente e didática. O desdobramento argumentativo do caráter fetichista do mecanismo da troca nos seres humanos é explicitado na Fórmula Trinitária, em que são apresentadas as três formas de obtenção do valor social. O lucro, a renda e o salário.

O resultado em escala ampliada é uma evidente 'coisificação' da forma valor, fetichizada e fantasmagorizada pela classe dominante como domínio da massa. Valor esse, representado pelas várias formas contemporâneas de equivalentes universais, como principal impositivo no (sub) consciente coletivo que se deixa levar pela aparência de se obter o principal meio de troca, mas que não se atenta ao processo de extração desse valor em sua essência.

> [...] a teoria do fetichismo em Marx engendra as condições efetivas para a mistificação, ilusão e aparente naturalização daquilo que é estritamente social. Neste sentido [...] as formulações sobre o fetichismo assumem um sentido e uma funcionalidade muito específicos: configuram uma caracterização global da positividade posta pelo capitalismo quando este atinge a sua maturidade plena. As formulações marxianas sobre o fetichismo estruturam uma teoria da positividade capitalista que é própria da sociedade burguesa constituída (ROCHA JÚNIOR, 2013: p. 22 apud NETTO, 1981: p. 73).

Para compreender o valor, não só em sua magnitude (quantitativamente), mas em sua essência (qualitativamente) como construção social, se deve compreender os

conceitos de trabalho abstrato ou social, fruto da Força de Trabalho vendida pelo trabalhador no mercado e caracterizada pela forma salário. Segundo Rubin (1987), numa economia mercantil o valor desempenha o papel de regulador da distribuição do trabalho abstrato ou social.

> As modificações enunciadas, que o produto sofre durante o processo de troca, são acompanhadas por modificações análogas no trabalho do produtor mercantil: 1) o trabalho do produtor mercantil isolado privado manifesta seu caráter de trabalho social; 2) essa dada forma concreta de trabalho é igualada a outras formas concretas de trabalho. Esta igualação multilateral de trabalho inclui também: 3) a igualação de diferentes formas de trabalho que diferem em termos de qualificação, e 4) a igualação de diferentes dispêndios individuais de trabalho, que são gastos na produção de unidades de produtos de um determinado tipo e qualidade. Desta maneira, através do processo de troca, o trabalho privado adquire uma característica complementar na forma de trabalho social, o trabalho concreto na forma de trabalho abstrato, o trabalho complexo é reduzido a trabalho simples, e o trabalho individual a trabalho socialmente necessário. (...) O trabalho do produtor de mercadorias mostra seu caráter social, não como trabalho concreto dispendido no processo de produção, mas apenas como trabalho que tem que ser igualado a todas as outras formas de trabalho através do processo de troca. (RUBIN, 1987: p. 142, 144)

O Economista Russo ainda argumenta que nada mais lógico que numa sociedade em que se invertem os valores de uso atribuindo novos valores, com a principal finalidade de troca, que o sentido desses valores seja ditado pelas relações fetichizantes e reificadas do mercado. “O “valor” não caracteriza essencialmente as coisas, mas as relações humanas sob as quais essas coisas são produzidas.

Não uma propriedade das coisas, mas uma forma social adquirida pelas coisas, devido ao fato de as pessoas manterem determinadas relações de produção umas com as outras através de coisas” (RUBIN, 1987: p. 85). Essa forma social e histórica já constituída como padrão universal de valor, é materializada pelo papel moeda, ainda na primeira Revolução Industrial, o dinheiro, a razão do acúmulo de mercadorias, em um primeiro momento.

1.4 - A forma-Dinheiro

Avançando nas categorias, Marx (2013) destaca que o estudo da forma dinheiro sem a compreensão das determinações sociais construídas ao longo dos anos, acumuladas através dos tempos, se torna incompleto. Para o autor, o dinheiro, como expressão de equidade da forma valor determinante das relações capitalistas, surge apenas como uma consequência que se expressa concretamente aos valores impostos pela classe dominante

fetichista, que acumulou a forma equivalente do período mercantilista (ouro e prata), e necessitava da circulação desse montante de uma forma metabolizada.

> As mercadorias não se tornam comensuráveis por meio do dinheiro. Ao contrário, é pelo fato de todas as mercadorias, como valores, serem trabalho humano objetivado e, assim, serem, por si mesmas, comensuráveis entre si, que elas podem medir conjuntamente seus valores na mesma mercadoria específica e, desse modo, convertê-la em sua medida conjunta de valor, isto é, em dinheiro. [...] O preço ou a forma-dinheiro das mercadorias é, como sua forma de valor em geral, distinto de sua forma corpórea real e palpável, portanto, é uma forma apenas ideal ou representada [...] O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria. (MARX, 2013: p. 230, 231 e 237).

Nos *Grundrisse*, Marx diz que o dinheiro funciona como "penhor mobiliário da sociedade" (2011: p. 162). Mas ele só é isso em virtude de sua propriedade social (simbólica, mistificada); ele só pode possuir uma propriedade social porque os indivíduos "alienaram sua própria relação social, fazendo dela um objeto" (2011: p. 162). Assim, para Marx, a relação social entre os homens a partir do valor e do dinheiro é uma relação social por meio de coisas. Para ele, "é inepto conceber essa conexão que não é mais que uma conexão entre coisas, (em oposição ao ser e ao querer refletidos). (2011: p.62)". E completa mais adiante:

> A proposição de Adam Smith [em A Riqueza das Nações] de que o trabalhador tem de produzir, ao lado de sua mercadoria particular, uma mercadoria universal, em outras palavras, que ele tem de dar a forma do dinheiro a uma parte de seus produtos, enfim, à sua mercadoria, dado que ela deve servir não como valor de uso para si mesmo, mas como valor de troca – nada mais significa, subjetivamente expresso, do que afirmar que seu tempo de trabalho particular não pode ser trocado imediatamente por qualquer outro tempo de trabalho particular, mas que essa sua permutabilidade universal deve ser primeiro mediada, que ele deve primeiro assumir uma forma objetiva distinta de si mesmo para obter esta permutabilidade universal. (MARX, 2011: p. 176 e 177).

Essa afirmação de Marx é reveladora. Pois se relaciona com o trabalho Ontológico de Lukács (2018) acerca da teleologia do trabalho, como brevemente discutida no início do texto, se torna esclarecedora a influência do intrínseco e sutil poder da principal determinação do sistema econômico, como fim (reificado no dinheiro), determinando o que logicamente, deveria ser seu determinante. Mais à frente neste texto, se explicitará o poder da forma Dinheiro na imposição da reversão lógica da fórmula geral do capital. A razão por trás do lastro monetário, no âmbito sócio-histórico, está totalmente vinculada à relação desigual de expropriação de riquezas viabilizada pelas Rotas Comerciais, no desenvolvimento da forma equivalente transformada em papel-moeda, e atualmente em

sua forma algorítmica, viabilizada pelo desenvolvimento tecnológico. Importante frisar que toda “inovação”, em produção de escala considerável, advém dos países centrais que disseminaram a ideologia liberal e, posteriormente, neoliberal, sincronizando e subordinando todas relações sociais capitalistas. A acumulação de riqueza também é a acumulação da técnica, transformada em mercadoria e controlada pelas patentes das nações do capitalismo central.

Capítulo 2 - Fórmula geral do capital e os desdobramentos da forma-valor: uma relação contraditória com a Força de trabalho.

Neste trecho, serão trabalhados e apresentados os desdobramentos através das mudanças histórico-dialéticas do padrão de acumulação de riqueza pela forma-valor. A ideia de fetiche em condicionar a maioria das relações de troca, ou o simples ato de ultra valorizar determinado objeto ou fenômeno perante seu real valor, é essencial para toda essa discussão.

Considerando toda uma elaborada nomenclatura marxiana categorizada de forma analítica ao longo d'O Capital, Marx (1984, 2013, 2014, 2017) discorre sobre a principal diferença entre o período de trocas mercantis para a era do capital. Se tratará aqui, reiterando, de forma sintética, o ciclo da fórmula geral do capital, com intenção de explicitar o teor exploratório intrínseco aos olhos nus de qualquer bagagem crítica-analítica ao sistema do capital com relação à sua necessidade, enquanto padrão de produção (e reprodução), da exploração do trabalho como a forma de gerar o mais-valor. Outro ponto importante explicitado pela análise dos ciclos do capital é a evidente valorização fetichizada ditada pela classe detentora dos meios produtivos. O dinheiro não é capital em si, mas pode tornar-se ao ser posto em valorização. O capital é um movimento dialético, e será tratado meticulosamente neste trecho para o entendimento da contradição entre capital-trabalho, explicitada pelo padrão valorativo do sistema, posteriormente relacionado à formação da estrutura fundiária de Tanabi.

Como já discutido neste texto, o trabalho é uma categoria trans-histórica, e que ao se mercantilizar pelo sistema capitalista, perde seu caráter filosófico e antropológico para simplesmente se tornar o meio de um fim, por imposição das relações sociais, o dinheiro (uma coisa). O capitalismo se configura por se apropriar da categoria trabalho e de toda transformação já existente desdobrada de tal categoria, capturando o que de mais "único" possui o ser humano, a consciência da ação, que indubitavelmente, desemboca no sentido do trabalho. O produto deste trabalho concreto, para ser reconhecido no sistema de relações capitalistas, se transforma em trabalho abstrato contido no elemento que expõe a contradição entre capital e trabalho, a mercadoria, se encontrando alienada de quem a produz, e o trabalhador se vê cada vez mais distante do sentido emancipatório de sua ação. O sentido de sua ação, ao longo do tempo, é reificada, então, no salário, expressão de um *quantum* do equivalente universal, o dinheiro.

O trabalhador é forçado pelos imperativos do sistema (pois se não vender sua força de trabalho a seu preço de mercado, não consegue dinheiro para se reproduzir) a utilizar sua força de trabalho em meios de produção já monopolizados pelos capitalistas (vide acumulação primitiva), transformando sua força física natural em produtividade do trabalho relacionada a produção de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais.

> O trabalho (concreto) é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013: p. 326 e 327)

Com o desenvolvimento das forças produtivas, norteadas pelos valores fetichizados pelos burgueses, e alargamento da divisão social do trabalho, uma mercadoria pode ser produzida como matéria-prima de outra mercadoria. "Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu alguma modificação mediada pelo trabalho" (MARX, 2013: p. 328). Pela condicionalidade do sistema sobre o ser humano, as práticas de determinadas relações que caracterizam a sociedade do capital são reproduzidas pela necessidade vital do trabalho humano se encontrar capturada pelas demandas de mercado, ditadas pela burguesia. A satisfação de necessidades primárias gera outras necessidades, configuradas social e historicamente. (RIBEIRO, 2015). Essa noção contribui para o entendimento das nuances e condicionamentos sofridos pelo valor de uso na legitimação do valor, ou valor de troca.

O processo de trabalho anterior ao capitalista de produção se configurava como puramente individual, isso é, o produtor fabricava a totalidade do objeto, exercendo todas as funções necessárias ao seu anseio. Quando esse produto deixa de ser o resultado imediato da atividade, do produtor individual para tornar-se produto social de um trabalhado coletivo, com a divisão do trabalho capitalista, a produção é realizada para o mercado e sob o controle do empresário, e a finalidade não é mais a satisfação das necessidades básicas, nem a produção de mercadorias em si, mas, sim, a transformação do trabalhador como fonte na geração e apropriação do mais-valor. Portanto, no sistema de valores capitalistas, o trabalho produtivo se restringe a ser apenas considerado "produtivo", quando o trabalhador produzir mais-valor para o capitalista, servindo ao

desenvolvimento das forças produtivas relativas aos interesses do capital. Tal conceito deixa de representar apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas abrange uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que transforma o trabalhador em instrumento de criação de mais-valia.

Seguindo o fio categorial tratado, é através do trabalho socialmente necessário que se possibilita ter uma noção média do valor de uma mercadoria. Mas no capitalismo, é através da troca, ou na relação de comparação entre duas mercadorias que o valor é objetivado.

> Quando as diversas finalidades do trabalho humano não se voltam mais, prioritariamente, para a efetivação de um valor de uso, mas sim para a criação de valor em geral, o trabalho socialmente necessário perde sua particularidade. Quando este trabalho é fonte de valor, sua diferença com outros trabalhos se dissolve. E o que passa a importar não é mais a qualidade do trabalho, mas a quantidade de força de trabalho despendida para a produção de uma mercadoria. (RIBEIRO, 2015: p.14 apud MARX, 2013).

Dessa forma, interessa ao empresário, ou detentor do capital, que o valor da força de trabalho sempre seja inferior ao valor que essa força de trabalho produz no processo de trabalho. Com isso, o preço da força de trabalho, como 'valor de troca' (ou valor) equivalente à produção e reprodução social deste trabalhador, é gradualmente rebaixado em relação ao valor de uso apropriado pelo empresário em cada processo de trabalho capitalista, constitutivo do processo de valorização do capital. (RIBEIRO, 2015).

É pertinente lembrar, segundo o próprio Marx, que o objetivo central do capitalista não é a forma-mercadoria em si, pois esta é apenas o meio para se obter as frações de mais-valor que compõem seu lucro. A partir daí, há uma separação para uma melhor compreensão semântica sobre as faces do mais-valor perante a produtividade do trabalho. O mais-valor absoluto se relaciona ao aumento da jornada de trabalho, ou seja, o trabalhador produz um quantum maior do que o valor necessário para sua reprodução (trabalho necessário), quantificado pelo preço da força de trabalho. É por esse trabalho excedente que o mais-valor, componente molecular do lucro do empresário, é configurado. Já o mais-valor relativo se refere ao desenvolvimento produtivo dos meios tecnológicos, especificamente capitalistas, consolidando a subordinação do trabalho pelo capital, aumentando sua produtividade, ou intensidade do trabalho, mantendo o preço restrito à sua reprodução como trabalho necessário.

Para compreender como a relação capitalista se "aproveita" pela abstração do trabalho concreto, é necessário retomar o esquema da fórmula geral do capital (Marx,

2013) e seus desdobramentos através dos tempos, para aí sim, construir uma base metodológica convincente sobre a relação que as crises têm com a formação, valorização, e as reestruturações do modo de produção no município tanabiense. Considerando a mercadoria sendo **M**, e o dinheiro **D**, a fórmula de circulação geral das mercadorias na era do mercantilismo, se apresentava por:

M—D—M

Na circulação simples de mercadorias, M-D-M, se tem a transformação da mercadoria em dinheiro e a retransformação do dinheiro em mercadoria: vender para comprar. A troca mediada por moeda (metais preciosos) era o modelo básico de acumulação de riqueza, do século XV ao final do século XVIII, que extraía o produto da natureza e o colocava na circulação comercial. Esse era o modelo de relação das Rotas Mercantis, que ainda dependia da escravidão como a fonte de 'força de trabalho', predominantemente extrativa, para o acúmulo de riquezas promovido por uma burguesia comercial que despontava como a futura classe dominante dos próximos séculos.

Chama-se a atenção a partir daqui para a mudança no padrão valorativo referente a uma mercadoria que a Primeira Revolução Industrial, de meados do século XVIII, causou no modo de produção mundial. Até 1850, ou seja, perto da Segunda Revolução Industrial que ocorria na Europa, a terra ainda era de domínio da monarquia no Brasil, e a propriedade privada era capitalizada no escravo. (Martins, 2013). Esse 'atraso' (Martins, 1994) político, era símbolo da corte portuguesa, e foi fundamental para a instauração de um capitalismo (aqui entendido como um modelo de relação de produção) extrativo, tardio, periférico e eternamente dependente dos investimentos, e, portanto, interesse, do capital estrangeiro. O capital europeu sobreacumulado na produção em sua forma industrial, ao longo do século XVIII e XIX, encontra em terras virgens tupiniquins uma alternativa para a rotatividade do capital sobreacumulado (desvalorizado) que não encontrava mais perspectivas de investimento em solos europeus, com a condição da instituição da propriedade privada.

2.1 - Do Capital mercantil ao Capital industrial

A partir da Primeira Revolução Industrial essa fórmula ganha outro protagonista, o lucro, que é extraído, não mais da simples circulação do produto primário comercializado como mercadoria simples, mas da transformação conjunta entre Força de Trabalho e Meios de Produção, produzindo novas mercadorias mais valorizadas que as

anteriores. A fórmula geral, portanto, se transforma em outro ciclo (MARX, 2014: p. 107).

D---M—D'

Transpondo a mercadoria (**M**), se teria;

M = {**F**orça de trabalho + **M**eios de **P**rodução}

Capital Industrial

Acrescentando a esfera produtiva (**P**), em que se retiram os produtos comprados do mercado, caracterizando todas as transformações industriais, então, *"*o movimento D—M... **P** ...M'—D' em seu conjunto, ou em sua forma explícita*"* (MARX, 2014: p. 131) se apresenta:

$$D — M <^{F}_{MP} \ldots P \ldots \ M' (M + m) — D' (D + d)^2$$

O capital retira as duas mercadorias que comprou do mercado (Força de trabalho e Meios de Produção) para a produção (P), que é a esfera das metamorfoses em que o capital sofre, através da conjunção da Força de trabalho e dos Meios Produtivos, sua valorização, para assim, voltar novamente ao mercado com um acréscimo de valor. A esfera produtiva, dentro da lógica de intensa circulação do capital para se apropriar de valor, surge como uma "barreira", uma interrupção em que, através do desenvolvimento produtivo de uma mercadoria, o capital ao vendê-la, conseguirá sua autovalorização. Para a ideologia burguesa, a simples circulação de mercadorias é geradora de valor, o que Marx consegue desconstruir ao demonstrar a relevância do trabalho concreto na transformação do mundo natural para o mundo social.

Posteriormente, a barreira produtiva será "superada" pela autonomização da forma geradora de valor. Esse ponto é importante para se apreender a noção de que o capital necessita da circulação intensa, que é a esfera natural da troca, e que as formas posteriores desdobradas dessa fórmula geral, cada vez mais de desprendem da esfera produtiva, para a apropriação do mais-valor através dos ativos financeiros, como se tratará mais adiante.

No processo produtivo, como já citado anteriormente, a contradição dialética de Trabalho (Força de Trabalho) e Capital (Meios de Produção) é explicitada, pois para buscar seu principal objetivo, o capitalista depende da compra de seu Meio de Produção (MP), que inevitavelmente obedecerá a Lei da Troca Equivalente, ou seja, no mercado todos os produtos serão trocados pelos seus preços de mercado, tornando a margem para ganho impossível nesse espectro negociante. Resta então, ao capitalista procurar no mercado uma mercadoria tal que, no processo do seu uso, crie valor, e um valor maior

que aquele que ela própria possui. Daí surge base que compõe seu lucro (D+Δd) através da parcela de mais-valor extraída pela oferta do salário à Força de Trabalho (Ft), inferior ao seu valor real, relacionado ao tempo de duração, única unidade de medida real da mercadoria Ft, tornando-se abstrata, alienada e diminuída de sua importância como força motriz dentro da engrenagem produtiva do capital.

Mollo (2013: p. 48) apud Dobb (1978: p. 48 e 51), mostram que nos economistas clássicos, o lucro era tratado como um mero excedente sem explicação sobre sua origem produtiva. Marx demonstra que o lucro do capital surge na produção, mas só se concretiza realmente na circulação, ou seja, na venda. Talvez Smith e Ricardo, por não questionarem devidamente as três leis clássicas do valor no liberalismo clássico, (1] o valor de uso é a finalidade do movimento; 2] há equivalência na troca; e 3] a apropriação se dá pelo trabalho próprio.), não puderam ir à fundo na tentativa de dar uma explicação plausível à produção do lucro.

> Como destaca Dobb (1978, p.48), nos economistas clássicos o lucro era considerado uma quantidade meramente residual, "sem explicação própria para sua existência". Era preciso uma explicação que, a um só tempo, preservasse a equivalência na troca e explicasse o excedente. Isso porque teorizar na base de um lucro proveniente de vendas acima do valor ou de compra abaixo dele implicava uma noção de roubo ou de não equivalência incompatível com um sistema econômico baseado na propriedade privada. Dizia Dobb (1978, p.51), a esse respeito, que "quando muito isso podia explicar os lucros e perdas individuais entre a classe dos capitalistas [...] mas não podia explicar a renda de toda uma classe" (MOLLO, 2013: p. 48).

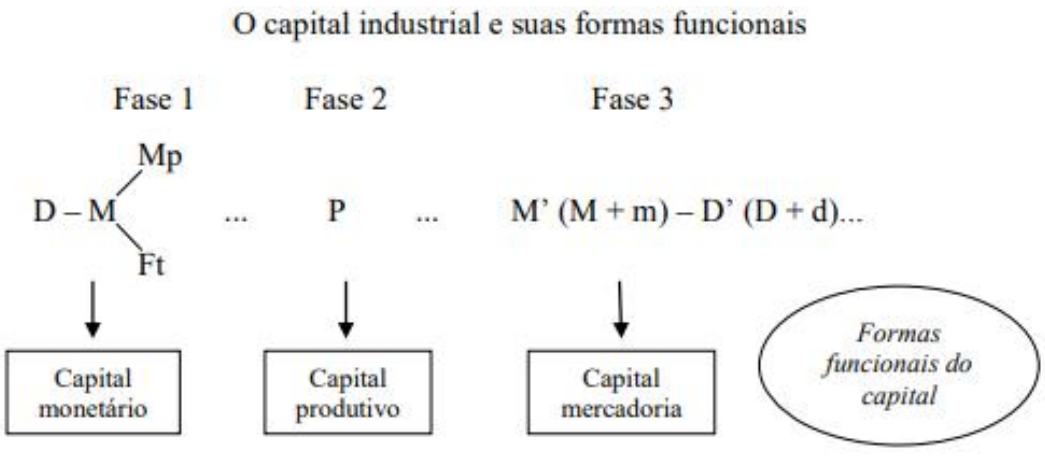
A grande vantagem imposta pelo detentor dos meios de produção, de maneira didática e breve, viabilizada historicamente pela acumulação primitiva, é a de se encaixar dentro de uma demanda de mercado possuindo o dinheiro (D) como categoria inicial na perspectiva dinâmica que é o ciclo do capital, um movimento gerador de valor excedente, o lucro (D-M-D'). Portanto, enquanto o capitalista é inserido através da posse do D, o trabalhador é identificado pela sua Ft, reificada em mercadoria (M), intencionalmente e impositivamente trocada pelo proletário para a sua reprodução básica nas condições capitalistas de socialização. Dessa forma, é apenas na troca, ou na "comparação" com outro determinado produto, que as mercadorias, substancializadas pelo trabalho humano, vão ter o seu valor.

> O processo de circulação interrompido, D-M, tem de ser completado por M-D. Porém, como portador dessa segunda e conclusiva fase da circulação, surge M', uma mercadoria material e valorativamente distinta da primeira M. A série da circulação se apresenta, portanto, como 1) D-M1, 2) M'2-D', em que, na segunda fase, a primeira mercadoria M1 é substituída por outra mercadoria, M'2,

> de valor maior e de forma distinta de uso durante a interrupção determinada pela função de P, ou seja, da produção de M' a partir dos elementos de M, as formas de existência do capital produtivo P. Ao contrário, a primeira forma de manifestação em que o capital se nos apresentou (Livro I, cap. 4), D-M-D' (decomposta do seguinte modo: 1) D-M1; 2) M1-D') mostra a mesma mercadoria duas vezes. Ele é, nas duas vezes, a mesma mercadoria, na qual o dinheiro se converte na primeira fase e volta a se converter em mais dinheiro na segunda fase. Apesar dessa distinção essencial, ambas as circulações têm em comum o fato de que, em sua primeira fase, o dinheiro se transforma em mercadoria e, na segunda fase, a mercadoria em dinheiro, de modo que o dinheiro gasto na primeira fase volta a circular na segunda. Por um lado, elas têm em comum esse refluxo do dinheiro a seu ponto de partida; por outro, o excedente do dinheiro que reflui sobre aquele originalmente adiantado. Nesse sentido, a fórmula D-M…M'-D' também está contida na fórmula geral D-M-D'. (MARX, 2014: p. 130).

Marx analisa exaustivamente as nuances das trocas dentro do ciclo formado pela fórmula geral do capital ao longo da seção I do Livro II d'O Capital. A intenção do autor é a de estabelecer interconexões na totalidade do movimento gerador de valor, bem como algumas de suas implicações em escala mundial, momento em que as relações do capital começaram a se expandir para além da Europa. O esquema a seguir, é retirado do trabalho de Sabadini (2013), destacando e situando as fases do capital industrial, mostrado na página anterior.

Figura 2 – O capital industrial e suas esferas, Sabadini (2013)



Onde: i) os três pontos ... indicam que a circulação do capital é interrompida mas que seu processo cíclico continua já que ela passa de uma esfera a outra; ii) D, dinheiro; iii) M, mercadoria; iv) Mp, meios de produção; v) Ft, força de trabalho; vi) P, produção; vii) M', capital mercadoria; viii) e D', dinheiro valorizado.

(SABADINI, 2013: p. 591)

O capital, forma, portanto, três etapas de sucessão que, apesar de estarem em fases distintas, estão em conexão pelo ciclo de reprodução do capital. As fases 1 e 3 referem-se à circulação das mercadorias e são chamadas de capital monetário ou capital dinheiro, e capital mercadoria, respectivamente. A fase 2 é o momento da produção em que o valor se reproduzirá a partir da mercadoria Força de trabalho, refere-se ao capital produtivo. Segundo Sabadini (2013), as funções de cada fase do ciclo são diferentes, mas, em todas elas, o objetivo principal é de se valorizar.

Na fase primeira, D – M (Ft + Mp), o dinheiro aparece como meio de comprar as mercadorias força de trabalho e Meios de Produção adquiridos na circulação. Ainda segundo Sabadini (2013), no momento que o dinheiro se converte em Força de trabalho e Meios de Produção, se transforma em capital monetário, o que demonstra a necessidade das relações de classe no capitalismo em que trabalhadores estão destituídos de seus meios, se tornam uma massa que não possui escolha a não ser vender sua Força de trabalho para sua reprodução vital. E para o capitalista, a garantia de que o ciclo de valorização estará assegurado pela exploração do trabalho na (re)produção de novas mercadorias.

Na segunda fase, denominada capital produtivo, as mercadorias Ft e MP serão utilizadas para a produção das mercadorias, (...) "em que o valor avançado sob a forma monetária se transforma em capital, reforçando a generalização da classe trabalhadora assalariada e transformando a produção de mercadorias em produção capitalista de mercadorias. Aqui, as relações de classe tornam-se mais visíveis, a luta de classes idem." (SABADINI, 2013: p. 592). O capitalista ficará com o mais-valor produzido pela Ft, e os trabalhadores com seu salário necessário para sua reprodução de sua Ft, para o desenvolvimento novamente do ciclo.

A terceira fase representa a segunda metade da equação do capital, em que a mercadoria já valorizada pela Força de trabalho necessita se lançar à circulação (mercado) para a concretização da valorização capitalista que tem o lucro como protagonista das relações sociais. "O capital monetário inicial aplicado cresce, exterioriza o valor-capital valorizado, objetivo da circulação total do capital: D – D'. Aqui, diferente das fases anteriores, a valorização está ligada diretamente à venda a partir da transformação em D'." (SABADINI, 2013: p. 592). É função do capital mercadoria a retransformação do capital monetário inicial, que o valor de uso das mercadorias é essencial para a confirmação do valor de troca, e que assim, o ciclo possa concluir sua rotação

transformando o mais-valor, cristalizado em capital mercadoria, à forma dinheiro valorizado (D'). "O ciclo pode recomeçar." (SABADINI, 2013).

> O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este último tem como função não apenas a apropriação de mais-valor ou de mais-produto, mas também sua criação. Esse capital condiciona, portanto, o caráter capitalista da produção; sua existência inclui a existência da oposição de classes entre capitalistas e trabalhadores assalariados. À medida que o capital se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionadas e, com isso, o tipo histórico-econômico da sociedade. **Os outros tipos de capital, surgidos antes dele em condições sociais de produção pretéritas ou em declínio, não apenas se subordinam a ele e são por ele modificadas no mecanismo de suas funções, mas se movem exclusivamente com base nele e, portanto, vivem e morrem, mantêm-se e desaparecem com essa sua base.** (grifo meu) O capital monetário e o capital-mercadoria, na medida em que aparecem investidos da função de agentes de um ramo próprio de negócios ao lado do capital industrial, são apenas modos de existência – **autonomizados e unilateralizados pela divisão social do trabalho** (grifo meu) – das diferentes formas funcionais que o capital industrial ora assume, ora abandona no interior da esfera da circulação. O ciclo D…D' se entrelaça, por um lado, com a circulação geral de mercadorias: sai dela, entra nela e constitui uma parte dela. Por outro lado, ele constitui, para o capitalista individual, um movimento próprio e independente do valor de capital, movimento que em parte realiza-se dentro da circulação geral de mercadorias e, em parte, fora dela, mas que conserva sempre seu caráter independente. (MARX, 2014: p. 146).

Com avanço do capitalismo, da informação, e da tecnologia, o ciclo de valorização do capital também se torna mais "autônomo", no sentido de uma alienação irracionalmente lógica. Dessa forma, o movimento natural de busca incessante de valor, que é realizado de maneira mais "fluida" na circulação de mercadorias, é privilegiado na totalidade das relações capitalistas. Mas o grande problema, como já explicitado, é que a criação de mais-valor está no setor produtivo. Portanto, com o crescimento das relações capitalistas de produção para além da Europa, e a evolução dos meios de transporte e comunicação, surge uma nova forma de investimento, o capital portador de juros, a base do desenvolvimento do capital comercial em que se pautou a apropriação de novas terras do oeste paulista, posteriormente.

2.2 – Capital portador de juros

Avançando na discussão, para se compreender as formas autônomas da reprodução do capital, do dinheiro em sua forma-mercadoria, e do surgimento do capital portador de juros, é essencial a noção cumulativa de riqueza proporcionada pela primeira forma do capital, o industrial, que viabilizou o ajuntamento de um montante de patrimônio

monetário, que quando tornado ocioso era emprestado a um preço, os juros. O centro propulsor dessa riqueza era a Europa.

A razão de uma lógica já contraditória (capital-trabalho) se torna ainda mais aguda e discrepante, por motivos de sua própria essência de privilegiar a circulação, cada vez em menor tempo visando uma produtividade maior, e consequentemente, que o objetivo de acumulação de riqueza seja expandido. "A produção capitalista exige uma constante alternância entre as fases de produção e de circulação, formando uma unidade que começa e recomeça de maneira desordenada." (SABADINI, 2013: p. 593).

Retomando as fases específicas da gênese da fórmula do capital industrial, é dado o (1) Capital monetário, o (2) Capital produtivo e (3) Capital mercadoria, assim, com a especialização setorial crescente imposta pelo mercado com o passar das décadas, cada capitalista se especializa em uma fase em particular para a geração, ou na apropriação do mais-valor. A autonomização, ou substantização das formas do capital, fazem parte de sua própria lógica operacional com relação ao estágio global de acumulação.

> Por consequência, com essa autonomização, o capital monetário inicial assume a forma de capital portador de juros ou capital a juros, em que as pessoas e as instituições vão tomar para si a função de prestamista (mutuante) de dinheiro. Por outro lado, o capital produtivo simboliza as modificações na esfera da produção e o capital mercadoria se autonomiza em duas partes: o capital de comércio de mercadorias e o capital de comércio de dinheiro. Essa divisão das funções provoca também a redução do tempo de trabalho e, como consequência, a diminuição do tempo de circulação do capital. Assim, a especialização social aumenta a rotação do capital permitindo o crescimento da mais-valia gerada no sistema. (SABADINI, 2013: p. 593).

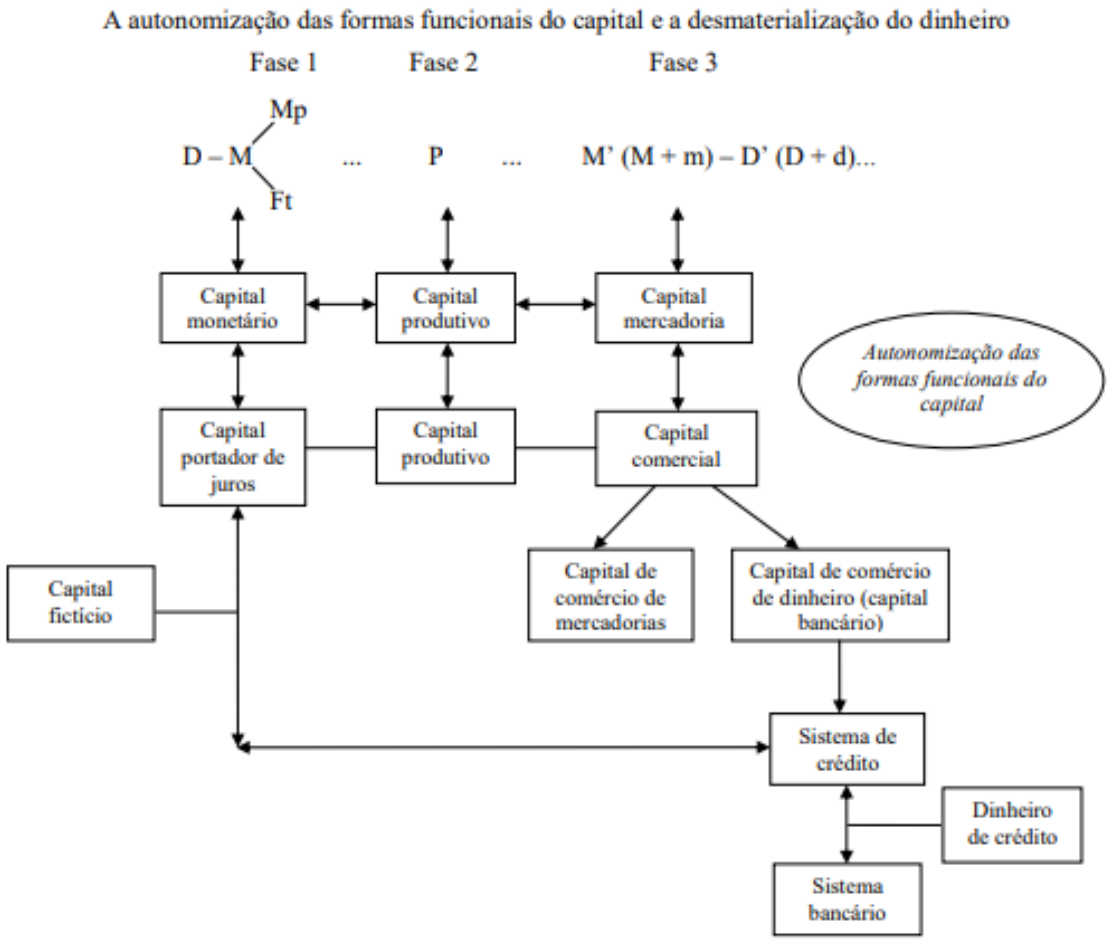
Assim, o capital-mercadoria, a primeira forma de capital comercial, reproduz a especialização de uma etapa do capitalismo em escala global, permitindo uma rotação mais rápida das mercadorias, alargando a circulação de capital. "Aqui, estabelece-se uma diferença fundamental com os capitalistas industriais: agora, as operações de compra e venda serão executadas por uma categoria particular de capitalistas: os comerciantes." (SABADINI, 2013: p. 593). Os comerciantes, por não estarem diretamente ligados à fase produtiva do capital, não geram valor, mas se apropriam do mais-valor gerado na esfera produtiva. "A autonomia do capital de comércio de mercadoria está na capacidade que ele tem de constituir um mercado particular, separado, em princípio, do capital produtivo." (SABADINI, 2013: p. 594). O autor, ainda completa:

> Quando uma forma do capital funcional se autonomiza, ela se converte em capital autônomo, que funcionará como mediador no processo de circulação do capital e o capitalista atuante no capital

> produtivo não terá necessidade de esperar a venda de seu produto para continuar a produção. (SABADINI, 2013: p. 594).

Sendo assim, com a maior autonomização na rotação, menor o tempo, maior a produtividade, e maior o lucro a ser extraído pelo capitalista e toda sua cadeia relacionada ao capital comercial, como já discutido. A substância valor continua o percurso das fases do capital, mas com a tendência cada vez maior do desprendimento à atividade produtiva, se engajando no movimento autonomizado sob a forma de capital de comércio de dinheiro, como também já dito, transformado em mercadoria. Com essa forma, o sistema de crédito se intensifica assumindo a forma do capital portador de juros. (SABADINI, 2013).

Figura 3; A autonomização das formas funcionais do capital e a desmaterialização do dinheiro.



Onde: D, dinheiro; M, mercadoria; Mp, meios de produção; Ft, força de trabalho; P, produção, D', dinheiro valorizado; M', capital mercadoria.

Retirado de SABADINI (2013).

Imprescindível destacar, até aqui (na primeira grande crise do capital, em meados do século XIX), pressupõe-se que o comércio de dinheiro estava em sua forma pura, quando os juros começam a ganhar certa evidência na reprodução do ciclo ampliado do capital, justamente pela autonomização das formas do capital comercial que possibilitavam circulação fluida dos investimentos intercontinentais, nesse momento de (res)surgimento do imperialismo.

Com o crescimento das relações capitalistas em âmbito global, as trocas entre comerciantes e consumidores acompanha essa lógica expansiva do próprio sistema, necessitando assim do surgimento do sistema contábil e do controle dos bancos como uma nova divisão do trabalho pautada nos juros.

> As diferentes operações, de cuja autonomização em atividades específicas se origina o comércio de dinheiro, resultam das diferentes determinações do próprio dinheiro e de suas funções, que, portanto, também o capital na forma de capital monetário tem de realizar (SABADINI, 2013: p. 595 apud MARX, 1984: p. 238).

O dinheiro então, se desmaterializa, com o avanço da tecnologia e do crédito, sempre com sua tendência de procurar se apropriar do valor, sem a necessidade de sair de circulação para a esfera produtiva. A fórmula geral do capital então, se transforma em D – D', em que a valorização desse capital se torna meramente prestativa para uma futura apropriação do mais-valor gerado na produção. (SABADINI, 2013)

> Quanto mais a produção se desenvolve de tal modo que cada produtor devém dependente do valor de troca de sua mercadoria, [...] quanto mais o produto efetivamente devém valor de troca e o valor de troca devém o objeto imediato da produção, tanto mais têm de se desenvolver as relações monetárias e as contradições que são imanentes à relação monetária, à relação do produto consigo mesmo como dinheiro. A necessidade da troca e a transformação do produto em puro valor de troca avançam na mesma medida da divisão do trabalho [...], com o caráter social da produção. Porém, na mesma medida em que cresce este último, cresce o poder do dinheiro [...], a relação de troca se fixa como um poder externo frente aos produtores e deles independente. O que aparecia originariamente como meio para o fomento da produção converte-se em uma relação estranha aos produtores. Na mesma proporção com que os produtores se tornam dependentes da troca, a troca parece tornar-se independente deles e parece crescer o abismo entre o produto como produto e o produto como valor de troca. O dinheiro não gera essas contradições e antíteses; ao contrário, o desenvolvimento dessas contradições e antíteses gera o poder aparentemente transcendental do dinheiro. (MARX, 2011: p. 142).

Para melhor compreensão do capital portador de juros, é necessário considerá-lo como primeiramente, um empréstimo a um determinado capital produtivo, com a intenção e o direito de apropriação do mais-valor futuro, realizado na venda da

mercadoria. O ‘vício’ do sistema do capital em transformar todas as formas e categorias que a compõem em mercadoria, também se evidencia na evolução da polivalência da forma-dinheiro. A aparente fonte de valor, discutida pelos economistas fisiocratas tendo como base a circulação das mercadorias, disseminadas no período mercantilista, parecem, com a autonomização do capital industrial e o surgimento do capital portador de juros, voltarem a chamar a atenção dos clássicos/neoclássicos à forma relacionada à aparência do sistema, sem atentarem a essência fetichista representada pela imposição dos valores construídos (mistificados) por determinada classe dominante ao longo da história, determinando dada formação territorial. "Do capital global se separa agora e se autonomiza determinada parte em forma de capital monetário, cuja função capitalista consiste exclusivamente em executar para toda a classe dos capitalistas industriais e comerciais essas operações [...] os movimentos puramente técnicos que o dinheiro realiza no processo de circulação do capital industrial" *(*MARX, 1984, p. 237*)*. (MÜLLER, PAULANI, 2012: n.p.).

> O ponto de partida do capital portador de juros é o empréstimo de capital monetário D_{1A} a um capitalista B que, por hipótese, utilizará esses recursos como capital monetário D_{1B} no ciclo do capital, em atividades industriais ou comerciais, como pode ser observado na equação seguinte:
>
> D_{1A} (A) — D_{1B} (B)... M... D'_{2A} — D'_{2B} ($\Delta + \Delta D$)
>
> Onde: A, prestamista (mutuante); B, mutuário; D_{1A}, capital monetário do prestamista; D_{1B}, capital monetário do mutuário; M, produção de mercadorias; D'_{2A} e D'_{2B}, capital monetário valorizado; $\Delta + \Delta D$, mais-valor.
>
> O dinheiro percorre a primeira etapa da equação $D_{1A} – D_{1B}$ até sua entrada no ciclo do capital produtivo M para a produção da mercadoria, mas agora com uma diferença fundamental em relação às análises precedentes do ciclo global: no capital portador de juros, o capitalista A não aplica diretamente seu dinheiro na produção; ao contrário, ele fornece ao capitalista B (em função) a capacidade de utilização de seu capital monetário, oferecendo o valor de uso de seu dinheiro para transformá-lo em capital. Naturalmente, exigirá em contrapartida uma parte do excedente ($\Delta + \Delta D$) gerado na produção. (SABADINI, 2013: p. 598 e 599).

Assim, uma parte do lucro será destinada ao proprietário da mercadoria-dinheiro transformada em Capital pelo capitalista industrial. Essa fração destinada ao prestamista são os juros. “Nesse caso, a especialização capitalista perpetua a autonomização das formas funcionais do capital pelo desenvolvimento da divisão das funções entre capitalistas monetários e produtivos, efetuando a conversão de uma parte do lucro em

juros. Para o capitalista B, o ‘ganho do empresário’; para o A, a acumulação sob a forma de juros”. (SABADINI, 2013: p. 599). O sentido do movimento do capital, no Livro I da Crítica à Economia Política (Marx, 2013), partia da análise (do acúmulo) da mercadoria, passando pelo dinheiro, e chegando à fórmula do capital. O movimento do capital gerador de valor na forma portadora de juros é ‘revirado’.

> (...) vai-se do capital global para a mercadoria, através do dinheiro. É na figura do dinheiro (de empréstimo) que o capital se transforma em mercadoria. O movimento aqui é, portanto: capital → dinheiro → mercadoria. Ao contrário do movimento anterior, sintético, este é analítico, porque resultado da decomposição do capital global em suas partes (indústria e comércio, comércio de mercadorias e de dinheiro, dinheiro internacional e nacional, mera compensação financeira de transações mercantis e dinheiro de empréstimo). Eis que a linha se curvou sobre si mesma, e o círculo foi fechado (cf. HEGEL, 1986a, p. 164). (MÜLLER, PAULANI, 2012: n.p.)

O capital monetário, quando atinge sua forma de capital portador de juros, se converte em mercadorias e serviços determinando o funcionamento da estrutura produtiva (Sabadini, 2013). Essa condição ditada pelo montante de capital monetário, cada vez maior, gera um excedente que não retorna aos trabalhadores, já que o mais-valor produzido é distribuído nas frações representadas pela fórmula trinitária: lucro, salário e renda da terra.

> Uma vez que a produção capitalista esteja desenvolvida na amplitude de suas formas, uma vez que ela é o modo de produção dominante, o capital portador de juros é dominado pelo capital industrial e o capital comercial não é senão um aspecto do capital industrial, derivado do processo de circulação. Mas como formas autônomas é necessário que todas as duas sejam destruídas e submissas ao capital industrial (NT) (SABADINI, 2013: p. 599 apud MARX, 1976: p. 554).

Outro apontamento de Sabadini que ganha notável importância é a relação deste momento em que o capital toma forma monetária, portadora de juros, com a primeira grande crise do capital, motivadora da Segunda Revolução Industrial, caracterizada por ser uma crise de superprodução, e que é o ponto de partida, com relação à escala de origem, de uma cadeia de fatores que influenciaram na escala de realização da formação do município tanabiense, representada pela chegada da Fronteira Agrícola ao noroeste paulista, de meados dos anos 1850 até o fim do século XIX, caracterizando o “Ajuste espacial”, de David Harvey, citado no capítulo primeiro.

O palco para a apropriação capitalista da terra em Tanabi estava formado, necessariamente realizado por uma expansão compensatória pelo capital mundial

superproduzido e acumulado, que para a obtenção de mais-valor, buscou através da colonização de novos espaços pelo capital comercial, a viabilização da continuidade de seu ciclo incessante para extração desse mais-valor, e consequentemente, sua valorização, na sua forma portadora de juros. Por conseguinte, o 'capitalismo tardio' responsável pela apropriação e valorização fundiária em Tanabi, explicitava e agravava ainda mais a contradição entre Capital/Trabalho, bem como as condições de trabalho ditadas pelas relações periféricas do mercado mundial, que já nasciam dependentes.

> Nesse momento, o capital portador de juros aparece como a forma mais perfeita do fetiche, já que a mediação entre o monetário, expresso pelo capital monetário, e o real, pela geração de valor na produção, fica mascarada, aparentemente sem representatividade. Com o sistema de crédito, o capital portador de juros adquire a importante função de prestamista, necessária à reprodução do ciclo global capitalista, particularmente do financiamento do capital produtivo. A autonomização do capital monetário, sob a forma do capital portador de juros, aumenta o espaço do sistema bancário transformando-o profundamente, implicando numa certa superioridade do banqueiro, como assinala Hilferding (1985), já que o crédito bancário se impõe e controla as relações de mercado. (SABADINI, 2013: p. 600).

Segundo Sabadini (2013), a categoria do capital portador de juros é condição básica para a compreensão de sua forma posterior, o capital fictício, que surge de relações sociais determinadas, já que partem do mesmo mecanismo idealista-fetichizante que se desdobra e se reestrutura através das Revoluções Industriais.

2.3 - Capital fictício e sua forma mais clássica: A especulação fundiária

Na reprodução ampliada, em escala global, da acumulação de mais-valor capitalizada pautada pelo capital portador de juros, está o ponto nuclear da lógico-dialética em que surge o capital fictício. Um grande exemplo de capital fictício são os títulos da dívida pública, ou os derivativos de ações, cada vez mais crescentes e hegemônicos dentro do mercado financeiro. Nossa análise se atentará à chegada do capital mundial sobreacumulado ao Brasil representado pelas frentes pioneiras, já na sua forma portadora de juros, englobada pelo capital comercial, carregando consigo a especulação e a extração renda da terra como objetivos centrais para a colonização de novos espaços de produção. A relação desse capital na sua forma especulativa tendo como base os juros, engendra e condiciona o mercado de terras pela lógica do capital fictício.

O capital fictício é um direito de apropriação de um lucro futuro, e como todo lucro, baseado na parcela de mais-valor extraída do trabalho, representados por um 'pedaço de papel' no agora, de uma produção que ainda nem ocorreu.

> [...] os empréstimos externos desempenham papel extraordinário como meio de emancipação dos novos Estados capitalistas. O que existe de contraditório na fase imperialista se revela claramente nas oposições características do moderno sistema de empréstimos externos [...] os empréstimos são um meio extraordinário para abrir novas áreas de investimentos para o capital acumulado [e de ampliar a sua esfera de ação] (GODOY, 2018: p. 566 apud LUXEMBURG, 1984: p. 66).

De maneira sintética, pode-se caracterizar o capital fictício como "a capitalização de uma renda derivada de um sobrevalor futuro" (FIX, PAULANI; 2019: n.p. apud HERRERA, 2015: p. 9), lembrando que, no livro III de 'O Capital', Marx diz: "a formação do capital fictício chama-se capitalização*"* (FIX, PAULANI; 2019: n.p. apud MARX, 1985: p. 11).

Em seu livro Os Limites do Capital, David Harvey (2013) disserta que é uma tendência inerente ao sistema tratar a terra como um ativo financeiro, e que nessa perspectiva está o seio da compreensão "da forma puramente capitalista da propriedade privada da terra." (Harvey, 2013: p. 347).

> Para ele (Harvey), se a terra é livremente comercializada, o que se compra e se vende, tal como acontece com os capitais fictícios, é justamente o direito do proprietário ao recebimento periódico de uma renda e, nesse caso, "o comércio da terra fica reduzido a um braço especial da circulação do capital portador de juros". (FIX, PAULANI, 2019: sem pág. apud HARVEY, 2006: p. 347). (...) Podemos concordar com Harvey e acrescentar que, quando a terra é tratada como ativo puramente financeiro, o que acontece é que a forma de determinação de seu preço prevalece sobre sua especificidade de ser um ativo real e de ter um valor de uso efetivo. Assim, a terra transforma-se de ativo *real* em ativo *financeiro*, de elemento necessariamente constituinte do *capital produtivo* em *capital fictício*. (FIX, PAULANI, 2019:n.p.)

Em outras palavras, o que Fix e Paulani (2019) reiteram por meio de Harvey (2013), é de que sendo a terra valorizada apenas pelo acréscimo de trabalho contido nesta, qualquer expectativa futura de ganho, baseada numa determinada taxa de juros, elevaria o preço de toda a cadeia financeira ligada à produção fundiária, inclusive da terra virgem, ou seja, que não tem valor, pois não há trabalho contido nesta.

> Antecipações cambiantes de rendas futuras, ligadas tanto aos fluxos de capital futuro quanto ao trabalho futuro, afetam do mesmo modo os preços da terra e da propriedade. Por essa razão, até mesmo a terra ociosa pode adquirir um preço. O elemento especulativo está sempre presente na comercialização da terra. (Harvey, 2013: p. 533)

Tais afirmações de Harvey nos dão instrumentos teórico-metodológicos para o entendimento dos mecanismos utilizados pela elite rentista de herança escravocrata, ao restringir o acesso à terra no Brasil, principalmente em solos do oeste paulista, onde a oferta de terras virgens era vasta, mas se elevava o preço da terra artificialmente, contaminando a 'lei de oferta e demanda'. (NARDOQUE, 2005)

O direito à apropriação da renda está determinado ao juro sobre o capital investido na compra da terra, e segundo Harvey (2013: p. 507 e 508), não se diferencia de investimentos na dívida do governo, ou em ações de empresas. Em todos esses casos, o autor chama a atenção do fato de serem capitais que rendem juros. Portanto, é a taxa de juros que determina o preço da terra virgem, e que como já dito, não possui valor. Dessa forma, a propriedade da terra é tratada como um simples bem financeiro especulativo que é comprado e vendido segundo a renda que ele produz.

> Como todas essas formas de capital fictício, o que é negociado é um direito sobre as receitas futuras, o que significa um direito sobre os lucros futuros do uso da terra ou, mais diretamente, um direito sobre o trabalho futuro. (HARVEY, 2013: p. 508)

Figura 4: Desdobramento da forma-valor: a sucessão sistemática de categorias em Marx

(Retirado de: PALLUDETO, ROSSI; 2018).

Pôde ser observado ao longo das explicações metodológicas explicitadas que as relações de capital, seriam baseadas na apropriação de riqueza pelo trabalho, e não a partir dele, necessariamente, como alertou Botelho (2016). Ainda, segundo Botelho (2016), a propriedade imobiliária, através da renda, é expressão mais acabada do capital fictício, também em sua visão, reforçando os autores já citados, e tal fato só pode ser entendido partindo da conhecida forma monetária, reificada, fetichizada, que se baseiam as trocas dentro do capitalismo.

> [...] “é a base de todas as relações sociais modernas, o desenvolvimento de uma teoria da renda nos seus aspectos mais críticos precisa levar em conta as particularidades históricas da sociedade burguesa, principalmente a sua natureza de economia monetária.” (BOTELHO, 2016: n.p.)

O estudo do capital mercantil, industrial e monetário, e a relação dessas categorias com a terra, é de suma importância para economia política e o planejamento territorial, pois a partir dos conceitos tratados se evidencia o teor ainda mais contraditório entre capitalistas, assalariados, e os proprietários de terras na relação do desenvolvimento no capitalismo periférico.

Capítulo 3 - Propriedade Capitalista da Terra

A terra por si só não é necessariamente equivalente de capital, mas pode tomar tal forma no sistema, como já tratado. A apropriação capitalista de novos espaços e sua força de trabalho em potencial perpassa também pela (re)produção, valorização e imposição de relações socialmente estabelecidas por uma totalidade norteadora de costumes idealistas-fetichizantes de uma burguesia mundial, representada e viabilizada pelos interesses das elites nacionais. Para além de uma abordagem estritamente historicista, como discorrida no tópico sobre a Teoria Moderna da Colonização, este texto percorreu o caminho metodológico marxiano para a compreensão da magnitude do fetiche no estabelecimento dos valores capitalistas de produção na apropriação do território, o estudo, a partir daqui, relacionará à propriedade privada às formas/categorias tratadas até então, na intenção de compreender as influências e determinações de classe sob um dado mercado (no caso de Tanabi, fundiário) em formação.

A propriedade da terra (assim como o trabalho [concreto]) se caracteriza como uma categoria trans-histórica, e toma uma forma peculiar dentro da lógica do capital, pois não consiste em "uma fonte que brote valor, nem tampouco é uma fonte da qual brote mais-valia (ou mais-valor) (...) Mas essa é fonte de renda (...), Uma imposição para receber trabalho não pago" (GODOY, 2018: p.38. apud ROSDOLSKY, MARX, 2001: p.45).

> Pareceria um projeto fadado ao fracasso querer demonstrar os vínculos entre teoria do valor e teoria da renda fundiária se a definição básica de renda é aquela que ignora o trabalho como fonte da apropriação da riqueza socialmente produzida – a propriedade privada da terra permite vendê-la independente de ser um produto do trabalho, portanto, a terra possui preço, mas não valor. (BOTELHO, 2016/ n.p.)

O espaço "é necessário como um elemento de toda produção e de toda atividade humana". (JÚNIOR, 2020: n.p., apud MARX, 1986b: p.238). Porém essa necessidade é restringida pela forma de monopólio com que se desenvolveram historicamente a propriedade da terra e o acesso à terra no capitalismo, pautada pela acumulação primitiva. (JÚNIOR, 2020). A formação de um mercado capitalista que tem como palco a propriedade privada depende necessariamente da separação de trabalhadores e seus meios de produção, estabelecendo assim uma massa de mão de obra miserável como pré-condição a ser explorada pelo capital.

O espaço produzido é obtido pela quantidade trabalho morto transformado em formas espaciais acumuladas numa determinada superfície terrestre, a forma de capital fixo tratada nas relações de capital. Esse acúmulo laboral de uma dada porção de terra influencia na composição de seu valor, tornando evidente que é necessariamente através do trabalho e do acúmulo da técnica que determinada mercadoria obtém valor no capitalismo. O trabalho, aqui entendido como o concreto em seu valor de uso, é alienado pelo trabalho abstrato, reificado pela necessidade do salário para a reprodução da vida social. O espaço geográfico, dessa forma, se valoriza na relação impositiva do capital, se transformando na propriedade privada, tomando a forma de mercadoria, que pela peculiaridade de seu processo produtivo, exige um dispêndio maior de trabalho e um *quantum* maior de tempo para sua realização como retorno financeiro futuro.

> [...] vende-se o uso de certas classes de mercadorias, por exemplo, uma casa, por determinado espaço de tempo. Somente após o decurso do prazo fixado recebe o comprador realmente o valor de uso da mercadoria. Ele a compra, portanto, antes de pagá-la. Um possuidor de mercadorias vende mercadorias que já existem, o outro compra como simples representante do dinheiro ou como representante de dinheiro futuro. O vendedor torna-se credor, o comprador, devedor. Com a metamorfose da mercadoria ou o desenvolvimento de sua forma valor se altera aqui, o dinheiro assume outra função. Converte-se em meio de pagamento (BOTELHO, 2016: sem pág. apud MARX, 1985: p. 114).

O capital fixo incorporado a terra, representado por uma casa, como no exemplo, se caracteriza por uma mercadoria que interrompe o vínculo imediato entre o momento de venda (M—D) e o momento de compra (D—M), postergando o pagamento da mercadoria e introduzindo a função da moeda de crédito na circulação das mercadorias, de maneira natural. (BOTELHO, 2016). Cria-se, assim, uma forma de juros, que pode ser exorbitantemente mais atrativa que o próprio resultado do trabalho concreto produzido nessa dada propriedade. Como em cidades que crescem muito rapidamente, Marx observa que o lucro da construção é extremamente pequeno e "o lucro principal vem de elevar a renda fundiária", de modo que é "a renda fundiária, e não a casa, que é o objeto real da especulação imobiliária*"* (HARVEY, 2013: p. 533)

> A observação inicial a ser feita é que, ao servir como meio de pagamento, o dinheiro cria a instituição social do crédito, produz as formas de empréstimos possíveis para diversas relações econômicas, funciona agora como uma mercadoria especial – dinheiro-mercadoria – e inclusive induz à criação de dinheiro de crédito (uma forma alternativa de medida de valor). A teoria da renda, por exemplo, seria impensável sem esse sistema de crédito gerado pela função como meio de pagamento do dinheiro – assim como a circulação do capital fixo, a rotação da produção, o adiantamento de salários, o capital a juros etc. (BOTELHO, 2016: n.p.).

Ou seja, o valor é, antes de tudo, como já discutido, uma substância social-histórica em que as organizações formadas de proprietários privados já contavam com a divisão social do trabalho extremamente hierarquizada em uma economia mercantil, e possibilitou a força de trabalho, órfã de seus meios produtivos, fosse explorada na colonização de novos espaços para acumulação. Paulani (2016) apresenta uma boa discussão sobre origem da renda fundiária, e consequentemente, o preço da terra num determinado mercado, na capacidade de domínio da classe dos proprietários de terra de se apropriar dos sobrelucros (diferença de rendimento com relação ao lucro médio), ou seja, daquela parcela do valor produzido pelo trabalho, mas que é gerado num nível que supera o preço de produção.

> Essa captura dos sobrelucros tem importante efeito na economia como um todo, pois retira de circulação uma parte do mais-valor, reduzindo, com isso, a taxa de lucro médio, a qual se relaciona com toda a economia em conjunto, ou seja, com o "capital em geral" (PAULANI, 2016: p. 525).

Resgatar e discutir a teoria da renda fundiária em Marx, bem como seu caráter histórico-dialético, evidencia "o fundamento de vários dos fenômenos que têm caracterizado a etapa atual do capitalismo está no mesmo lugar onde sempre esteve: o velho e conhecido trabalho não pago". (PAULANI, 2016: p. 534).

> [...] o grande esforço é mostrar que a teoria da renda é parte integrante da teoria do valor, ainda que aparentemente seja sua negação, já que a terra não é fruto do trabalho, não é resultado de uma abstração socialmente objetivada. Contudo, como o preço na sociedade burguesa é o resultado da determinação do valor das mercadorias em dinheiro – portanto representação particular do valor das mercadorias por meio do equivalente universal —, então a única maneira de um objeto qualquer se tornar objeto de compra e venda é passar pelo sistema de preços. A renda sobre o monopólio da terra propriamente dita e os investimentos de capital imobilizados no imóvel têm que passar necessariamente pelo sistema monetário – devem ganhar a forma de preços, ser convertidos em dinheiro. Ambos, não importando sua origem, são identificados no processo de transformação das mercadorias em unidades de riqueza quantificáveis, ou seja, são submetidos ao padrão de preços. (BOTELHO, 2016/n.p.)

A noção de fetichização dos valores sociais (culminando nos preços) historicamente estabelecidos pelas relações baseadas no capital gerador de valor, controlados pela classe dominante burguesa, é o caminho para a compreensão das magnitudes cíclicas das crises mundiais, que são sintoma de um sistema que historicamente se alimenta da negação da necessidade da centralidade do trabalho na produção e reprodução social.

É necessário também que, antes de iniciar as discussões sobre as rendas fundiárias, para melhor apreensão do tema, se estabeleça uma noção processual em que os tipos de renda foram se modificando e se estabelecendo ao longo do tempo.

3.1 - Renda da Terra

3.1.1 - A Renda Pré-Capitalista da Terra:

Apenas de modo representativo, evidenciando a transacionalidade da sujeição de classe no campo, a discussão das rendas pré-capitalistas também será sinteticamente relatada no texto. O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e seu método dialético para o entendimento das mutações relacionadas à renda fundiária ao longo dos tempos, são tidos como referência no artigo de Amauri Tadeu Barbosa Nogueira, de 2017, "A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária", em que Nogueira se atenta aos desdobramentos das formas de renda da terra pré-capitalistas, em que o próprio produtor entrega diretamente nas mãos do proprietário da terra o excedente que esse exige pelo uso da terra, que ganha outros traços no capitalismo, vindo a posteriori, e passa a ser entendida na lógica contraditória do capital. Nogueira (2017) apresenta três formas para obtenção de renda em relações não capitalistas: renda em trabalho, renda em produto e renda em dinheiro.

1) A renda-em-trabalho: se caracteriza na forma mais direta e simples de renda fundiária. O trabalhador dá gratuitamente ou coercitivamente dias de trabalho a outrem; "durante parte da semana, o produtor direto, com instrumentos (arado, animais, etc.) que lhe pertencem de fato ou de direito, lavra o terreno de que dispõe de fato e, nos outros dias da semana, trabalha nas terras do solar senhorial, para o proprietário de terras, gratuitamente*".* (NOGUEIRA, 2017: p. 20, apud MARX, 2008: p.1045).

2) A renda-em-produto: se origina pelo fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem; "quando a renda em produto existe em estado puro, desaparecem as interrupções cansativas em que se trabalha para o proprietário da terra, as quais, dependendo da convenção em vigor sobre a corveia, acarretam maiores ou menores transtornos". (NOGUEIRA, 2017: p.20, apud MARX, 2008: p.1051).

3) A renda-em-dinheiro: ou vulgo arrendamento, que se inicia na conversão da renda-em-produto em renda-em-dinheiro, em que esta, "supõe desenvolvimento já considerável do comércio, da indústria urbana, da produção mercantil em geral e, por

conseguinte, da circulação monetária" (NOGUEIRA, 2017: p.20, apud MARX, 2008: p.1053).

Para Nogueira (2017: p. 21) apud Oliveira (1986), excedente não pago é, em sua magnitude total, "entregue ao proprietário da terra em que a renda capitalista da terra é um tributo pago por toda a sociedade ao proprietário da terra é obtido no momento de alugar a terra, no momento de arrendar a terra ou no momento da venda. No momento da venda a renda da terra é obtida de uma só vez."

Importante ressaltar que todas modalidades de renda fundiária discutidas nesse item, estão vinculadas ao momento histórico de formação do município tanabiense (comum dentro da lógica colonizadora da Fronteira Agrícola Paulista), em que o acesso à terra era restrito, ou cativo, segundo Martins (2013), resguardado pela classe de latifundiários rentistas de origem escravocrata.

3.1.2 - A Renda Capitalista da Terra:

O fator de necessária atenção na diferença entre renda pré-capitalista e a propriamente dita, está na posse da terra, uma determinante essencialmente histórico-dialética, dinâmica, que precisa ser particularmente estudada, principalmente em casos de economias periféricas como a brasileira. Havia uma impositiva territorial muito latente na sociedade coronelista do final do século XIX, e início do século XX, já que o trabalhador da fazenda não era "livre" para ter controle sob sua propriedade vivida. O fazendeiro tinha o poder de coerção instituído pela extrema desigualdade entre classes (distribuição de meios de produção, status social e privilégios políticos) existente na sociedade brasileira.

Assim, a renda capitalista da terra, diferentemente do salário e do lucro, exemplificando a fórmula trinitária geradora de valor citada por Marx n'O Capital, não está relacionada ao processo de produção enquanto tal, mas à posse da propriedade privada da terra. O 'segredo' está na apropriação de mais-valia vinculada ao trabalho do processo produtivo.

> As categorias básicas da socialização capitalista, a forma através do qual necessariamente se desenvolve a teoria da renda – partindo do valor, mercadoria, dinheiro —, ficava encoberta sob o esquema da troca de produtos e da prestação de tributos [válido quase universalmente]. Uma teoria crítica radical da forma capitalista e do caráter fetichista das próprias categorias econômicas, era necessariamente uma impossibilidade quando se tratava a renda da terra nesses termos, sem compreender o caráter reificado do mundo burguês – portanto, sem compreensão do economicismo real em que as relações sociais são objetivamente achatadas. (BOTELHO, 2016: n.p.)

Dá-se o nome de renda ao rendimento que deriva da mera propriedade, ou seja, é rentista todo aquele que tem direito a uma parcela do valor socialmente produzido pelo mero fato de ser proprietário. (PAULANI, 2016). Tal fato faz com que a renda da terra, ou a mais-valia obtida com a exploração do trabalho no campo, seja tão cobiçada e inerente à formação do sistema capitalista.

> Na agricultura, a terra se torna até um meio de produção no sentido de que ela é limpa, melhorada e trabalhada de maneira a tornar-se parte do processo de produção. A circulação do capital encontra uma barreira na forma da propriedade fundiária. O proprietário da terra pode exigir um tributo – apropriar-se de uma parte do mais-valor – em troca do uso da terra como uma condição ou meio de produção. O grau em que essa barreira é manifesta como um poder de classe dos proprietários de terra depende das circunstâncias históricas. Mas como o tempo todo existe o poder para apropriar uma parte do excedente na forma de renda, isso deve necessariamente refletir um padrão de relacionamentos sociais que, quer se queira ou não, penetra no cerne do processo de produção e condiciona sua organização e sua forma. (HARVEY,2013: p.140,141).

Deste modo, na relação social capitalista instituída entre o trabalhador e o proprietário do meio de produção, o trabalhador cede, por um tempo determinado, a sua capacidade de trabalho que consumida na produção, reproduz o seu valor e mais valor (mais-valia). Consequentemente, é preciso produzir indivíduos socialmente determinados e cujo único "bem" seja sua própria força de trabalho. A base de toda a formação do capital está na expropriação dos produtores diretos (GODOY, 2018). Assim, com um exército de trabalhadores expropriados de seus meios de produção, os capitalistas possuem uma vasta mão de obra disponível e barata para a extração do mais-valor através da renda fundiária.

A Terra: Valor de uso e valor de troca.

A terra virgem possui valor de uso quando ocupado por indivíduos para desígnios de subsistência, mas não é mercadoria. O solo só passa à condição de mercadoria quando é posto numa relação de valor de troca com outra mercadoria. Portanto, a terra se transforma em mercadoria quando alguém tem a seu domínio, pois somente possuindo algum proprietário, poderá ser trocada numa relação com outra mercadoria (dentro das relações contratuais capitalistas). Com a privatização da terra, o território fundiário se torna essencialmente um valor de troca, inserindo-se como mercadoria dentro da lógica do capital. Por conseguinte, a terra, um bem natural essencial para a reprodução da vida humana, é reificada como uma mera mercadoria peculiar, que também é produtora de mais-valor. Vilas Boas (2017, p. 146 apud MARX 2008, p. 178) pronuncia que: "A renda,

em vez de vincular o homem à natureza, fez somente vincular a exploração da terra à concorrência.”

Dessa forma, através da concorrência no comparativo de produtividade do solo mais fértil, ou de melhor manejo, com o solo menos abastado de predicados para o rendimento produtivo, o valor do pior solo determinará o preço de mercado. Essa diferença de produtividade é determinada Renda Diferencial nos estudos marxianos de renda da terra. É pertinente destacar, que o preço médio de mercado também é determinado pelas particularidades históricas de cada parte do globo, bem como as condições de dominação impostas por determinada classe social.

A renda diferencial é dividida em dois tipos.

Renda Diferencial I

A renda diferencial é consequência da produção capitalista, mas não depende dela para existir (VILAS BOAS, 2017). Segundo Oliveira (2007, p. 44), “a renda diferencial é, portanto, a diferença entre o preço individual de produção de cada produtor em particular (que tem a sua disposição solos mais férteis, por exemplo) e o preço de produção geral que é formado a partir dos preços de produção dos piores solos cultivados.”

Os principais fatores diferenciais nesse caso, são a fertilidade do solo e a localização (entre outros fatores de caráter natural), determinando o sobrelucro do solo mais produtivo.

> Segundo Oliveira (2007), a renda da terra diferencial I é fornecida pelas melhores terras e é obtida pela diferença de produtividade entre os solos, que é decorrente da maior fertilidade natural de um deles. De maneira didática, pode-se dizer que na renda diferencial I, a produtividade por área, se aplicados o mesmo quantum de trabalho e de capital em extensões de solo do mesmo tamanho, é diferente de uma terra para outra. Ou seja, há o mesmo montante de capitais aplicados nas terras, porém, com produtividades desiguais. Oliveira (2007) aponta que o impacto da fertilidade natural é maior que o da localização para a formação da renda da terra diferencial I. (VILAS BOAS, 2017; p.147, 148).

Assim, a renda diferencial I é específica do início do sistema capitalista, onde a disponibilidade de terras era vasta, e a área de atuação do capital dispunha de terras virgens, ainda não incorporadas à lógica de produção capitalista. A partir da evolução das técnicas científicas agrícolas, os capitalistas, através da inserção de capitais de

investimento nas terras menos férteis, necessárias neste momento pela demanda urbano-industrial, procuraram elevar a fertilidade do solo menos produtivo e pior localizado.

Renda Diferencial II

Nesse momento, surge a segunda forma de renda diferencial, a de caráter essencialmente capitalista, pois depende de investimentos para a determinação da fertilidade (artificial) do solo. Tais investimentos se caracterizam principalmente do sobrelucro acumulado pelos capitalistas que necessitavam de novos alvos para a reprodução do capital (que só gera lucro posto em circulação). A Revolução Verde, que marcou o período pós-Segunda Guerra, situam bem tal fenômeno, com uma indústria agrícola em escala global se estabelecendo, fruto de uma expansão compensatória desencadeada pela crise de sobreacumulação de 1929.

> Oliveira (2007) mostra que a renda da terra diferencial II surge quando os indivíduos tentam elevar a fertilidade natural do solo, através de fertilizantes, adubos, modificações na genética nas sementes, entre outras maneiras. Portanto, ela é fornecida pelos investimentos na terra, ocorridos por intermédio da aplicação de técnicas para o plantio, de melhoramentos do solo, entre outras. (VILAS BOAS, 2017: p.149)

A eficiência produtiva virou condição necessária para a reprodução agrária, e é viabilizada pela evolução tecnológica do campo. Assim a renda diferencial I ainda serve como base da renda diferencial II, isso porque ainda há o cultivo de terras diferentes em questão de fertilidade e localização, e consequentemente, condições diferentes de investimentos de capital agrícola nesses solos.

Renda Absoluta

A renda absoluta pressupõe um nível de desenvolvimento das forças capitalistas de produção, no sentido que a propriedade privada da terra faz com que os arrendamentos em qualquer solo paguem a renda, ou aluguel sobre a terra. Portanto, os preços de mercado dos produtos provenientes da agricultura são superiores ao seu preço social geral de produção. Segundo Vilas Boas (2017) apud Oliveira (2007), a renda absoluta é proveniente do monopólio da terra de determinada classe social, que coloca a produção fundiária mediante a cobrança de taxas, permitindo dessa forma, que todos os solos, inclusive o pior solo, extraiam a renda da terra. Dessa forma;

> [...] Destaca-se que ela (renda absoluta) é obtida através da elevação dos preços dos produtos agrícolas a um patamar superior ao preço de produção geral. [...] Em consonância com os dizeres de

> Oliveira (2007), [...] para a renda absoluta existir, o valor da mercadoria deve estar superior ao seu preço de produção. Portanto, os proprietários fundiários empenhar-se-ão no objetivo de elevar os preços de mercado, visto que isto majorará sua fração da renda da terra absoluta. É por isso, que a renda da terra absoluta é obtida através de um confronto de interesses contraditórios entre os proprietários privados fundiários e o restante da sociedade [...].
>
> Contudo, a renda da terra absoluta não crescerá incomensuravelmente. Como ela é fruto do alargamento dos preços de mercado, todo o restante da sociedade (exceto os proprietários de terras), pressionarão para que os preços dos gêneros agrícolas não se elevem de maneira desmedida. Soma-se a isso, uma contradição inerente ao uso capitalista da terra. Se os preços de mercado chegam a um nível superior aos preços de produção, isto propicia com que novas áreas sejam utilizadas para finalidades agrícolas, elevando a quantidade e a disponibilidade destes produtos, e incidindo na queda de seus preços no mercado. (VILAS BOAS, 2017; p. 143, 144)

A maximização desse movimento que é o capital gerador de valor, tanto em escalas espaciais como temporais, levam a concentração de capital, principalmente em economias de capitalismo tardio, sempre acompanhada da monopolização/oligopolização do mercado, pois o progresso da acumulação aumenta na medida em que esta pode ser centralizada, ou seja, a expansão da produção capitalista cria tal necessidade social da acumulação, e os meios técnicos dessas gigantescas empresas industriais depende de uma prévia centralização do capital. (MARX, 1984, p. 728).

O estudo da gênese e a evolução da concentração fundiária servem como um parâmetro de verificação do resultado da posse dos meios de produção no âmbito rural e, assim, configura-se como um importante determinante da distribuição da riqueza no município de Tanabi.

Renda de Monopólio

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) destaca que só pode haver renda de monopólio quando um percentual da sociedade paga preços muito acima dos valores de mercado para adquirir um produto ou serviço específico, que por casualidades da natureza, são oferecidos de forma reduzida. (VILAS BOAS, 2017) Um exemplo é o vinho e a especificidade de seu '*terroir'*. Esse tipo de renda da terra se caracteriza como sobrelucro de um preço de monopólio, existindo porque há o desejo de determinada classe da sociedade de consumir uma mercadoria que é produzida em áreas limitadas. Com isso, pode-se entender que na renda de monopólio está perceptível o caráter fetichista da mercadoria, tão discutido por Marx (1984). Em alguns casos, as condições naturais de

competição do mercado não prevalecem. São nestas situações que as rendas monopolistas se realizam. Para Harvey (2013), a existência da renda monopolista depende da capacidade de instituição de um preço de monopólio para um produto, como no caso das regiões vinícolas, como também, sempre importante ressaltar que as condições sociais e históricas que interferem no mercado de dada região. De acordo com Oliveira (2007), a renda de monopólio depende do desejo e do poder de compra dos consumidores. Ela não está dependente aos interesses e reivindicações sociais, já que seus produtos não são de consumo essencial da população. É extraída pelos donos de terras com propriedades especiais. Só existe devido ao preço de monopólio de uma mercadoria especial.

Capítulo 4 - A produção capitalista do espaço agrário no noroeste paulista; o surgimento de Tanabi

Ocorre em meados do século XIX a primeira grande crise estrutural do capital, denominada A Primeira Grande Depressão. A necessidade orgânica do sistema capitalista em procurar novos meios, técnicas e espaços para se (re) produzir era necessária, e assim, a Segunda Revolução industrial começa a tomar forma a partir do centro capitalista europeu. A primeira forma autonomizada do capital (SABADINI, 2013) estava a se formar, o capital a juros, e possibilitava não só uma mudança no teor dos investimentos estrangeiros, mas também em sua magnitude e controle sobre os negócios.

É na colonização capitalista de espaços não capitalistas que está a importância do tema tratada nesse estudo. Pois, Marx chegou brevemente discorrer (HARVEY, 2005: p. 58 apud MARX, 1969b: p.302 e p.303) sobre a diferença de colonização do povoamento e da exploração, em que na primeira situação, o trabalhador é dono de seus meios produtivos, realizando sua subsistência, e no segundo caso, a produção é imobilizada pela especulação comercial, ditada pela autonomização do capital a juros, e pela monocultura sustentada na escravidão ou relações de trabalho extremamente arcaicas e subservientes, garantindo altas taxas de lucro aos capitalistas e investidores.

David Harvey, em seu livro, A Produção Capitalista do Espaço (2005) faz importantes adaptações com relação à teoria da acumulação em Marx aplicada ao espaço geográfico. Segundo o autor, a partir do momento que um determinado espaço acumula riquezas para além de suas possibilidades na dinâmica da reprodução capitalista, é necessário procurar novos espaços a se conquistar, e garantir a vasão desse montante de capital ocioso. Com a realização de tal fato, recorrente na história recente, é evidente que se gera uma relação entre centro e periferia. O centro se estabelece como propulsor da inovação tecnológica e do crédito para investimentos na periferia, que por esta, se sustenta ao produzir as matérias-primas necessárias para as nações imperialistas, estabelecendo assim, uma dinâmica de trocas desiguais, marcadas pelo inerente movimento dialético (centro-periferia) da sociedade do capital.

O reflexo em território paulista desse movimento de apropriação e valorização fundiária pelo capital sobreacumulado se caracterizou pelo surgimento da Fronteira Agrícola, com o objetivo de instaurar a propriedade capitalista no noroeste paulista, no início do século XX, e de forma mais intensa e peculiar pós-crise de 1929, assunto que será tratado aqui à posteriori. Nas ciências humanas, principalmente dentro de uma

perspectiva histórico-dialética da realidade concreta, o tempo é cíclico, não linear. Antes de recortar o noroeste paulista e os desdobramentos da Fronteira Agrícola para uma análise, uma breve contextualização da totalidade sociopolítica conjuntural da época, que influenciou diretamente na dinâmica territorial da formação de Tanabi, será feita. A categoria Território na perspectiva marxiana da Geografia Crítica dará em entendimento processual do desenvolvimento socioeconômico tanabiense, em suas primeiras décadas de existência.

Assim, o capital sobreacumulado, personificado no fazendeiro, que estava rumo à desvalorização pôde ser capitalizado em terras nacionais como forma de especulação, expulsando os índios que ali se reproduziam, sendo alguns covardemente dizimados, impondo seu poder também aos trabalhadores caipiras, escravos recentemente libertos e imigrantes.

4.1 - O processo de territorialização e valorização do espaço como uma referência analítica das relações sociais

Se torna pertinente retomar a discussão sobre o território como categoria de análise do processo social. Assim, é necessária uma pesquisa histórica para se ter melhor clareza sobre as relações sociais que pautaram a formação territorial promovida pelo poder público no contexto social de surgimento de Tanabi. A intenção é de evidenciar o caráter fetichista e excludente promovido pelo capital, personificado pelo fazendeiro e coronel, título que era obtido pelo nível de renda através da compra, e que trazia o discurso de uma suposta modernidade à objetividade social.

O processo de formação territorial é antes de tudo, uma referência de análise na relação entre sociedade/espaço. O histórico territorial regional, sendo estudado como parte integrante de uma totalidade norteadora representada pelos interesses do capital, se torna uma ótima ferramenta para o entendimento científico histórico-social, levando em conta as particularidades que as relações capitalistas impõem sobre as diferentes regiões do globo e em diferentes épocas.

A crítica à economia política estabelecida por Marx gira em torno da tendência do capital em reconhecer todos os elementos da objetividade como mercadoria, categoria passível de fetichização, uma estimação ultra elevada. O espaço territorializado é inserido dentro desse contexto de valorização, e estabelecido por circunstâncias imediatas de finalidade econômica, apreendendo o meio ambiente apenas como recurso ao modo de produção, condicionando a relação entre o homem e o meio natural.

Nesse sentido, a política serve também para organizar territórios (VERDI, 2017 apud LACOSTE, 1976: 22 e 23), e o território brasileiro foi projetado por uma classe dominante de herança colonial, latifundiária e conservadora. O espaço geográfico quando projetado, pensado, em termos técnicos, legais e delimitado, se emancipa a categoria de território. Um elemento híbrido que carrega, na visão de Santos (2006), ao mesmo tempo os retalhos de técnicas e costumes passados interagindo com formas tecnológicas atuais, gerando particularidades locais.

> (*O território é)* um híbrido, pois contempla objetos e ações (fixidez e fluidez) e, no plano relacional e escalar, as horizontalidades (lugares contíguos) e verticalidades (lugares em rede). Essa renovação passa pela concepção de dialética do território como a dissociação do controle político (distante) em relação ao controle técnico (local). Aceitando essas premissas, esse texto já traz uma clara aposta na ideia de um território em rede e assume a perspectiva multiescalar sobre os processos socioespaciais. (FUINI, L. L., 2019: p. 10)

A colonização de espaços nacionais ainda não englobados na lógica da acumulação mundial até então, transformados em território pelo poder público brasileiro ao final do século XIX e início do XX, se concretiza de forma primitiva e no sentido mais exploratório e segregador possível, considerando a natureza como recurso à produção latifundiária. Segundo Sebastião de Almeida em seu livro "Subsídios para a História de Tanabi*"*, a população indígena de origem *Kaiagang* que ocupava a região do noroeste paulista por volta de 1900, era próxima de 1200 grupos. Em 1957, era de 87 grupos, mostrando o teor mórbido e devastador do avanço da colonização. Esse discurso colonizador modernizante atuou como via impositiva para a incorporação de novas terras na lógica acumulativa do capitalismo periférico, na mesma época.

> A colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade/espaço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os "naturais" do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local. Os atrativos evidentes - os imediatamente encontrados - comandam a instalação inicial dos colonizadores, mas os espaços desconhecidos atuam constantemente no imaginário colonial, fazendo da expansão progressiva um elemento sempre presente na vida da colônia. O devassamento e a apropriação de novas terras aparecem como um dos componentes constantes dos processos de colonização, os quais têm assim um caráter extensivo intrínseco. A existência de fronteiras de ocupação em movimento é, assim, outro elemento caracterizador da realidade colonial. (MORAES, 2002: p. 68)

Moraes ainda ressalta que, no caso brasileiro, nossa concepção de território é particular, pois o vasto território nacional foi uma colônia de exploração, fruto da conquista territorial das metrópoles coloniais ibéricas e, depois, das potências

imperialistas econômicas anglo-saxãs. Assim, nunca se conseguiu projetar uma nação pensada pela maioria do povo. A condição imposta de periferia no mercado mundial nos trouxe a dependência, em diferentes níveis, e um território como projeto ideológico nacional exercido por uma elite latifundiária com o objetivo de dominação. Desse modo, a *"*construção dos Estado periféricos se faz a partir de heranças coloniais existentes, seja no que importa aos sistemas de produção, à estrutura político-administrativa, ou mesmo à identidade vigente entre os operadores do processo*"* (MORAES, 2002: p. 102).

A ideologia burguesa traz para sua concepção de ontologia do ser social uma visão condizente com as peculiaridades da prática burguesa (individualidade, competitividade, acumulação de capital, etc.). Ao longo da história da humanidade, as classes dominantes de suas respectivas épocas e escalas geográficas, impunham as concepções ontológicas do ser "ideal" como verdades universais e atemporais. Concepções de mundo a-históricas sempre cumprem um papel conservador, norteado por uma classe dominante, segundo Moraes (1996). Dentro dessa mesma axiologia conceitual, Moraes utiliza de Ratzel para melhor caracterizações sobre a categoria "território", no livro de sua organização da Coleção Grandes Cientistas Sociais – "Ratzel", de 1990.

> O território seria, em sua definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. (...) Dessa forma, o território é posto como um **espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade** (grifo meu) [...]. O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade (...). A defesa do território é vista como um imperativo da história, que passa a ser delineada por uma luta pelo espaço (MORAES, 1990: p. 23).

A formação territorial carrega consigo, naturalmente, a ideia e a necessidade de uma análise que leve em conta seu teor processual. "A formação territorial é um processo cumulativo que articula as várias formas de organização social. A apropriação e dominação política de um espaço obedecem a lógica da sociedade vigente. (MORAES, 2002: p. 54)". Ao debruçar sob os aspectos de um determinado território, outro ponto indispensável é a consciência do poder do ideário capitalista sob as ações que moldam o espaço, disseminados pelos discursos onde moram o germe da materialidade concreta imposta pela classe burguesa. *"*A formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais*"* (MORAES, 2002: p. 59). O território é "resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento" (MORAES, 2002, p. 63).

Com a eminência da modernidade representada pelo trabalho livre que surgira na Europa, ao final do século XVIII, a classe dominante brasileira, até então representada pelos latifundiários escravocratas, percebia, também pelas sanções imperialistas do governo inglês, que era uma questão de tempo até as relações assalariadas chegarem em solos brasileiros, que pertenciam ao Império. O primeiro marco que instaurou a propriedade privada no país, foi a Lei de terras de 1850 (que será melhor discutida em breve nesse tópico) e que manteve os privilégios dos senhores de terras como herança do rentismo da escravidão.

> [...] a sobrevivência de relações muito assimétricas, herdadas da organização colonial, torna difícil falar em vontade geral nestas sociedades, onde vigoram formas de trabalho compulsório e impedimentos sociais extraeconômicos. Em tais sociedades, o povo não abarca a totalidade da população do país, pois ali vigoram regras de exclusão na distribuição dos direitos de cidadania. Enfim, a legitimação do Estado emerge como problemática nestes contextos (MORAES, 2002, p. 93).

A geografia humana nada mais é, ainda segundo o célebre autor, que a história dos territórios, dando uma dimensão de um sistema de totalidade dialética, cíclica, fruto de um desenvolvimento desigual, mas cominado, estabelecido por relações multiescalares baseadas nas reproduções das imposições geopolíticas e gerando uma dependência eterna entre as antigas metrópoles e suas colônias.

Portanto, é pela valorização do espaço que o homem se relaciona com o meio e o qualifica, o transforma. E é essencialmente pelo trabalho que a uma sociedade modifica um dado território apropriado e o transforma em um espaço social condizente às suas necessidades, que gradativamente se impõe perante o espaço natural. *"*A formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo (como território) deva ser a da valorização do espaço" (MORAES, 2000: p.15). Em seus estudos sobre a valorização do espaço, Moraes destaca também o caráter mutável da categoria ao longo da história, e que pode ser relacionada justamente ao processo de formação de um território. Cada sociedade capitalista produz formas específicas para sua reprodução, sempre norteadas por uma ideologia determinada, a burguesa. Assim, uma dada estrutura desigual cristalizada num determinado espaço, tem efeito hereditário e determinante sobre as futuras gerações.

Ao falar de história territorial, inevitavelmente, sempre surge uma narrativa responsável por um modo parcial de ler tal história (MORAES, 2002), de cunho, muitas vezes, tendencialmente memorialista. É de suma importância, portanto, estar atento aos

movimentos históricos, cheio de contradições e paradigmas, “para buscar apreender a valorização do espaço em manifestações singulares*”*. (MORAES, 2002: p.45). Daí a noção de processo, e consequentemente, de um processo cumulativo, ganhando particularidades em cada momento histórico, impostos na imensa maioria das vezes, como destaca este estudo, por fatores socioeconômicos internacionais. A apropriação de novos espaços, elevados, assim, à territórios, necessariamente perpassam pelo teor valorativo do sujeito responsável pela “colonização”.

Enquanto se vendia a visão ideologicamente forjada da terra como valor de uso, própria, digna, ao imigrante, e ao posseiro, se articulava entre a elite latifundiária a verdadeira face do projeto de país na marcha colonizadora. A terra era instaurada como valor de troca, em que sua propriedade era determinada não pela produtividade concreta expressada pelo trabalho, mas pela simples posse, representada pelo título de propriedade. Era criado um sistema de valorização do patrimônio do fazendeiro através da exploração estrutural do trabalho.

O espaço colonizado, agora territorializado, surgia um como grande empreendimento capitalista, sustentado por uma pequena parcela de classe abastada, que através da especulação fundiária atingiu níveis discrepantes de riqueza rápida. companhias privadas eram responsáveis por lotear terras, que eram mais valorizadas às margens das ferrovias, e distribuir grandes quantidades de imigrantes nas fazendas para a produção cafeeira, que ditou a economia brasileira até início do século XX.

> A conquista territorial reforça a dialética da dependência e subordinação que se expressa na máxima: a construção de um Estado para defender seu território e não seu povo. E, após o momento histórico colonial, o Estado ainda se vê com as dificuldades de ser periférico, a questão territorial, pois que se submete ao controle dos países centrais na adaptação constante de seu território (modernizações) aos requerimentos técnicos postos pelos padrões de acumulação internacional. As ideologias geográficas, como embasamentos discursivos dos projetos nacionais no contexto brasileiro, desde José Bonifácio e sua proposta de construção de uma nacionalidade não-escravista (como que se negasse a herança escravista de mais de 300 anos), repousam na ideia de se construir um país, e o próprio Estado, para dar coesão às elites e seus pleitos. (FUINI, L. L., 2015: p. 128)

Moraes, ainda segundo Fuini (2015), indica uma abordagem híbrida de geografia, contemplando tanto os processos materiais como os subjetivos e simbólicos. Os símbolos, como um bom exemplo, variam no tempo e no espaço, de acordo com as características de cada sociedade. A elaboração das ideias é produto de um raciocínio constituído no

decorrer do tempo. Quando um emaranhado de ideias se torna um discurso disseminado, se eleva à categoria de ideologia, tema do nosso próximo tópico.

4.2 - O termo "Sertão" e as Ideologias Geográficas do projeto civilizatório paulista

Este subcapítulo tem o papel de expor o teor do discurso político e ideológico que sempre regeu as políticas públicas, sempre indo ao encontro dos interesses das classes dominantes; A princípio, é indispensável situar o leitor sob a discussão do termo Ideologia, dentro de uma conjuntura conceitual marxista, materialista, que considera a realidade fruto da *práxis*, condição material da produção social ao longo da história humana.

O evento que originou uma série de debates sobre a Ideologia no cenário político, foi quando Napoleão Bonaparte cunhou a expressão "ideólogos" ao se referir ao grupo de filósofos do qual fazia parte Destutt de Tracy, criador do termo ideologia. "Para Napoleão este grupo era responsável por deformar a realidade mediante suas ideias". (BEZERRA, 2009: p.114) Aproveitando o termo e o sentido elaborado por Napoleão Bonaparte, Marx deu início a um profundo debate cujo objetivo era mostrar a ideologia como uma espécie "falsa consciência" (O termo "Falsa Consciência" é criado por Engels, segundo Eagleton, 1997) (BEZERRA, 2009: p.114). Porém o pano de fundo a sustentar as críticas lançadas por Marx era o conflito filosófico entre a corrente idealista e a materialista. Marx em seu livro "A ideologia alemã" (de 1846, mas só publicado em 1932) dirigiu duras críticas aos idealistas alemães que acreditavam serem as ideias o motor da vida social. Para Marx, os idealistas deixaram se embebedar por suas próprias ideias, pois se "inclinaram-se perante as suas próprias criações", ou seja, renderam-se ao império das ideias. (BEZERRA, 2009: p. 114,115). Segundo a concepção marxiana de percepção do mundo, toda consciência é primeiramente determinada pelo meio a sua volta, não existe consciência sem um contexto social que a determina desde sua gênese, contrariando os idealistas kantianos. Seguindo, Marx, diz:

> Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital (...) serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a

> vida, mas sim a vida que determina a consciência. (BEZERRA, 2009: p.115 *apud* MARX, 2002: p.19, 20).

Terry Eagleton, em seu livro Ideologia, reforça tal raciocínio, e afirma:

> A palavra "ideologia" é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linguagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado (EAGLETON, 1997: p.15).

Outra referência no tema é Marilena Chauí, considerando que as ideologias se "constituem em uma visão de mundo que através do discurso lacunar, unifica pensamento, linguagem e ação, instituindo uma retórica prescritiva também em relação ao comportamento do sujeito" (CHAUÍ, 2003 apud MORAES, 2016: p.2). A ideologia recorrentemente é usada como uma distorção ou abstração da história, no sentido de que essa história é alterada e seletiva, contada, reproduzida e solidificada pelas instituições dessa classe dominante. É necessário perceber o caráter sutil dos discursos.

Essa mesma classe dominante constrói a partir da disseminação de ideias e valores, sem que realmente a classe dominada entenda a violência para si de tais implicações. Mas conforme Gramsci (COUTINHO, 2001: p.15) reitera, "nem todos os capitalistas, mas pelo menos uma elite deles tem uma capacidade de organizar a sociedade em geral [...] pela necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão de sua própria classe." Essa minoria é a que se apropria do aparato estatal para viabilizar a realização de seus projetos de acumulação capitalista.

A partir da contextualização do termo "Ideologia", tal categoria ganha uma dimensionalidade na área espacial, as formas, e assim, criando um modo de análise para espaços geográficos que são territorializados através de discursos ideológicos. O conceito de território é atribuído a um dado espaço geográfico delimitado, com leis e sociabilidade específicas. Para Moraes, geógrafo, criador do termo Ideologias Geográficas:

> "As Ideologias Geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais nos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e de sua relação com ele". Podemos compreender que tais ideias são capazes de impulsionar a acomodação de certos grupos sociais e também arquitetar a objetivação de sua transformação. No conjunto das ideologias geográficas merecem destaque aquelas ligadas à ideia da "vocação natural", apresentando certo viés de determinismo geográfico que explica a sociedade a partir de seus "atributos territoriais" e ela mesma como um desses qualificadores. Esse apelo à "vocação" e ao "destino" dos lugares, "posição natural" frente aos caminhos possíveis diante dos processos históricos, acabam sendo recorrentes em políticas territoriais elaboradas e conduzidas pelo Estado. (MORAES, 1996: p. 44)

Dessa forma, Moraes (1996) afirma que podem ser entendidas como ideologias geográficas, algumas modalidades de discurso: Como esse apelo à "vocação" e ao "destino" dos lugares frente aos caminhos possíveis diante dos processos históricos (destino e caminhos possíveis dentro dos interesses do mercado mundial), e acabam sendo recorrentes em políticas territoriais elaboradas e conduzidas pelo Estado. Outra modalidade é a de "caráter social" ou cultural, que tenta colocar as questões sociais como qualidades do espaço que se apresentam também como ideologia geográfica, pois é um tipo determinismo geográfico impactando sobre uma sociedade. Moraes (1996) ainda completa que, para tais ideias serem disseminadas em massa, a mídia e os meios de comunicação em geral, passam a ser alvo de controle dessas mesmas classes dominantes, interferindo nas instituições jurídicas, econômicas, ditando a tradição social de um determinado povo.

Muito já se ouviu sobre o termo "Sertão", famoso na literatura brasileira como expressão da cultura interiorana, mas pouco já se discutiu sobre a origem do termo, e de como os discursos "civilizatórios" da classe dominante se apropriam do conceito em sentido ideológico, relacionando o termo ao atraso, ao arcaico, campo perfeito para a modernização colonizadora. Moraes (2012) profere um artigo sobre o viés ideológico do termo "Sertão", que era atribuído à região tanabiense como uma denominação relacionada ao ultrapassado, onde a civilização capitalista ainda não havia se estabelecido em sua totalidade relacional e contratual, ao final do séc. XIX, e início do XX. O termo é uma construção ideológica da classe dominante sob um determinado espaço a ser conquistado, colonizado, impondo a visão dicotômica e até romantizada entre o atrasado e o moderno.

> Não são as características do meio natural que lhe conferem originalidade, como o clima, o relevo, ou as formações vegetais. O sertão não é, portanto, uma obra da natureza. [...] Muito menos, o sertão se qualifica pela intervenção das sociedades sobre a superfície da Terra. Não são as obras decorrentes da ação humana que individualizam tal espaço, dando-lhe uma qualificação própria pelo uso e transformação dos lugares. [...] Antes, a ausência de tais elementos é que aparece como fator de distinção em sua delimitação. [...] O sertão não se constitui, portanto, como uma materialidade criada pelos grupos sociais em suas relações com os lugares terrestres. [...] Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua apropriação e valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma *ideologia geográfica*. Trata-se de um

> discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. [...] Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar (MORAES, 1988, 2012: p.1 - 6).

No contexto dos processos de modernização e suas profundas transformações, impactos e destruições, o uso de tais artifícios ideológicos torna-se recorrente, figurando as ideologias geográficas como uma poderosa ferramenta na formação dos territórios à expansão da acumulação capitalista.

> Em suma, a denominação sertaneja – seja qualificando tipos sociais ou paisagens – recobre as áreas de fronteira da ocupação nacional em cada conjuntura considerada, nomeando os lugares de povoamento frágil e transitório como as frentes pioneiras e outros espaços de litígio patrimonial (MARTINS, 1998). Tal noção também recobre as zonas de domínio incompleto, nas quais a ordem estatal não está bem presente ou consolidada. E ainda incide sobre as áreas economicamente estagnadas ou decadentes, onde os ciclos produtivos do passado resultam em assentamentos e instalações abandonadas. Tratam-se de lugares esquecidos, compostos de cidades mortas e fazendas arruinadas, onde predominam lavouras de subsistência e atividades de extrativismo animal e vegetal. Espaços de esquecimento na ótica do padrão territorial hegemônico, imersos numa vida autárquica, de fluxos majoritariamente locais. (MORAES, 2012: p.16)

O autor também discute temas acerca do pensamento geográfico e os seus contextos de materialização no espaço, ressaltando ainda como esse fator de interpretação geográfica é central nas estratégias geopolíticas dos Estados, especialmente na história de formação territorial brasileira e suas reordenações periódicas ditadas pelos agentes econômicos mundiais. Diante disso, esse tópico também destrincha o papel dessas Ideologias Geográficas na legitimação de políticas de formação e 'modernização' do espaço agrário de Tanabi.

> Tem-se o *sertão* como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço. (MORAES, 2012: p.19)

Dentro dessa linha categorial de valorização do espaço como um território mercantil, próprio para o comércio e a apropriação de valor desigual, o projeto de país pensado pela elite colonial de meados do século XIX, até início do século XX (período em que a formação da dinâmica agrária tanabiense se insere), se apresenta como conservador, perpetuador da estrutura de poder oligárquico herdada do escravismo. O conceito de Ideologia Geográfica, proposto por Moraes (1996), é ainda pouco trabalhado na Geografia. Para o autor, o conceito de ideologia é um daqueles conceitos cujo

significado desperta enorme polêmica e tem seu verdadeiro teor definido de acordo com as concepções metodológicas de quem o utiliza, se baseando nos sistemas filosóficos que norteiam suas leituras e visões de mundo.

> A partir de todo exposto efetuado tem-se a evidência do Estado como agente primordial na formação territorial, num processo que articula materialidade e imaterialidade. Esta última pode ser identificada no conjunto de discursos e representações construídas e que por orientar as ações territoriais, podem ser identificadas como ideologias geográficas (MORAES, 1996). Se ideologia é tida como 'discurso com explicita e nítida orientação política' (MORAES, 1996) ao esboçar sobre ideologias geográficas remete 'as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele' (MORAES, 1996: p.44), seriam assim, as discussões, preocupações e desígnios territoriais que moldaram a interpretação e relação com determinado espaço, de modo a delinear a conformação territorial neste. (MORAES, C., 2016: p.4)

Como cita Moraes (2002), o discurso civilizatório e modernizador era como algo epopeico, bem semelhante ao teor colonizador do bandeirantismo, símbolo do desbravamento da coroa portuguesa.

> Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. A ideia de construir o país atua [...] como elemento de coesão entre as próprias elites, ao dotá-las de um projeto *nacional* comum. A construção do país posta como uma obra coletiva de interesse geral sobrepõe-se aos projetos locais e regionais e incorpora-os [...] (MORAES, 2002: p. 93 e 97)

Tal projeto de país então era estabelecido no pacto das oligarquias locais para controle fundiário, assegurando um fácil acesso a mão de obra barata e o monopólio da terra, submetendo ao encaixe (a qualquer custo) da economia paulista na dinâmica da totalidade do capitalismo mundial em desenvolvimento na sua forma global.

> Desde que tomou pé nos planaltos ocidentais, prosseguiu a vaga pioneira em sua marcha infatigável, sacudida pelas **crises econômicas** (grifo meu), acelerada às vezes pelo jogo das **circunstâncias políticas mundiais** (grifo meu). Incessantemente engrossada por elementos novos, a multidão dos plantadores e dos pioneiros não cessou de progredir, mais ou menos depressa, mas sem fatigar-se. Testemunham avanços sucessivos as cidades, que se sucedem como contas de um rosário, ao longo das ferrovias. (MONBEIG, 1984: p.23).

O café e o grande latifúndio eram as prioridades estabelecidas pelo poder público representado pelos próprios coronéis e barões, rumo ao oeste "atrasado", a ser desbravado. As regiões ainda não alcançadas pela Frente Pioneira se voltavam à produção voltada ao mercado interno com baixo custo produtivo, como cereais e a criação de gado,

através dos posseiros que se reuniam em vilarejos no meio de matas virgens, como será melhor discutido nesse texto, por Perinelli Neto (2009) no próximo subcapítulo.

Para Leite (2007: p.87), apud Leal (1976: p.43-47), a estrutura agrária brasileira, calcada no latifúndio, permitia relações de dependência pessoal entre os proprietários da terra e seus trabalhadores.

> Por isso, o fazendeiro-capitalista (personificado pelo coronel) [ressalte meu] foi produto das relações sociais fundadas nas relações de produção no interior da fazenda. Mas, foi também produto, sobretudo, das relações de troca que estabeleceu fora da fazenda com os comissários de café e depois, com os exportadores. Daí Martins entender a transformação nas relações de trabalho na cafeicultura como fator determinante da crise do comércio de escravos. Assim, confirmava-se a hegemonia do comércio na determinação das relações de produção desse período. Além dessas questões, cabe ressaltar que o colonato não pode ser considerado um regime de trabalho assalariado, uma vez que este (o salário em dinheiro) é a única forma de pagamento da força de trabalho na produção capitalista. (OLIVEIRA, 2007: p.26).

O patrão (fazendeiro-coronel) fornecia todo tipo de amparo: assistência médica, jurídica e/ou financeira. Em função disso, os trabalhadores viam o patrão como "rico e poderoso" e, entre ambos, estabelecia-se também um vínculo que se estendia à fidelidade partidária e subserviência social. Estabelecia-se então o coronelismo e o mandonismo.

Esses espaços ociosos serviam como uma espécie de "amortecimento" no sentido de se territorializar novos solos, e os valorizar através do capital fictício, compensando cada instabilidade produtiva gerada pela desastrosa política macroeconômica brasileira no início do século XX. A ideia do processo de formação territorial brasileira estava indissociavelmente pautado na impositiva incorporação do valor a esses solos, para posteriormente apropriar-se contratualmente desse espaço produzido. Se percebe nos discursos de memorialistas locais a retórica reiterada em torno do "progresso" que chegara ao noroeste paulista no início do século XX, atribuindo traços heroicos à coronéis, fazendeiros, que eram tidos como símbolo de uma coragem originalmente "bandeirante", desbravadora, mas que se mostravam homens poderosos e cruéis na realidade concreta dos fatos históricos.

Capítulo 5 - Frente de Expansão e Frente Pioneira: um embate ideológico

O primeiro autor a descrever as primeiras ações na transformação do espaço agrário do oeste paulista, e fazer as primeiras relações com o novo movimento

influenciado por fatores de escala global, ainda que de forma pouco crítica, foi Pierre Monbeig, em sua obra "Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo", publicada em 1952, ainda em francês. Já ciente dessa de caráter irregular na ocupação da frente pioneira, Monbeig, então, diz, reiterando a influência global sob os desdobramentos no noroeste paulista:

> Trata-se mais de incursões de grupos numerosos difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar como Isaiah Bowman, em 'Franja Pioneira', expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a esta região instável e incerta, onde marchas de florestas subsistem às vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem mais distante o solo abriga os primeiros cultivos. É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas. Cabe ao geógrafo assinalar as etapas desse avanço e procurar até onde são explicáveis pela influência dos elementos naturais ou, ao contrário, até que ponto correspondem a mecanismos econômicos. [...]. Já acentuamos a importância que as **crises econômicas** (grifo meu) exerceram sobre o deslocamento para o oeste. Elas não correspondem a datas precisas, como um dia de batalha, mas uma época em que se esboça a nova situação e em seguida desenvolve-se e resolve-se. As **crises de superprodução** (grifo meu) correspondem à invasão do mercado exportador por enorme quantidade de produtos lançados pelas plantações recém-abertas." MONBEIG, 1984: p. 165 e 166).

Se torna pertinente destacar que a análise sobre as diferenças entre a Frente de Expansão e a Frente Pioneira (representando o choque de ideais no seio da Franja Pioneira), neste trecho, se atentará apenas aos aspectos econômicos, pois este texto corrobora com Martins (1996), na afirmação de que muitos teóricos, como o próprio Monbeig, não davam a ênfase e especificidade necessárias às peculiaridades na ocupação demográfica na chegada da fronteira agrícola, explicando-as, apenas, em seu caráter descritivo, em que índios eram identificados simplificadamente dentro da classe de precursores, posseiros e migrantes. A terra para o indígena não está vinculada às necessidades sociais, econômicas, mas de crença, atrelada à sua religiosidade, dessa forma, o texto não irá se desvencilhar de uma análise de teor essencialmente socioeconômico.

> Quando difundiram no Brasil a expressão 'frente pioneira', os geógrafos mal viam os índios no cenário construído por seu olhar dirigido. Monbeig define os índios alcançados (e massacrados) pela frente pioneira no oeste de São Paulo, como precursores dessa mesma frente, como se estivessem ali transitoriamente, à espera da civilização que acabaria com eles. A ênfase original de suas análises estava no reconhecimento das mudanças radicais na paisagem pela construção das ferrovias, das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala, como o café e o algodão. (MARTINS, 1996: p. 28)

Além da transformação explícita da paisagem que o avanço da marcha pioneira trazia e que foi muito estudada por geógrafos como Leo Waibel e o citado Pierre Monbeig, também era necessário explicitar as diretrizes sociais que nortearam tal projeto civilizatório, analisar as diferentes sociabilidades e relações peculiares dentro dessas zonas da fronteira agrícola paulista.

Martins (1975; 1996) define a frente pioneira como um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado, representado na mercadoria café, principalmente no início do século XX. O autor ainda cita que a frente pioneira era comumente associada à fronteira econômica.

No entanto, no Brasil a fronteira econômica não era a mesma da fronteira demográfica, que leva à existência de uma "faixa" (ou franja, no sentido mais disperso do termo) entre essas duas fronteiras – faixa essa conceituada como "frente de expansão". "Não constitui uma frente pioneira [...] basicamente porque sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado." (MARTINS, 1975: p. 45). Na frente de expansão as relações fundamentais não são determinadas tão somente pela produção e pela troca dessas mercadorias: nela, "as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza (...) a apropriação das condições de trabalho, isto é, da terra, não se faz como empreendimento econômico" (MARTINS, 1975: p. 46). A terra é usada no sentido de subsistência, e não no sentido especulativo como mercadoria. Era a "posse, por ocupação, das terras devolutas". De modo que, na frente de expansão, a "figura central" é o "ocupante ou posseiro". (MARTINS, 1975). O posseiro não obtinha o domínio jurídico de sua terra, que representava a contratualidade capitalista.

Há relatos de Sebastião de Almeida de que em 1916, um dos terrenos do centro da cidade, foi vendido por Manuel Silveira em troca de uma mesa de carro de bois entre outros utensílios. (OLIVEIRA, 1977: p. 39). E outro documento, sobre o mesmo tema, em um artigo proferido pelo autor para o envio ao Décimo Congresso Brasileiro de Geografia do Pará:

> Na transmissão dos grandes imóveis rústicos contam-se casos interessantes e dignos de registro: enquanto Luiz Antonio da Silveira adquiria todo o Ribeirão Claro com onze mil alqueires de terras por um simples carro de bois, um caboclo nosso, cujo nome ignoramos, vendeu toda a imensa fazenda 'Araras' em troca de uma trela de cachorros caçadores! Sítios e fazendas trocadas por espingardas, carros de milho cavalo arreado etc., são comuns nos princípios do século e derradeiros anos do anterior. (OLIVEIRA, 1942: n.p.)

Tais afirmação de Oliveira, são de pleno sentido, já que predominavam nas terras distantes da "Boca do sertão" os tradicionalismos das frentes de expansão, portanto, era cultural a prática do escambo, a troca intermediada pela moeda ainda era um privilégio para as classes abastadas, o que revelava uma grande desigualdade acumulativa com relação ao dinheiro. A terra, que acabava de ser instaurada como propriedade privada, era apenas comprada no dinheiro vivo, muitas vezes sendo difícil o encontrar nas zonas recém-abertas pelas frentes de expansão, sendo comum a prática do escambo pela escassez monetária. Era estabelecida, então, uma grande massa de mão de obra miserável pronta para o trabalho braçal.

> É possível, assim, fazer uma primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da 'civilização', estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está à frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (MARTINS, 1996: p. 31).

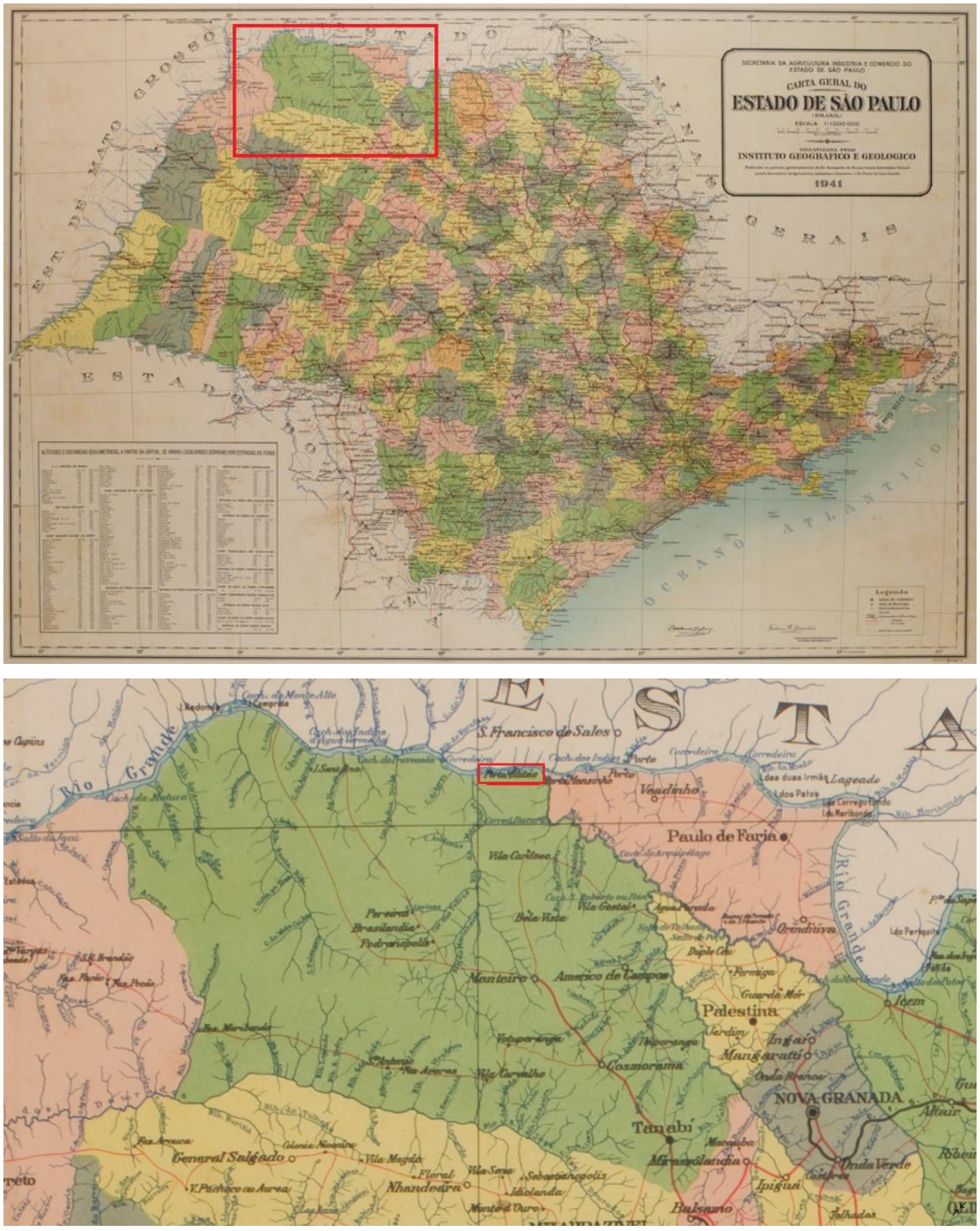
Até nos primeiros anos do século XX, os documentos forjados representavam a base dos conflitos de terra nas frentes pioneiras de São Paulo, principalmente em zonas "novas", ou recém-abertas, como era o caso da região da bacia do Turvo/Grande, até, principalmente até próximo à grande Crise de 1929. Apenas aqueles possuidores de uma relevante quantidade de capital poderiam participar desses negócios, portanto, "inacessíveis aos despossuídos de dinheiro ou por ignorância em relação à lei, como os ex-escravos, os imigrantes e aos próprios posseiros, que já ocupavam as terras bem antes da chegada do pioneiro." (NARDOQUE, 2005 apud MARTINS, 1975: n.p.).

Martins (1996) ressalta que a distinção entre essas duas frentes é um precioso instrumento na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira, um instrumento útil quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade, de maneira dialética. E reitera, finalmente, que "a temporalidade própria da situação de cada grupo social da fronteira" permite o estudo da diversidade histórica desses grupos "não só como diversidade estrutural de categorias sociais, mas também como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos de sua participação na história" (MARTINS, 1996: p. 8).

A Frente Pioneira, como pode ser avistada no mapa 1 (p. 76), passa pelos solos tanabienses a partir do final da década de 1910, e início dos anos 1920, com a vinda de especuladores e coronéis, como Militão e João Alves Monteiro, irmãos da região de

Barretos que procuravam expandir e valorizar seu capital em novas zonas recém-abertas como na bacia do Turvo/Grande. Hoje, no município de Cardoso, inclusive, a família mantinha o "Porto Militão", importante para o comércio bovino durante décadas.

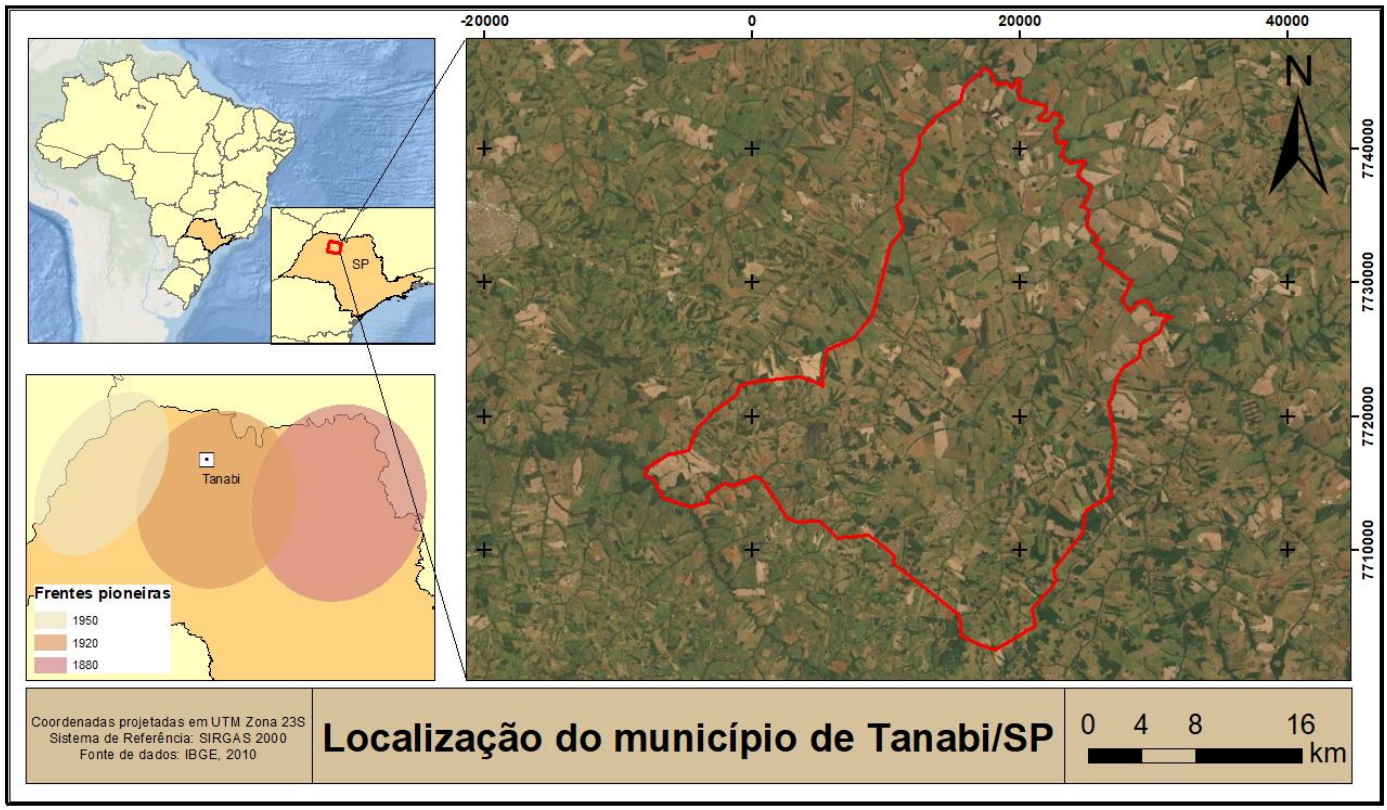
Figura 5; Carta Geral do Estado de São Paulo de 1941 com o município tanabiense e o Porto Militão indicado.



Fonte: Acervo Virtual – Museu Histórico Paulista. Valdemar Lefèvre e Frederico H. Gonçalves, 1941.

O Oeste Paulista como um todo, nas duas primeiras décadas do século XX, serviu como um imenso espaço de *handicap*, citando Moraes (1996, 2002), ou um espaço vantajoso, pronto para ser valorizado aos moldes capitalista e usado somente como recurso ao homem.

Mapa 1: Tanabi localizada em meio ao noroeste paulista, indicando os momentos de avanço ao oeste da Frente Pioneira em relação ao município.



Elaborado por Rafaela Rodrigues Gomes e Matheus Galvani Lofrano, 2021.

5.1 - O Brasil Central Pecuário, a Estrada Boiadeira do Taboado e a cultura produtiva sertaneja no Alto do Jataí.

O termo "Brasil Central Pecuário" é aqui referenciado por meio de Perinelli Neto (2009), ao trabalho de Armen Mamigonian, "Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário" (1976), em que o autor discorre sobre a formação do circuito mercantil do boi de corte nas regiões próximas à mineração, também destinados a abastecer a capital, Rio de Janeiro, se colocando por anos como sede imperial (a partir de 1808), trazendo certo desenvolvimento de demandas básicas locais. (PERINELLI NETO, 2009). A região do

Brasil Central Pecuário se caracteriza pela variedade de formações vegetais, tendo beneficiado o criador de gado do sertão, sendo o noroeste paulista um dos pontos de transição entre o cerrado e a mata atlântica. As pastagens naturais que se formavam em meio as zonas de matas virgens eram ricas em sais, tipicamente uma característica do bioma cerrado, e possibilitava, certamente, uma engorda dos rebanhos.

Figura 6; Delimitação do Brasil Central Pecuário e os biomas atuantes.

Retirado de Perinelli Neto (2009: p. 54)

Segundo Perinelli Neto (2009) em sua análise sobre os primeiros frigoríficos do noroeste paulista, o território sertanejo, ou o 'Brasil Caipira' referenciando Darcy Ribeiro, era palco de uma região onde o fluxo da pecuária encontrou as condições favoráveis para seu desenvolvimento. "Foi por conta disso que, em 1830, Pimenta Bueno, presidente da província de Mato Grosso, determinava a abertura de uma picada em direção a São Paulo, mas que cortasse também o Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro)." (PERINELLI NETO, 2009: p. 92). Do evento citado à posteriori, a iniciativa foi completada pelo próprio governo paulista em busca de promover a expansão do comércio pecuário, ao longo do século XIX, por meio do custeio de bandeiras organizadas por particulares, exercendo as primeiras picadas na mata virgem, muito também pela ação de

desbravadores estabelecidos em São Bento de Aracoara (Araraquara), último vilarejo antes do sertão (PERINELLI NETO, 2009).

> É por conta dessa reversão no fluxo de pessoas e capitais que o Brasil Central Pecuário possui no Brasil Caipira definido por Darcy Ribeiro um mesmo substrato geográfico e humano. Este Brasil Caipira desfruta de uma determinada configuração espacial, constituída em virtude de parte do território nacional ter sido formada por um processo histórico sensivelmente atrelado ao bandeirantismo e à mineração, eventos responsáveis pelo desenvolvimento de uma economia baseada num capitalismo mercantilista, que, mais tarde, se renderia ao cultivo cafeeiro, tornando-se assim uma região fortemente marcada pelos reflexos e efeitos da nova ordem econômica mundial. Em decorrência disso, essa região seria caracterizada pela existência de sociedades especialmente marcadas: (1) pela miscigenação entre brancos e indígenas; (2) por um imaginário afeito ao enriquecimento fácil e rápido (crença no Eldorado) e (3) por uma disposição política fundada num profundo senso de autonomia e altivez. É desta base histórica que se fez o Brasil Central Pecuário. (PERINELLI NETO, 2009: p. 51)

Devida a crescente movimentação já destacada, no Mato Grosso, principalmente após os desdobramentos da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), as relações econômicas regionais estimularam maior fluxo de pessoas transitando entre o Mato Grosso, Minas Gerais e o Oeste Paulista. De modo relativamente integrado, o circuito dispunha de certo território estratégico, próximo a pastagens nativas e rios, começando pelo "primeiro boiadeiro", "sujeito que comprava os bovinos nos centros de cria, (...) [em] Goiás, Mato Grosso e, (...) Minas Gerais." (PERINELLI NETO, 2009: p. 49). O "segundo boiadeiro", era um fazendeiro que adquiria esses bois e se tornava responsável pela engorda, mas principalmente pelo transporte, encaminhando posteriormente o gado para próximo o centro consumidor. O "terceiro boiadeiro", já se encontrava nas beiradas do Rio Grande, onde as "invernadas" (períodos de intensa chuva), ou pastarias naturais nutritivas para o gado formadas perto de rios do noroeste paulista, garantiam um maior peso ao boi e, consequentemente, valorizando o produto, já próximo de seu centro comercial. Em alguns casos também se contava com o "quarto boiadeiro", caracterizado por um proprietário de terras aos arredores de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, que adquiria o rebanho gordo e que, muitas vezes, detinham posse de matadouros e açougues.

Até que uma ação governo paulista, mais especificamente de Jorge Tibiriçá, Secretário da Agricultura e Comércio da época, designa ao engenheiro Olavo Hummel, com a ajuda de Ugolini Ugolino, a missão de infraestruturar o trajeto rodoviário da estrada Boiadeira do Taboado, em 1895, antes precariamente aberta a picadas de posseiros que viviam pela região noroeste de São Paulo. (OLIVEIRA, 1977: p. 23). Sebastião Almeida

de Oliveira também discorre sobre a existência de tendas de ferreiros na região noroeste paulista, com a finalidade do conserto de veículos, canhões e utensílios de guerra empregados no conflito envolvendo o Paraguai (1864 - 1870). Tais tendas se situavam nas margens da Estrada Boiadeira, para além do Viradouro, como pôde conferir o próprio autor, décadas mais tarde. (PERINELLI NETO, 2009 apud OLIVEIRA, 1977: p. 53).

Figura 7; A planta do projeto traçado por Olavo Hummel da Estrada do Taboado, de 1895. O ponto em vermelho situa o que seria hoje o município de Tanabi, dentro das limitações cartográficas da época.

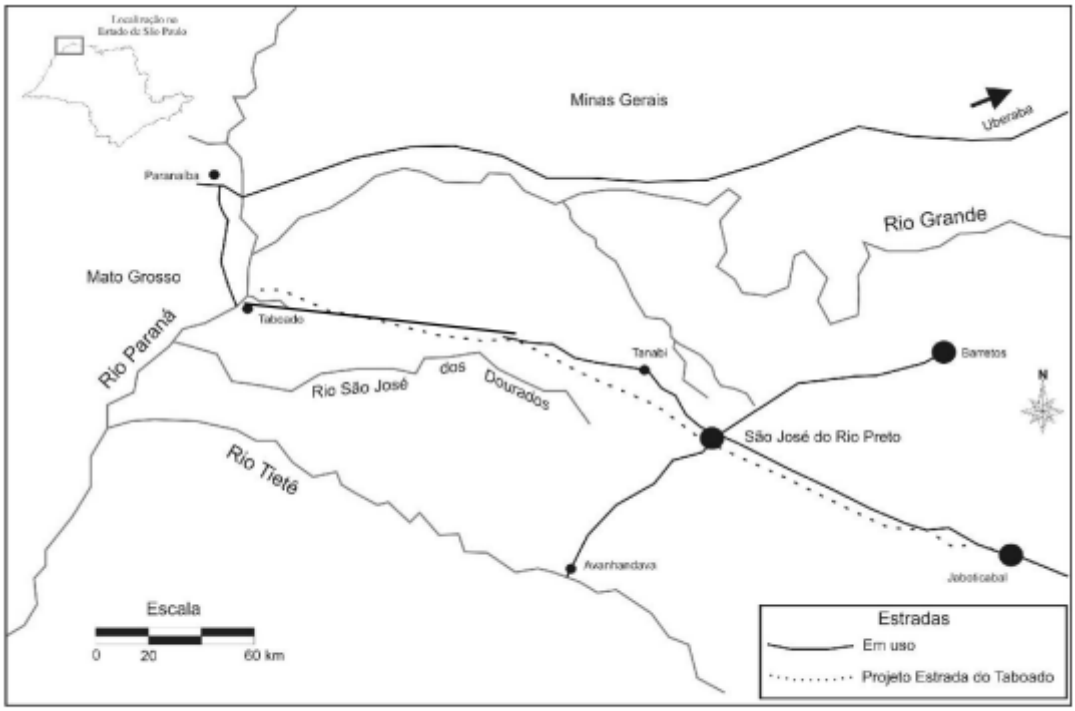
Fonte: Monbeig (1984), adaptado.

O projeto audacioso procurava dar escoamento ao fluxo de boiadeiros os quais passavam pela “Boca do Sertão”, como a região de Tanabi era conhecida, pois o sentido da colonização capitalista tinha origem no litoral, marchando para o oeste, à medida em que se abriam novas zonas produtivas. A região de São José do Rio Preto tirou grande proveito do comércio trazido pelas já referidas movimentações das comitivas de gado, visto que a estrada de ferro e toda produção cafeeira que simbolizava tais investimentos, iria chegar na cidade citada apenas em 1912. Portanto, para a marcha do café, as terras do Alto do Jataí eram periféricas, não sendo alcançadas durante o auge do “ouro verde”, e abrindo espaço para o cultivo de diversificadas culturas, como a pecuária, cereais e algodão (a cultura dos capulhos chega à região do Alto do Jataí por Antônio Paes de Camargo, que em 1908 conclui a primeira plantação de algodão) (OLIVEIRA, 1977: p.

53). Aliás, o algodão também teve relevante importância na produção agrícola em Tanabi, compondo o brasão da cidade.

> De acordo com Monbeig, (...) compreendendo desde da zona de Olímpia-Palestina até Rio Preto, as aquisições de semente de algodão foram de 12% e os municípios de Tanabi, Monte Aprazível e Nhandeara compunham (...) uma superficie importante plantada de algodão" (GODOY, 2002: p. 23 apud MONBEIG, 1986: p. 280).

Figura 8; Estrada do Taboado em 1906, retirado de Perinelli Neto (2009: p. 102).



FONTE: Adaptado de: SEIXAS, G. M. **Jales** – precursores e pioneiros. Edição do autor, 2003, p.17.

Já com essa expectativa de chegada dos trilhos à Rio Preto, se tornava ainda mais volumoso o fluxo das boiadas que transitavam na Estrada do Taboado. Ainda segundo Perinelli Neto (2009: p. 102), pelos Portos Antonio Prado, do Taboado e Tibiriçá, entraram 138.865 cabeças de gado em 1911, 107.405 em 1912, 106.506 em 1913, 82.528 em 1914 e 125.292 em 1915. Em 1920, a região possuía 158.545 cabeças de gado, situando-se, assim, "como a segunda maior área estadual de concentração bovina, inferior apenas à própria região de Barretos. Já em 1930, cerca de 50.000 Km² de terras anteriormente cobertas (em grande parte) por matas tinham se transformado em pastagens no Oeste de São Paulo." (PERINELLI NETO, 2009: p. 102).

> Destruir a floresta virgem, para em seu lugar instalar campos artificiais, eis o traço mais original e mais recente do movimento pioneiro nos planaltos ocidentais de São Paulo. Entre Barretos e Presidente Prudente, ao sul, estima-se que aproximadamente 50.000 km² de mata virgem transformaram-se em pastagem. Os primeiros

> passos dessa mudança considerável não datam dos últimos anos, como já visto ao observarmos o papel da criação de gado teve outrora na marcha para o oeste. Depois do episódio inicial dos mineiros após a abertura das estradas boiadeiras na direção do Rio Paraná e de Mato Grosso - a do Porto do Taboado a mais antiga [...] - a fundação do frigorífico de Barretos em 1913 marcou uma reviravolta na economia da franja pioneira. Daí em diante, o progresso da criação de gado não cessaria, mas tornar-se-ia mais lento ao voltar, depois da Primeira Guerra Mundial, uma situação favorável para o café" (MONBEIG, 1984: p. 302)

A Estrada Boiadeira do Taboado era responsável por ligar o Porto do Taboado até a cidade de Jaboticabal, contribuindo no escoamento de produtos ligados às necessidades básicas, voltadas ao mercado interno, mas principalmente, ligadas ao boi de corte. Como aponta Monbeig, "o raio de ação de Barretos estende-se aos municípios da Alta Araraquarense, tanto no eixo Mirassol, Fernandópolis, como na direção de Monte Aprazível a General Salgado." (MONBEIG, 1984: p. 307). As comitivas de gado eram comuns, pois vinham do Mato Grosso em longas e exaustivas viagens e se hospedavam nos arredores nas regiões de Tanabi, São José do Rio Preto e Barretos, em pastos recém-abertos por posseiros, para que seu rebanho pudesse se recompor, ganhando peso para o abate, já que grandes frigoríficos se localizavam em Rio Preto e Barretos no início do século XX.

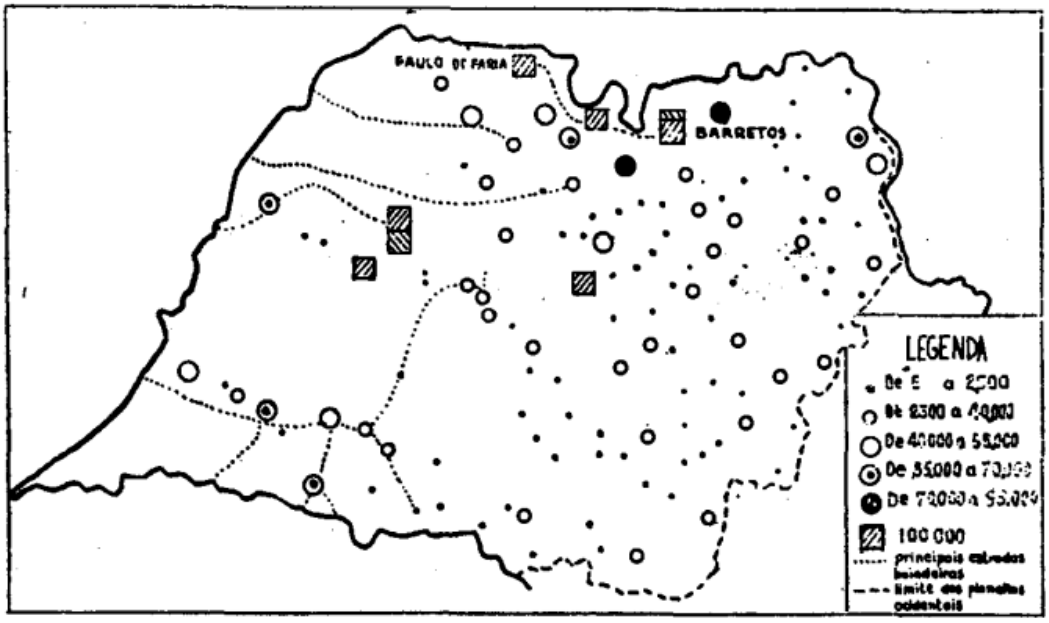
> Os governos estaduais também participavam dessa iniciativa, especialmente o do Rio Grande do Sul e de São Paulo, pois ofereciam empréstimos, isenções de impostos, fretes subsidiados e apropriação gratuita de terras. O grupo Brazilian Meat Company, proprietário do frigorífico Anglo de Barretos (após 1923), por exemplo, detinha uma propriedade de larga extensão em área que atualmente compõem os municípios paulistas de Meridiano e Magda, desde 1912, ocasião em que a região da Alta Araraquarense ainda era conhecida como "sertão desconhecido" e sequer contava com cidades. O exemplo de área cedida não foi o único. Pautado igualmente pelos ideais associados à modernização conservadora é que o Governo paulista colaborou sobejamente, entre outras coisas, com a cessão gratuita ou "facilitada" de imensas áreas florestais às empresas frigoríficas, que se beneficiaram da extração de madeiras e cobriram o solo com pastagens. De acordo com Pierre Monbeig: "Um bom conhecedor da Alta Araraquarense estimava que em 1940 o total das fazendas inglesas dos municípios de Rio Preto, Monte Aprazível e Tanabi atingia 37.000 alqueires", algo absurdo, especialmente se atentarmos para o fato de nesse montante de terras "duas grandes propriedades mediam, respectivamente, 12.000 e 17.000 alqueires". (PERINELLI NETO, 2009: p. 213 e 214).

A união entre o poder público conservador e o grande capital estrangeiro, viabilizou uma grande aquisição e apropriação de terras por parte de companhias frigoríficas na região noroeste de São Paulo, vistas como sinônimo de modernidade na

época (PERINELLI NETO, 2009). Ao longo da extensão da Boiadeira do Taboado, nas primeiras décadas do século XX, surgem os primeiros agrupamentos humanos ao longo do fluxo das comitivas de gado. Além da Vila Jataí (atual Tanabi), consolidada desde 1882, surgem a Vila Carvalho (atual Votuporanga), em 1924, e a Vila Monteiro (atual Álvares Florence) e Vila Santa Helena (atual Cosmorama) e, fundadas em 1926 e 1931, respectivamente, por retalhamento de terras antes de Militão Alves Monteiro no intuito de lotear e expandir seu patrimônio. Aliás, a figura de Militão Alves Monteiro e sua família são centrais na perspectiva desse trabalho, pois, como será tratado mais à frente neste texto, sua influência como detentor do poder político na região do Alto do Jataí é notória e determinante para a formação territorial do município tanabiense. Com a influência do mandatário Alves Monteiro, o Porto que se localizava onde está o município de Cardoso atualmente, recebeu o nome de Porto Monteiro, ou Porto Militão, nas barrancas do Rio Grande, para o benefício do fluxo cada vez mais crescente de produtos comerciais.

Sebastião Almeida Oliveira destacava no ano de 1941, em um de seus textos sobre Tanabi, chamado “Sumário para as monografias municipais”, o cultivo de cereais, do algodão, café, e principalmente, da criação de gado, que não exigia um grande investimento inicial. O desenvolvimento da criação de gado e na abertura de pastagens, ia ao encontro das necessidades macroestruturais do modo de produção brasileiro, que sofrera um golpe forte com a monocultura cafeeira de 1929, já alcançando as terras tanabienses sem a força de anteriormente. As culturas de excedentes, então, voltadas ao mercado interno, que cresciam em franca expansão, foram organizadas pelas parcerias agrícolas, disfarçadas de um assalariamento precário, como será brevemente comentado a diante.

Figura 9; Criação de bovinos nos planaltos ocidentais em São Paulo, em 1945. Retirado de Monbeig (1984)



(1984: p. 308)

5.2 - Coronelismo, colonato e complexo cafeeiro: uma breve contextualização sobre o auge e a crise

O capital expandira para além dos solos europeus em um processo que Marx denominava “colonização sistemática”, em que o mercado capitalista controlaria todos os espaços terrestres, no capítulo XXIV do primeiro tomo d’O Capital. A ideia de que a colonização capitalista seguiria um padrão fixo de sociabilidades em qualquer território é questionada pela perspectiva marxiana. Um grande exemplo foi o colonato e a transição tipicamente nacional dos sertões brasileiros, na passagem da escravidão para o trabalho assalariado, que ganhou traços próprios, peculiares, e que não garantiu o acesso à terra aos trabalhadores de forma justa e digna como a ideologia burguesa disseminava dentro do modo de produção capitalista. A contradição entre capital-trabalho, gênese de toda nossa análise discorrida no tomo anterior, serviria como um ‘barômetro social’ relativo aos movimentos proletários ou camponeses de uma determinada região. Quanto maior tal contradição, maior uma dada imposição de uma certa classe social sob outra, e por conseguinte, maior pressão de massas pelos avanços sociais. Daí surge a ideia de luta de classes sendo o verdadeiro progresso ao desenvolvimento histórico e civilizatório.

Destacando a contextualização sobre a influência da conjuntura política nacional da época anterior, e portanto, influente à formação de Tanabi, a obra de José de Souza Martins (2013), “O Cativeiro da Terra”, profere uma caracterização minuciosa em sua interpretação sobre a sociedade brasileira que ganhava traços contratuais, propondo a

noção de reprodução capitalista de relações não capitalistas, para compreender as particularidades do sistema brasileiro, uma sociedade onde ainda persistiam relações sociais baseadas na acumulação aguda em renda da terra e no trabalho escravo.

> Durante a crise do trabalho servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, do predomínio num para a outra, da atividade produtiva do trabalhador para o objeto do trabalho, a terra. Nessa mudança sutil, persiste a dimensão propriamente rentista da economia de exportação, o que é diverso do propriamente capitalista. Porém, libertando do rentismo o trabalho e transferindo o rentismo para a propriedade da terra. [...] **Entendo, pois, que o ponto nuclear da análise das relações de produção no café está em identificar as transformações ocorridas com a renda capitalizada, o capital imobilizado improdutivamente na coisa que lhe é objeto, e o seu vínculo com as transformações do trabalho.** (grifo meu). O rentismo estava na propriedade do escravo, carecendo o fazendeiro de capital adicional para fazê-lo produzir. Tenha-se em conta que na maior parte do período de vigência da escravidão o uso da terra não dependia de compra, e sim de cessão de uso do domínio do que de fato pertencia à Coroa. Não existia, propriamente, a não ser como exceção, a propriedade fundiária, que só se formalizará com a Lei de Terras de 1850. (MARTINS, 2013: p. 39).

A partir da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, o Estado brasileiro, comandado pelo Império, instituía a terra como mercadoria no país, permitindo a ocupação das terras devolutas pela coroa, sucedendo a atividade escravocrata. Martins (2013) defende a hipótese que "o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução." (p.35). Ou seja, à medida que o capitalismo se torna uma prática intercontinental, sua relação com as outras práticas econômicas e sociabilidades conquistadas são ditadas pelo domínio e necessidades de uma determinada classe sob as decisões políticas em seus respectivos locais de embate. Quando Martins (2013) considera o sistema do colonato não capitalista, é na intenção de questionar a suposta efetiva capilaridade do discurso ideologicamente liberal disseminado, que tinha a intenção da homogeneização através da ''modernidade'' contratual das relações sociais, e que na verdade se caracterizava por um cativeiro da terra (MARTINS, 2013), em que o trabalhador vendia sua mercadoria Força de trabalho, exclusiva ao coronel, que detinha o monopólio da terra, por anos, até gerações, para posteriormente vender o direito ao colono da propriedade privada da terra.

> [...] o estudo das singularidades do colonato, forma de trabalho livre que aqui nasceu socialmente das ruínas da escravidão, corroída pelas carências das próprias formas avançadas de multiplicação do capital, não é simplesmente, nem principalmente, um estudo de história social regional. É antes o retorno à dialética e o exame científico de um

> tema histórico banalizado, num caso denso de conteúdos reveladores. Suas determinações singulares, no entanto, o tornam objeto privilegiado de conhecimento e a rica referência dessa contribuição a uma teoria das transformações sociais. (MARTINS, 2013: p. 8).

José de Souza Martins caracteriza tal momento de transição em escala nacional, em que o alvo da extração de valor deixa de ser o próprio escravo, e passa a ser a extração do valor pela propriedade privada da terra. Para acrescentar na visão de Martins, na consulta das pesquisas sobre o histórico da região e do município tanabiense, pode-se notar certo romantismo nos relatos e passagens de memorialistas locais sobre a realidade dos colonos, ou até mesmo dos posseiros que ocupavam as terras virgens do sertão paulista.

> Combinavam-se de novo, sob outras condições históricas e, portanto, de outra forma, aparentemente invertidos, os elementos de sustentação da economia de tipo colonial. A renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa. (MARTINS, 2013: p. 47).

Para o autor, a eterna característica rentista e especulativa da economia brasileira tem justificativa histórica, determinada essencialmente pela coerção do trabalho e o monopólio da terra. A terra no Brasil era instaurada e tida como uma fonte de pobreza, segundo Martins, não de riqueza, pela imposição de sujeições sofridas pelos imigrantes e trabalhadores caipiras.

Dessa forma, na sua análise do capitalismo brasileiro, recém-instaurado em meados do século XIX, Martins (2013) não elimina as formas sociais e tradicionais. Para ele, a sociedade brasileira é híbrida, de tempos sociais que se combinam e entrelaçam, uma característica da chamada "modernidade" à brasileira. Essa tal "modernidade" foi sempre usada no país como principal argumento de políticas públicas ideologicamente voltadas ao setor privado. Essas relações sociais diversas, ou rugosidades (SANTOS, 2006) que se combinam no capitalismo brasileiro, não são necessariamente contemporâneas, e pertencem a temporalidades diferentes. Na perspectiva desse trabalho, é impossível entender a realidade socioeconômica de determinado local sem admitir as expropriações e manobras exercidas pela classe dominante no desenrolar histórico, pois estas práticas inevitavelmente terão consequências atualmente na hierarquia das relações de trabalho.

> No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que,

> no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. (MARTINS, 2013: p. 47).

Como já se discorreu nesse estudo, a propriedade da terra é uma categoria social trans-histórica, ou seja, que transcende qualquer modo de produção ou era histórica. Sendo a renda fundiária de origem pré-capitalista, segundo Martins (2013), é a contradição e um obstáculo à expansão do desenvolvimento de tal modo de produção, necessitando ser absorvida pelas relações de capital, escondendo seu viés dicotômico, à medida em que se transforma em renda territorial capitalizada. "Introduz, assim, uma irracionalidade. A determinação histórica do capital não destrói a renda da terra nem preserva o seu caráter pré-capitalista - transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada". (MARTINS, 2013: p.18).

> É impossível entender a dinâmica de uma sociedade de classes, em suas determinações e singularidades, como a sociedade brasileira, tão diversa das sociedades de referência das tradições sociológicas, mesmo da de Marx, se não se leva em conta que a renda territorial é um dos fatores da diferenciação social e da constituição das classes e de seus antagonismos e conflitos. O próprio Marx dedicou à complexidade da renda fundiária e suas implicações sociais e políticas parte considerável de sua obra, a começar d'O capital e da obra conexa e essencial, os *Grundrisse*, sem a qual a própria compreensão sociológica d' O capital fica impossível. (MARTINS, 2013: p.20).

A produção capitalista de relações não capitalistas de produção (MARTINS, 2013) ganha traços particulares em terras brasileiras, e que seguindo a perspectiva da colonização sistemática do capital de Wakefield, surge como um sintoma da reprodução ampliada do capital, em que as contradições se expressam principalmente na relação entre capital e trabalho. Martins completa:

> [...] Tal produção capitalista de relações não capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio. Em suma, onde o capitalismo não se realiza plenamente, como no caso do colonato, dissemina a dinâmica capitalista e até uma híbrida mentalidade capitalista que fazem com que a economia funcione como economia capitalista, mesmo não o sendo plenamente, a sociedade ainda organizada com base em relações sociais e valores de orientação pré-modernos. É nos marcos dessa lógica híbrida que nasce, na mesma época do nascimento do colonato no café, a peonagem e o regime do barracão na economia da borracha, na Amazônia. Uma forma de servidão que persiste no Brasil e representa a incorporação de mecanismos de acumulação primitiva na formação e disseminação da grande e até moderna empresa agrícola, extrativa e pecuária. (MARTINS, 2013: p.36).

Diante da minuciosa observação do autor, a classe dos empresários brasileiros ditava as novas regras econômicas estabelecendo uma dominação, não só estrutural, pelo mecanismo fixados entre capital e trabalho na extração de mais-valor, mas também ideológica, pois a única forma de acesso à terra pelo trabalhador era se sujeitando às diretrizes contratuais dos fazendeiros e coronéis.

> Para esses trabalhadores, a grande dificuldade em ver claramente a exploração que sofriam residia na convicção de que era o trabalho que produzia a riqueza, mas não conseguiam perceber que a riqueza era fruto do trabalho explorado do trabalhador assalariado. Como era muito significativo o número de pequenas oficinas e indústrias de fundo de quintal em que o patrão era também um trabalhador, difundia-se a concepção de que o trabalho produzia a riqueza, o capital era o trabalho do próprio patrão, o trabalho árduo, submetido aos rigores de uma ética ascética que fazia do patrão o primeiro dos trabalhadores. A acumulação do capital parecia, assim, um processo individual, decorrente do esforço pessoal do trabalhador e sua família, garantido pelas virtualidades de uma modalidade pré-capitalista de trabalho que ainda não havia sido destruída pelo capital. Por isso, em vez de transformar-se num crítico radical do capitalista, o operário tendia a legitimar a acumulação individual da riqueza, como produto legítimo do trabalho do próprio patrão. (MARTINS, 2013: p.318).

Era criada uma forte noção social mistificada, disseminada pela elite, de que o trabalho era a única fonte de riqueza e prosperidade certa, imediata, em que o colono não questionava as condições miseráveis de trabalho, já que o fantasma da escravidão ainda pairava sob as relações sociais de produção, refletida pelo domínio de uma classe de herança rentista, atrelada ao capital comercial, sob a classe trabalhadora.

> A nova forma que ela assume é caracteristicamente capitalista, é oposta ao tributo historicamente anterior: nem os burgueses, nem os proletários deduzem e transferem diretamente uma parte de seus lucros ou de seus salários aos proprietários. **Entretanto, a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria, entre o setor atrasado e o setor moderno, entre o que se baseia em maior proporção de salário em relação ao capital do que de capital em relação a salário, encarrega-se de fazer aparecer nas mãos do proprietário a renda absoluta que aparentemente não é extraída de ninguém. O lucro médio encarrega-se de equalizar o valor criado em setores da economia que produzem desiguais quantidades de valor, viabilizando a conversão de parte dessa transferência em renda territorial.** [grifo meu] (MARTINS, 2013: p.37 e 38)

A renda da terra surge, então, como um estranhamento na relação capitalista, em que setores mais industrializados e abastados de tecnologia competem de maneira desigual às impositivas de mercado. Marx (1984, 2013) discorre sobre a composição orgânica do capital, formada por Capital Constante e Capital Variável. Dentro do Capital Constante estão inseridos o capital fixo, os melhoramentos relacionados ao investimento

do capitalista em seu meio produtivo, que possibilitam a reprodução do seu capital em menor tempo. Já o Capital Variável está relacionado aos gastos com a mão de obra e salários dos trabalhadores. A diferença é óbvia, pois quando um capitalista não consegue cumprir sua expectativa sob um certo montante de lucro a receber, é do capital variável que este vai compensar seu déficit. Com isso, com o lucro médio, estabelecido entre os diferentes lotes produtivos é equalizado, absorvido pelo capitalista, e distribuído ao proprietário de terra na forma de renda territorial.

As fazendas eram denominadas "complexos rurais", termo trabalhado por José Graziano da Silva (A Modernização Dolorosa, 1981), e se caracterizavam por abrigarem toda a divisão do trabalho necessária para a produção do café. Todos os insumos, bens intermediários, meios produtivos, eram produzidos por carpinteiros, ferreiros, pedreiros, peões, que residiam na própria fazenda. Geralmente, havia apenas um produto responsável por ditar o circuito produtivo destinado à exportação.

A estrutura fundiária se estabelecia concentrada no controle absoluto de uma só classe social, que herdou o privilégio da era escravista, e obtinha o monopólio da principal fonte de renda do país, a terra, pela coerção do trabalho.

Às margens das ferrovias o café era plantado, para melhor logística, já que sua função principal era a venda para o exterior. Por tal fato, as terras próximas às ferrovias eram mais valorizadas, e recebiam maior atenção pelos especuladores pela iminência da prosperidade representada pelo plantio do café.

A partir de 1886, segundo Cano (1977), em seu livro intitulado; "Raízes da concentração industrial em São Paulo", da editora Hucitec, o "complexo rural cafeeiro" e sua dinâmica produtiva começava a crescer rapidamente. Segundo o autor, em 1886 e 1887, a houve um plantio de 465 milhões de cafeeiros no estado de São Paulo (CANO, 1977: p.42).

Poucos anos depois, ao início dos anos 1900 o café brasileiro e todo seu sistema produtivo entram numa crise de superprodução. Mais precisamente, em 1905, segundo Monbeig (1984), o panorama se agrava, com estoques de café chegando a 11 milhões de sacas, desvalorizando a produção. Em 1906, os governadores de São Paulo, Jorge Tibiriçá Piratininga, Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, e de Minas Gerais, Francisco Antônio de Salles, promovem uma reunião em Taubaté para tentar solucionar o problema da superprodução cafeeira. Rodrigues Alves, presidente da República na época, adotava uma política deflacionista ao café, e recusou a proposta da compra do produto pelo Estado e todas as imposições do Convênio de Taubaté, mas de nada adiantou, pelo motivo de que

seu governo estava perto do fim. Afonso Pena, que substituiu Alves na presidência, como era alinhado com o Partido Republicano Mineiro, cede às oligarquias. A partir daí, o governo brasileiro, pressionado pelas oligarquias cafeeiras, decide comprar os cafés estocados para um maior controle na oferta do produto, equalizando o preço do café visando o mercado exportador. Tal fato contribuiu para que a marcha para o oeste caracterizada pela Fronteira Agrícola e a Franja Pioneira, não cessasse.

A crise cafeeira se estende, de forma geral, com pequenas nuances, durante toda a primeira década do século vinte, até que na safra de 1911 a produção voltar a ganhar uma boa proporção. No triênio de 1911 – 1913, segundo Cano (1977), o plantio foi de mais de 99 milhões de cafeeiros. É dentro deste desdobramento histórico que a ferrovia da Alta-Araraquarense chega até São José do Rio Preto, em 1912, impulsionada pela sobrevida que o governo brasileiro proporcionou ao fazendeiro do café, necessitando da apropriação de novas terras para o aumento da produção.

> São José do Rio Preto é a síntese do espetáculo demográfico verificado nesta região nas primeiras décadas do século XX. Em 1900 o município contava com 3.221 habitantes, número que cresceu para 126.796 em 1920. Entre 1920 e 1934, a sua população, aumentada de 149,5%, espalhar-se-á pelos novos municípios de Cedral, Mirassol, Monte Aprazível, Tanabi, Nova Granada, Potirendaba, Uchoa, José Bonifácio e Ibirá. Entre 1900 e 1940 795.432 indivíduos passaram a residir na região. (FALEIROS, 2007: p.312 e 313).

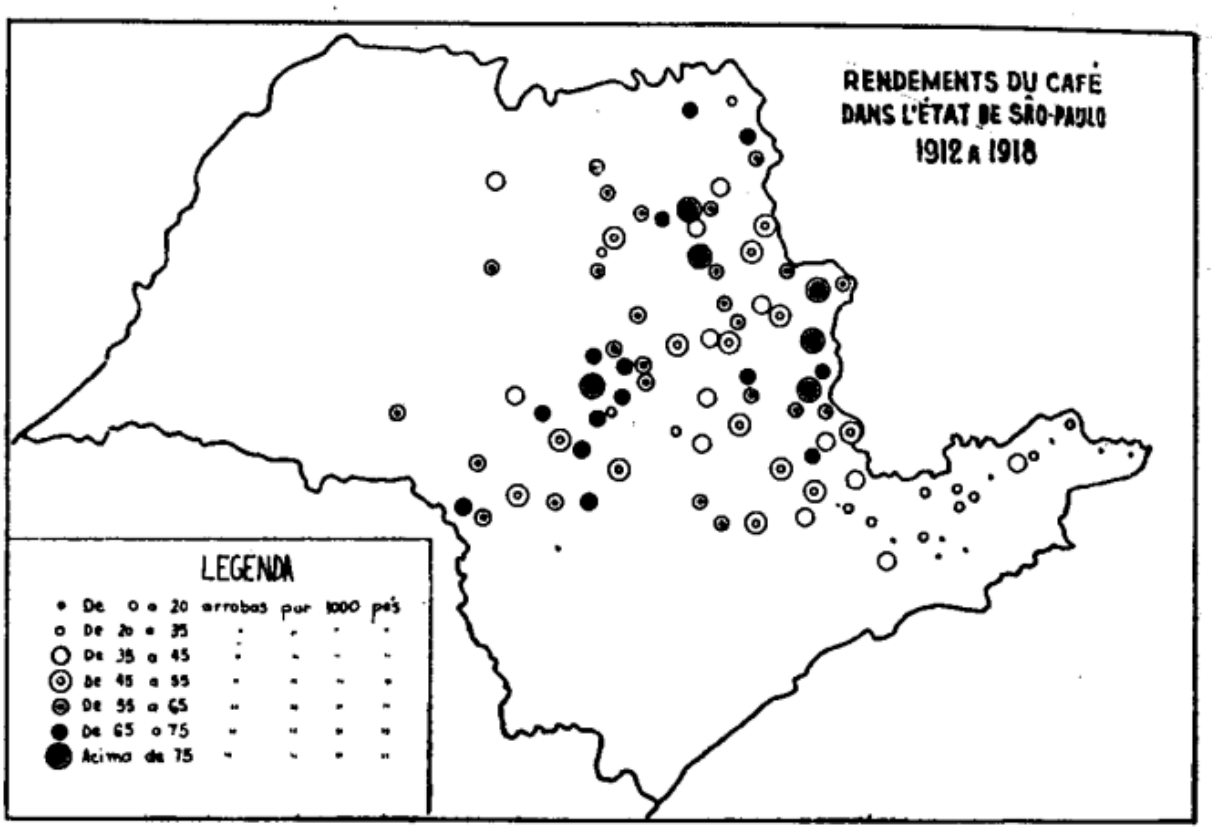
Por estar na famosa e temida "Boca do sertão", São José do Rio Preto passou, rapidamente uma referência regional, tendo um papel de capital, "drenando a produção de sua área de influência e se colocando na posição de mercado de abastecimento para os municípios e regiões à sua órbita. Soma-se a esta posição as atividades financeiras, administrativas, hospitalares, religiosas e educacionais, concentradas nas maiores cidades." (FALEIROS, 2007: p.314).

Os empreendimentos capitalistas representados pelas empresas colonizadoras, e o loteamento das zonas novas, ocorria devido ao avanço da linha ferroviária nessas terras em coincidência com a chegada de um novo tipo de imigrante e a elevação do preço do café. Com o avanço logístico símbolo da modernidade com relação ao escoamento produtivo da época recentemente chegado em solos rio-pretenses, o fluxo de imigrantes aumentava, e se tornou exorbitante, principalmente a partir de 1914, início da Primeira Grande Guerra.

A paisagem pioneira tornou-se mais diversificada e o mundo pioneiro mais miscigenado, com a chegada de novos imigrantes europeus, árabes, asiáticos e nacionais

vindos do Nordeste do país. A divisão do trabalho se torna mais complexa, com a instalação dos sitiantes e o aparecimento de novos tipos humanos: caminhoneiros, comerciantes de beira de estrada, loteadores de terras, grileiros, criadores e tropeiros, ao lado dos tipos clássicos do fazendeiro e do colono.

Figura 10; Rendimentos do café no Estado de São Paulo, no período 1912 – 1918. Retirado de Monbeig (1984).



Fonte (1984: p. 189).

Entre 1914 – 1917, a produção se manteve estável, sem picos exorbitantes, já que os principais destinos das sacas estavam em guerra. Já no último ano da Primeira Guerra, a expectativa para a safra de 1918 era alta, pelos muitos cafezais formados nos triênios anteriores. Havia um grande receio de uma nova crise de superprodução, que foi contida pelo governo federal através da valorização do café, ao governo paulista. No entanto, uma enorme geada ocorrida em 1918 fez os preços das sacas, já inflados, subirem ainda mais no início da década 1920, pela perda dos cafezais em formação, e o preço da saca passa de 47,4[1] Cr$ em 1922; para 94,6 Cr$[1] em 1923 (CANO, 1977). O primeiro Censo agropecuário da história do país era promovido em 1920, com a intenção de um diagnóstico estrutural da produção rural para futuros planejamentos, e as variantes da

estrutura fundiária nacional evidenciavam terras concentradas nas mãos dos latifundiários e da monocultura do café, outra característica de herança escravocrata ainda não contornada pelo poder público conservador. Dados coletados do acervo online do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística, Censo de 1920.

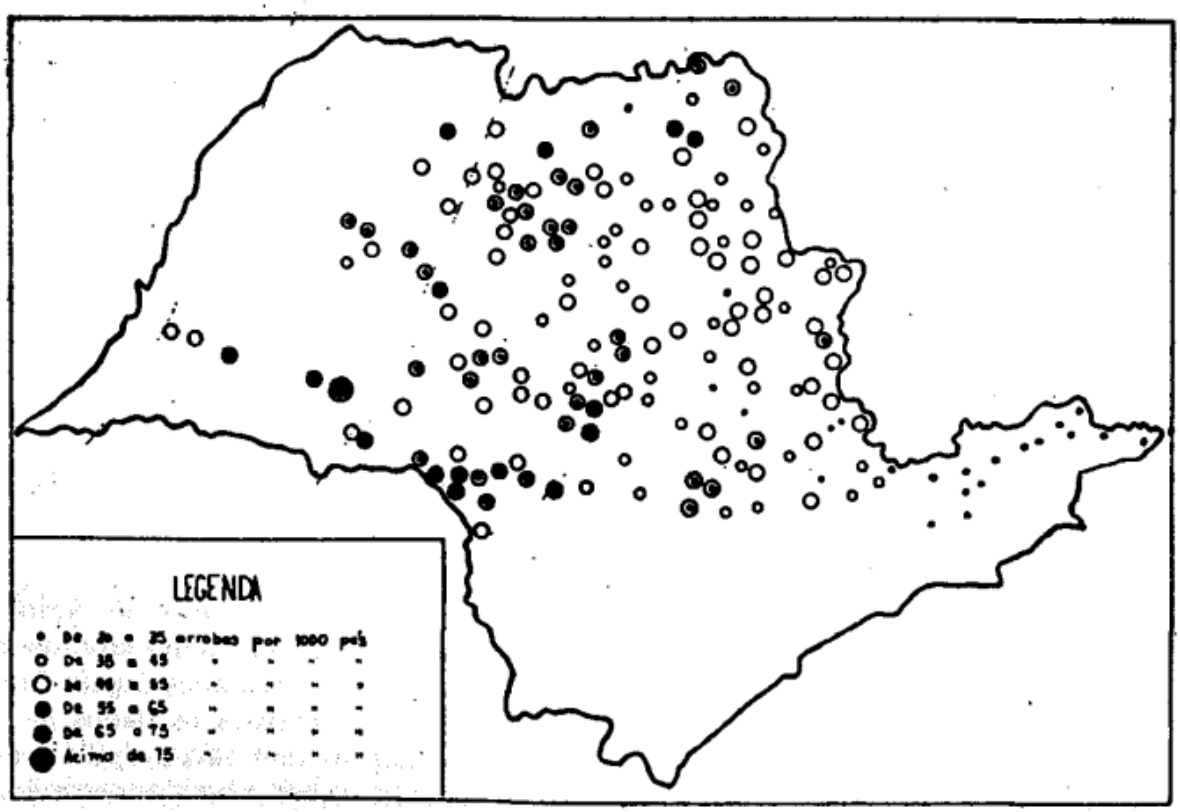
Tabela 1; Dados da estrutura agrária do estado de São Paulo:
Estabelecimentos (Recenseamento agrícola, 1920);

até 40 ha	(48,4% do número, 5,7% da área total cultivável),
de 40 a 100 ha	(11,5% do número, 9,7% da área total cultivável),
de 100 a 200 ha	(25,2% do número, 9,5% da área total cultivável),
de 200 a 1.000 ha	(12,3% do número, 30,3% da área total cultivável),
acima de 1.000 ha	(2,5% do número, 45,0% da área total cultivável).

Fonte: Primeiro recenseamento agrícola de 1920.

Ainda segundo Cano (1977), depois de um período de estabilidade na formação dos cafezais, o ano de 1925/1926 foi de intensa formação de cafezais, e o ano de 1929 e 1930 era de uma grande expectativa produtiva, em todo estado, inclusive na Alta-Araraquarense, na região de Tanabi. A produção de 1928 foi de 18 milhões de sacas, e a do ano seguinte, de 19,5 milhões de sacas só no estado de São Paulo, evidenciando o surgimento de novas terras e consequentemente, novos territórios municipais emancipados em todo noroeste paulista. A crise de 1929 veio esfriar as imensas expectativas de ganhos pelos fazendeiros, desvalorizando, assim, a saca e toda a cadeia produtiva relativa ao café.

Figura 11; Rendimentos no café no Estado de São Paulo durante o período de 1926/27 a 1930/31, retirado de Monbeig (1984).



Fonte (1984: p. 190).

A década de 30 simbolizou profundas transformações nas diretrizes políticas da sociedade brasileira. Quando o café parecia ganhar força na Alta Araraquarense no avanço da Frente Pioneira que passara ali naqueles anos, como nas outras regiões, homogeneizando a paisagem, surge a quebra da bolsa em 29. A crise de 1929, também foi do a café brasileiro, e culminou no enfraquecimento das oligarquias comandadas pelos fazendeiros, acabando com a política do café com leite, e o domínio Paulista e Mineiro sob as decisões socioeconômicas do governo brasileiro. Para Monbeig (1984), a catástrofe econômica comprometeu de forma intensa a economia e a sociedade paulista, e acabou desvinculando o avanço pioneiro da marcha do café, ganhando novos contornos. O criador de gado, os campos de algodão, e outras culturas de excedentes destinadas ao mercado interno e o abastecimento do brasileiro, diversificavam a paisagem pioneira do oeste paulista. A intensa diversificação produtiva enfraqueceu, aos poucos, o colonato e a posse da terra extremamente concentrada nas mãos dos fazendeiros e da produção de café.

É entendido então, que o colonato e sua forma específica produtiva devem ser estudados meticulosamente categorizado, para não se cair em armadilhas ideológicas que não visam a real crítica à Economia Política, mas justamente, sua manutenção. O colonato foi um inerente processo relacionado à “colonização sistemática” descrita por Wakefield,

já citada neste texto. O capital, na intenção de controlar novos espaços necessários para sua reprodução, engendra contradições e relações estranhas às próprias relações de capital. Esse litígio entre o capital estrangeiro e uma outra forma não capitalista de produção nacional, se apresenta com particularidades referentes a cada formação territorial vinculada a lógica da totalidade do mercado capitalista.

Sempre atento às mudanças que envolviam as formas da paisagem, Monbeig (1984) já ressaltava que a coexistência do sítio e da fazenda foi o modo de produção mais visto do mundo pioneiro às vésperas da crise de 1929, e que a parceria se intensificou após a crise, estimulando a divisão das propriedades. Isso ocorria nas terras do Alto do Jataí por ser uma zona pioneira em que a estrada de ferro não cruzou a um primeiro momento. Com a decadência de toda cadeia produtiva do café, a perda do poder político do coronel e do fazendeiro, as relações de trabalho passam por significativas mudanças, que ocorrem, necessário ressaltar, de forma gradual, heterogênea e com nuances regionais. No final dos anos de 1930 os "boias frias", ou trabalhadores "volantes", entram no decorrer da história do oeste paulista. Essa massa de trabalhadores só foi amparada legalmente em 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e serviu como uma transição (de 1940 – a 1970) à Revolução Verde, caracterizando a chegada da Indústria no campo brasileiro e a substituição do trabalhador pela tecnologia. Segundo Monbeig (1984), esse contexto da crise de 1929 que levou a decadência do latifúndio no oeste paulista, que contribuiu para o surgimento do empreiteiro, ou simplesmente o trabalhador responsável por formar o cafezal, representando uma parceria.

> (...) "a formação do cafezal era feita gratuitamente pelo empreiteiro, porque considerava-se que as abundantes colheitas de cereais em terra nova lhe davam lucro suficiente. O fazendeiro nada perdia, porque no fim de seis anos recebia uma plantação em plena produção, que nada lhe havia custado. Cita-se ainda, na região de Tanabi, o exemplo de uma propriedade de cem alqueires de floresta, comprada por quatorze contos de réis e revendida por trinta, com cafezal formado, sem que essa melhora tenha custado o menor desembolso ao fazendeiro. Uma especulação tão feliz não seria possível atualmente, porque os contratos de empreitada fixam o preço que o fazendeiro deverá pagar ao empreiteiro por cafeeiro entregue em bom estado, no final do prazo estipulado. O custo varia de 50 centavos a 2 cruzeiros, em função de outras obrigações. Estas referem-se, essencialmente, ao prazo dado ao empreiteiro, que pode atingir seis anos e mesmo sete. [Tanabi, 1940]" (MONBEIG, 1984: p. 273)

Monbeig (1984) destaca que em meados da década de 1940, o avanço da fronteira já havia atingido as margens do Rio Grande e Rio Paraná, e que já não havia mais sertão ou grandes extensões de mata virgem no noroeste paulista. Tudo o que ainda permanecia

intacto até a crise de 1929 foi invadido pelos derrubadores de mato e já se encontrava incorporado à zona pioneira.

Os trabalhadores que optaram por continuar em atividades rurais durante esse período de transição que tomava forma já na década de 30 e início da década de 40, alavancado pela crise cafeeira, viram suas relações de trabalho começarem a se modificar para o modelo da parceria agrícola, ou meação, até se tornaram pequenos arrendatários (BOECHAT, 2020), já que as grandes fazendas e extensões vastas de terras haviam se tornado onerosas aos fazendeiros, que loteavam suas em menores glebas suas propriedades. (BOECHAT, 2020)

> A parceria agrícola era apresentada como uma variação do trabalho assalariado, em período de crises, na qual o fazendeiro dividia os riscos da atividade com o próprio trabalhador, tendo, com isso, de dividir também os ganhos de maneira mais vantajosa com este caso eles ocorressem. A essência do assalariamento, porém, mantinha-se (BOECHAT, 2020: p. 212)

De certa forma, a parceria emerge como uma condição relacional de trabalho fruto de uma dinâmica laboral arcaica, ligada as sujeições e subserviências de classes entre coronéis/fazendeiros e camponeses/trabalhadores. O retalhamento das grandes fazendas estava nas mãos das companhias colonizadoras, que agiam como grandes empreendedores imobiliários, especulando sobre o preço da terra. A região do noroeste paulista, após o fim do *boom* cafeeiro, se torna palco para o grande capital imobiliário, que apesar de contribuir para pequena propriedade emergir, ainda a fez de forma conservadora e pouco integradora. Abaixo, a porcentagem e a proporção da magnitude dos estabelecimentos rurais dos municípios que compunham o noroeste paulista.

Figura 12: Tabela retirada do livro Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo (MONBEIG, 1984)

SUPERFÍCIE E PORCENTAGEM DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS (1939-40)*

Municípios	*Nº 1 0 a 25 alq.*		*Nº 2 25 à 50 alq.*		*Nº 3 50 à 100 alq.*		*Nº 4 100 à 500 alq.*		*Nº 5 300 à 1.000 alq.*		*Nº 6 mais de 1.000 alq.*	
Pereira Barreto	7.639	3,3%	1.629	0,7%	800	0,3%	4.443	1,9%	11.555	5 %	202.792	68 %
Andradina	2.131	3 %	1.110	1,8%	739	1,5%	5.733	9 %	4.074	6 %	47.671	77 %
Presidente Venceslau	8.606	5,9%	2.352	2,9%	6.162	4 %	12.851	8,7%	15.666	10 %	102.001	70 %
Tanabi	11.365	10 %	11.530	10 %	14.602	13 %	21.665	26 %	17.821	18 %	25.111	22 %
Monte Aprazível ...	30.129	19 %	20.864	13 %	21.406	14 %	33.579	22 %	10.722	7 %	33.729	22 %
Mirassol	9.752	29 %	5.719	17 %	5.283	16 %	9.327	28 %	2.008	6 %	33.729	22 %
Tupã	2.499	46 %	1.178	21 %	664	12 %	515	9 %	540	10 %	33.729	22 %
Olímpia	6.587	11,7%	5.090	9 %	6.043	10,7%	17.693	28 %	6.489	11,3%	14.286	25 %
Araçatuba	8.836	17 %	4.529	8 %	4.450	8 %	13.546	26 %	3.933	13,1%	10.349	19,9%
Presidente Prudente	17.035	22,8%	5.732	7,9%	5.392	7,2%	14.241	19 %	15.188	21 %	16.183	21,6%

(*) Para facilitar os cálculos, as cifras foram sempre arredondadas.

(1984: p.213)

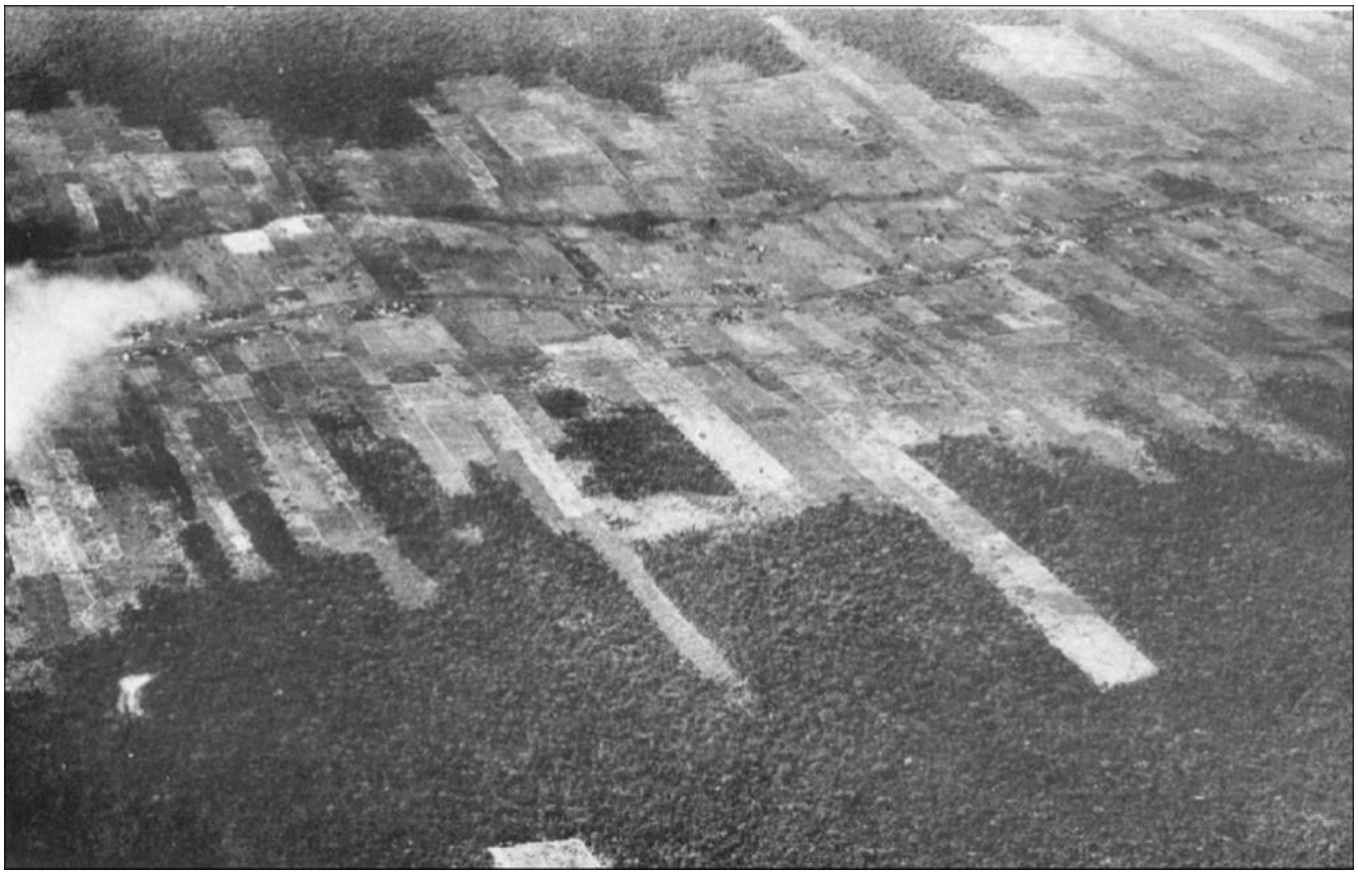
Pode-se observar que a proporção de área ocupada pelos grandes latifúndios em Tanabi (1939-1940) era discrepante comparada às outras tipologias agrárias, seguindo um certo padrão relacionado às vilas contemporâneas ao município, o que favoreceria os retalhamentos dessas fazendas pelas companhias imobiliárias, antigas companhias de colonização, recém-adaptadas com o fim do colonato.

Portanto, a dinâmica da produção e das relações agrárias que permearam o oeste paulista, e o município tanabiense, numa escala global, está atrelada à "Colonização Sistemática". O processo de ampliação na reprodução do capital, em uma escala mundial, tornando os mercados intercontinentais, está vinculado ao projeto de país representado pela "integração nacional", em escala brasileira, em que os primeiros governos republicanos, gradativamente, foram estimularndo a marcha para o oeste, levando todo projeto como um grande empreendimento capitalista ao favorecer rentistas, especuladores e grileiros, nas formações territoriais não só do oeste paulista, mas do brasil como um todo. Fato que evidencia o poder da autonomização das formas do capital ao impor a uma massa de despossuídos, miseráveis, a subserviência necessária aos capitalistas regionais.

O sistema de relações do colonato, e posteriormente, seu desdobramento para a parceria agrícola, ainda eram pautados pelo condicionamento da sujeição de classe, estão atrelados ao capítulo XXV d'O Capital I, ressaltando a violência extraeconômica "necessária" à mobilização do trabalho no contexto de fronteira aberta e ausência de superpopulação relativa formada. (BOECHAT, 2020). "A escassez de terra, a abundância de mão-de-obra e o elevado índice de integração no sistema nacional permitem concluir

sobre a existência de uma tendência à elevação do número de proletários rurais*”* (BOECHAT, 2020: p. 212 apud D’INCAO, 1979: p. 53). Segundo Boechat (2020), a crise do colonato é indissociável da crise monocultora de café, e a parceria agrícola, que advém posteriormente, não pode ser entendida como uma evolução ao assalariamento, muito menos ao campesinato, propriamente dito, já que este surge como um ‘disfarce’ das relações de trabalho, ainda extremamente desiguais. O acesso à terra do ex-colono era restrito e mediado por grandes empreendimentos imobiliários, que ao retalhar as imensas fazendas cafeeiras, desvalorizadas, em menores glebas, tinham, através do mecanismo especulativo do capital fictício, uma fonte de riqueza rápida, e que drenava, tanto aos rentistas ligados ao sistema imobiliário, quanto aos fazendeiros, o dinheiro ganho pelos trabalhadores interessados em determinada propriedade rural.

Figura 13; Foto aérea onde se vê o mosaico formado pela abertura de novas áreas de plantio no meio das matas, para a instalação de uma ferrovia, revelando as marchas de expansão pelo território paulista.



(MONBEIG, 1984)

5.3 - O papel do Grileiro: o protagonista da consolidação agrária tanabiense

O grileiro se apropria ilegalmente de uma terra já ocupada, ou devoluta e, a partir desta expropriação, passa a se extrair a renda fundiária nela gerada, sempre fruto do trabalho dos posseiros. Neste processo, o grileiro pôde com a sua venda, também ilegal, obter dinheiro que pode ser convertido em capital.

> A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros [...]. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder [...]. Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra - e a renda territorial, isto é, o preço da terra - é reconhecida como entrave a circulação e reprodução do capital. [...]. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação licita e, portanto, produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando consequentemente, o sistema oligárquico nela apoiado [...], portanto, [...] comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas. (MARTINS, 1994: p. 79, 80)

O eterno sistema oligárquico da economia brasileira é caracterizado pelo rentismo, e tem origem dentro da escravatura. Portanto, é esta relação entre a propriedade privada capitalista da terra e a renda fundiária que permite que seu proprietário, mesmo sem nada nela produzir, possa se enriquecer. Sobretudo, quando ele se apropria de uma parcela de terra sem despender dinheiro algum por ela, como ocorre no processo de grilagem, caracterizando a gênese fundiária privada do início da Primeira República.

> A figura do grileiro institui-se na linguagem popular para designar o fabricante ou o falsificador de títulos de propriedade da terra, usando-se folhas de papel timbrado com as armas imperiais – para caracterizar a antiguidade do documento –, imitação de escritas fora de uso, selos antigos, envelhecimento do papel com seu amarelamento artificial por meio de sua exposição à luz e picotes resultantes da ação do inseto grilo, colocado propositadamente em recipientes juntamente com os falsos documentos. (NARDOQUE, 2014: p. 77)

Está personificada no grileiro a imagem do especulador fundiário responsável pela colonização capitalista brasileira. Era através da elevação fictícia do preço da terra, ou da simples posse de um documento falso indagando seu direito àquela propriedade, que através dos mecanismos especulativos baseados na lógica do capital fictício e da demanda

cafeeira, se construiu uma riqueza rápida e controversa em solos do oeste paulista. Quando o grileiro apenas especula no preço de uma terra, ultra valorizando-a, usa do capital fictício visto no tomo anterior como artifício de riqueza rápida. Muitas vezes a valorização não estava relacionada a nenhum melhoramento representado como capital fixo cristalizado ao solo, mas na expectativa de chegada da Frente Pioneira com todas as suas vantagens de investimento e extração da mais-valia através da massa de camponeses destituídos de seus meios de produção.

Ainda em meados do século XIX, todo extremo noroeste paulista se caracterizava pela gleba de 207.000 alqueires da Fazenda Ponte Pensa, de posse de Patrício Lopes de Souza, e que segundo registros e documentos (NARDOQUE, 2014: p. 75), foi responsável pela expulsão de "uns homens" daquela terra para efetivar o domínio. Ainda segundo Nardoque (2014: p. 76), os sucessores de Lopes de Souza, representados pelas frentes de expansão e que à medida em que a frente pioneira avançava em direção ao oeste, eram sendo deslocados até à margem do Paraná, sofrendo com tocaias, expulsão e mortes. O preço da terra era determinado por atividades como suborno de cartorários, demarcações, tocaia a posseiros, pagamento a topógrafos e jagunços. (NARDOQUE, 2014).

> No Oeste paulista ocorreu a expansão da propriedade capitalista da terra com a grilagem realizada por comerciantes de terras personificados nas figuras dos fazendeiros, companhias imobiliárias, engenheiros, topógrafos e advogados, ou seja, citadinos, como afirma Monbeig [1984] (NARDOQUE, 2014: p. 77)

Com a Lei de Terras de 1850, também era aprovado um novo critério para a legitimação das posses das terras, o registro paroquial. "Ou seja, o registro de nascimentos ou casamentos realizados em paróquias próximas às terras possuídas." (NARDOQUE, 2014: p. 77). Começava, assim, a corrida pela emancipação fundiária no oeste paulista, em que a presença da capela, o símbolo de institucionalização cristã, se tornava também a expectativa na viabilização de novos negócios.

No início do século XX, a apropriação da terra passa por mudanças, trazendo as primeiras contratualidades das relações capitalistas de produção. A principal finalidade não era mais possuir uma gleba para a reprodução de subsistência, mas o negócio, ou a renda que se extraía pela exploração da mão de obra camponesa. Os conflitos pela terra no noroeste paulista ficaram famosos pela apropriação feita por grileiros das cidades de São José do Rio Preto, Araraquara e Rio de Janeiro, com a participação de políticos locais, conhecida como o "Grilo Glória e Furquim", um grande exemplo da atividade de grileiros

na região. Em 1912, coincidindo com a chegada da Estrada de Ferro em São José do Rio Preto, se inicia a grilagem da Fazenda da Ponte Pensa.

> Nesse ano, os grileiros, um advogado de São José do Rio Preto, João Odorico da Cunha Glória, juntamente com Bernardino de Almeida, corretor de imóveis de Araraquara, tentaram se apossar da gleba, impetrando ação na Justiça Federal, como legítimos possuidores da Fazenda Palmital, por eles denominada. No mesmo ano, outro grileiro se apresentou como dono das terras na Ponte Pensa, Mário Furquim, proveniente da cidade do Rio de Janeiro. Para não levantarem suspeitas, este e João Odorico da Cunha Glória fundaram a firma "Glória e Furquim (NARDOQUE, 2014: p. 79)

Todo imbróglio do Grilo Glória & Furquim, apesar de ter ocorrido mais ao extremo noroeste paulista (região de Jales a Santa Fé do Sul), se relaciona com a consolidação territorial tanabiense, já que a extensão do município abarcava todo extremo noroeste no momento em que a Frente Pioneira chega à região. A vastidão de terras ainda não desbravadas pertencentes ao município ainda nos anos de 1920/1930 intensificaram a ideia de mercantilização fundiária através da grilagem, normalizada pelo poder público nacional desde o Império, passando pela Primeira República, e chegando na era Vargas.

Para Antônio Tavares de Almeida, ex-prefeito de Monte Aprazível, pensador do noroeste paulista do início do século XX, amante da sociologia e da teoria marxista, o grileiro foi o principal instrumento do grande capital para a viabilização da produção capitalista em terras virgens paulistas colonizadas pela Frente Pioneira.

> [...] Era o Oficial de Justiça que lhe trazia a citação para a próxima audiência em que se iria propor a divisão da fazenda em que estavam suas terras - do posseiro. Na sede da comarca, o advogado lhe explicaria as razões do condomínio de que era sócio ou lhe oferecia carta de agregação em que, reconhecendo direito de outrem, se indenizaria com a retificação, por escritura hábil, do que possuía há longos anos. O causídico mostrava as "vantagens" da proposta que sempre fazia em nome de terceiro, o Grileiro, tipo que chegou em primeiro lugar para a vida nova do sertão. [...] Como todo criminoso astuto e afortunado, o grileiro teve o elogio do seu êxito. Encarnaram nele o último descendente de bandeirante, no comparar da utilidade dos resultados sociais de ações nascidas da imoralidade. [...] A corrida para o Oeste dava a impressão de desenvolvimento. Não se queria ver o que nela havia de devastação e de regresso." (ALMEIDA, A. T. de; 1943: p. 194, 195 e 196.)

Tavares de Almeida era pernambucano, ele próprio era um migrante que avistou nas terras recém-abertas do noroeste paulista uma oportunidade de vida. Por sua visão social baseada na centralidade do trabalho na produção material, critica veementemente o advogado que procurava fortuna rápida, ditada pela expulsão fundiária dos posseiros ali residentes. Segundo Almeida, o advogado astuto;

> [...] “acercou-se do chefe político ou rodeou-se de paqueiros. Fez-se grileiro ou seu comparsa. Tendo a servi-lo inteligência, tomou de assalto as posições. Criou partidos de oposição e fundou clubes e jornais. Houve fortunas rápidas. A valorização da terra dava para tudo.” (Reportagem do jornal: A Voz Regional. Como os intelectuais viam Tanabi em 1925, sem identificação do autor. 04 de julho de 2017).

O farmacêutico de formação e escritor João de Mello Macedo, era amigo de Tavares de Almeida, conhecido morador erudito de Tanabi ao início do século XX, e denunciava a atividade de grilagem que começava a chegar às terras do Alto do Jataí, sendo contundente ao criticar os jovens advogados que tinham a grilagem como instrumento de prosperidade fácil e instantânea: “(...) a ambição ardente do jovem profissional que abandonou todos os princípios da ética na plataforma da última estação ferroviária.” (1943: 205). O mesmo João de Mello Macedo, também com ligação com o tão citado neste texto, o memorialista Sebastião Almeida Oliveira, é responsável pelo prefácio de *Subsídios para a história de Tanabi* (1977) do mesmo memorialista local, e num excerto, elogiando o trabalho de Almeida Oliveira, diz:

> “É do consenso unânime que história é sempre importante, ainda que seja ela limitada aos fastos de um município. É sempre a mesma grave e respeitável História, com seus teoristas e intérpretes, de Heródoto a Ibn-Khaldun, de Macaulay a Toynbee, para não chegarmos até àqueles que procuram interpretá-la, ideológica, ou filosoficamente, confinados à dialética marxista.” E conclui, de forma direta: “Para versá-la, requerem-se qualidades excepcionais, entre elas, o gosto da indagação e da pesquisa”. (1977: p. 5).

O mesmo que criticou, primeiramente (e com razão), a ação dos grileiros na região, parecia não poder ver pelas suas “lentes” romantizadas pela ideologia burguesa em que sempre esteve inserido, que a ação dos grileiros só poderia ser explicada, em sua totalidade, levando em conta o movimento do capital na sociedade, justamente pelo método dialético-marxista. Ora, é somente através do debate crítico e racionalmente questionador que as narrativas memorialistas distorcidas, predominantemente românticas, são desconstruídas. É a luta de classes o principal fator responsável pelo desenvolvimento, e não o capital. Todo esse enredo é responsável por reproduzir e perpetuar as relações subservientes de classe em que se formou o mercado agrário, não só do município tanabiense, mas de todo o oeste paulista. Se a totalidade social se apresenta como complexa, como nos elucidou Lukács (2018), condicionada por contradições que se determinam, se entrelaçam, e se modernizam gerando novas contradições, essa realidade concreta exige a crítica dialética marxista como um

indispensável instrumento de análise para a superação das desigualdades sociais que marcam a história moderna da humanidade, regida pelo modo de produção vigente.

5.4 - Tanabi e sua história de formação (1850 – 1942)

A partir destes conceitos, depois de contextualizar os condicionantes responsáveis pelos fatores de atração da região do Alto do Jataí, uma revisão bibliográfica levantou registros memoriais, documentos oficiais e livros sobre a região tanabiense. A história de Tanabi se inicia inserida no contexto caipira, sendo uma das vilas mais antigas fundadas no noroeste paulista. A principal razão relacionada ao fator atrativo da região tem data e motivo legal, como já exposto por outros pensadores neste texto. Segundo o memorialista Sebastião Almeida de Oliveira (1977), é principalmente após a Lei de Terras de 1850 que a corrida pela propriedade privada era iniciada, e regiões até então não desbravadas, denominadas “terras de ninguém”, “terras virgens”, iam sendo ocupadas por imigrantes caipiras.

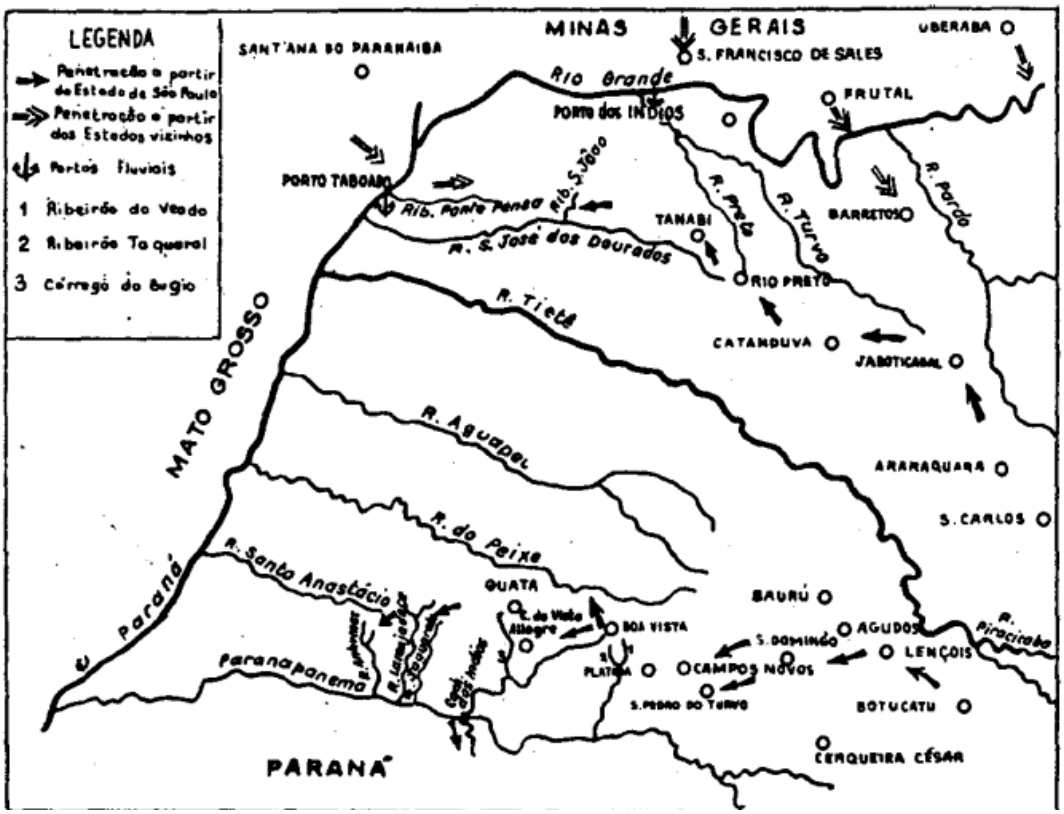
Para o preparo e o sustento da terra, era necessário adquiri-la agora por meio da compra, e no dinheiro vivo. Além da fundação de São Jose do Rio Preto, por João Bernardino de Seixas, em 1852, e de Tanabi, trinta anos depois, é necessário situar a existência das colônias militares de Avanhandava e Itapura, que datam de 1865 e 1870, respectivamente, assim como Campo Grande, em Mato Grosso, todos agrupamentos contemporâneos. (OLIVEIRA, 1977). Seguindo com Oliveira, também é de meados da década de 1850 que as primeiras legalizações por meios de registros foram datadas, em Jaboticabal e São José do Rio Preto. O preparo e a limpeza do terreno feitas pelos posseiros era geralmente na estação seca, ao meio do ano. A derrubada de árvores e arbustos era a “roçada”, ou “roça”. Após isso era juntados os galhos e arbustos já secos, e se aplicava a técnica da “coivara”, ou seja, a queima destes.

> A partir de 1850, por força de um decreto, tiveram os posseiros suas terras legalizadas e daí a origem de escrituras particulares. E vieram, então, outros pioneiros: Vicente Cardoso da Silva, que se estabeleceu na confluência' do Turvo com o Grande e cujo nome serviu de topônimo para designar o atual município de Cardoso; Antônio Cassimiro da Silveira, cujos descendentes povoam hoje o bairro da Fortaleza'; Felício Bassoural, patriarca dos Macieis, na Cachoeira, (daí Cachoeira dos Felícios) para onde também vieram os Paula Ribeiro e, ulteriormente, Daniel da Cunha Morais. Muitos outros para aqui vieram, tangidos, a maioria, pelo mesmo impulso dos bandeirantes, mas quantas vezes as matas seculares serviram de valhacouto aos perseguidos da justiça em outras bandas! Reza a tradição que, por essa época, os transportes para os centros povoados: São José do Rio Preto, Jaboticabal, São Carlos, Araraquara e Campinas, eram feitos por

> cargueiros e carros de boi e a viagem de ida e volta prolongava-se meses seguidos; levavam produtos da terra e traziam, de retorno, sal, tecidos grosseiros e artigos de primeira necessidade. (OLIVEIRA, 1949: p. 228)

Ainda segundo o autor, as regiões de Barretos e São José do Rio Preto foram ocupada por mato-grossenses receosos pela Guerra do Paraguai (1864 – 1870), mas especialmente mineiros, ambos tendo a principal atividade a criação de gado, e que desde o fim da era da Mineração já buscavam outro meio de sustento, e ainda mais, influenciados pelas Revoltas Mineiras de 1842.

Figura 14; A penetração dos Mineiros no século XIX, retirado de Monbeig (1984)



Fonte (1984: p. 134).

Foi ao longo da Estrada Boiadeira do Taboado que esses migrantes se instalaram, importante artéria que ligava Jaboticabal ao "Sertão distante", rumo ao Mato Grosso, caminho percorrido pelas comitivas de gado, influenciando diretamente a cultura do boi de corte na região.

> Em 1860, Joaquim Chico [...] transfere-se para o Jataí e, construindo uma choça de capim, nela vendia rapadura, fumo e cachaça, além de outros artigos que trazia de lugares distantes e por ínvios caminhos. Por esse motivo [...] é considerado o primeiro habitante da cidade, muito embora, por esse tempo, existissem [...] outros moradores com suas cabanas colmadas de sapé. (OLIVEIRA, 1949: p. 228)

A descrição sobre o fundador-mor, e seu ideal de vida, também é caracterizado pelo autor Antônio Caprio, que sintetiza o legado regional de identificação dos posseiros com suas terras ocupadas, comum nas frentes de expansão pela cultura caipira;

> O ‘caboclo’ nascido na terra e nela criado se tornava seu criado e defensor. [...] entendia que a terra não era símbolo de riqueza ou de poder. Era um lugar sagrado onde se podia criar os filhos e dela tirando o sustento de vida da família e dos animais. Não era uma propriedade e sim um direito e este direito era defendido mesmo com o sacrifício da própria vida. (CAPRIO, 2009: p. 64).

Com isso, de forma lenta e sem nenhum planejamento integrador e efetivo por parte do corrompido poder público nacional e estadual, a demanda do mercado econômico se voltou não apenas para as áreas urbanas, que dependiam essencialmente da exportação de café, mas também para as áreas agrícolas, sobretudo, no desenvolvimento da pecuária, algodão, e outras culturas de excedentes, que sustentavam o mercado interno brasileiro (GODOY, 1995). A Estrada do Taboado, sendo a principal rota alternativa à ferrovia rumo a noroeste, ao Mato Grosso, se caracterizava pelo escoamento desses excedentes imediatos, já que ao longo de seu caminho, a movimentação e os agrupamentos humanos só aumentavam, já perto da virada do século XIX para o XX.

> [...] conforme anota Monbeig, em seus magníficos “Ensaios de Geografia Humana Brasileira”; aí se vê esboçar uma paisagem rural e nascer uma economia agrária até então desconhecida no Brasil; novas formas de comunidade rural vão aparecer na região de fazendas imensas, ao mesmo tempo desenvolve-se outra nação”. (OLIVEIRA, 1977: p. 16).

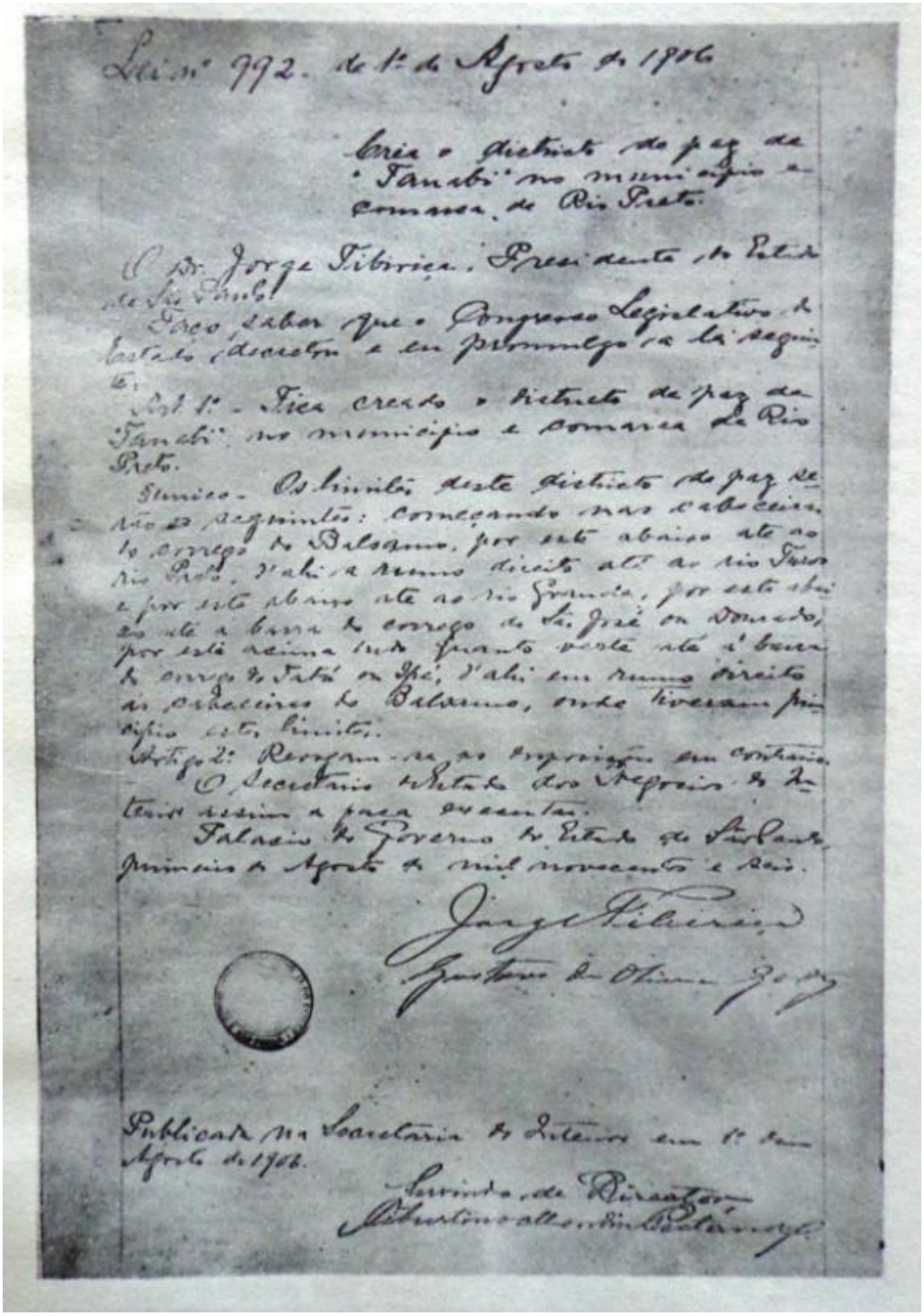
A fundação do vilarejo foi datada no álbum, “A comarca de Rio Preto”, de 1929, no ano de 1887. Mas pesquisas posteriores, principalmente coordenadas por Sebastião de Almeida de Oliveira, entusiasta memorialista da cidade, descobrem que a fundação foi através da construção de uma capela, em 4 de julho de 1882, com o nome de Arraial do Jatahy ou Conceição do Jatahy.

> Espicaçados pelas discordâncias encontradas, prosseguimos, de indagação em indagação, concluindo em pós por acatar depoimentos de velhos moradores a confirmar que o levantamento do cruzeiro se deu precisamente a 4 de Julho de 1882, (ou sejam, cinco anos antes da data que tínhamos notícia), com a presença não só de Joaquim Chico - o primeiro habitante - como, ainda, de Hilário de Souza Rozendo, Agostinho Pereira, Manuel Francisco da Silva. Joaquim Euzébio e Bento Perez de Souza, - A este último carpinteiro que desbastou o tosco madeiro dando-lhe forma de cruz, a qual, com o ato solene de sua instituição, tornou-se, ‘ipsofacto’, marco simbólico da fundação de Tanabi e que, para edificação dos pósteros, cumpre resguardar e preservar. (OLIVEIRA, 1949: p. 228, 229)

Em 12 de julho de 1902, era instaurado o Distrito Policial na pequena vila do Jataí. (OLIVEIRA, 1977) O título de Distrito Policial dava a imagem de vila “civilizada” na época. Os costumes eram ligados às margens da Estrada Boiadeira do Taboado, do comércio fixado pelas choupanas simples em que produtos como fumo, rapadura e pinga, entre outras ferramentas, eram vendidas às comitivas que circulavam de forma cada vez mais intensa pela região.

Em 1906, em primeiro de agosto, como já reivindicavam os moradores do Jataí, a Lei estadual n° 992 criou-se o Distrito de paz em Tanabi. No dia seguinte, 2 de agosto, 75 alqueires de terra são doados por Francisco de Souza Lopes e sua mulher Maria Francisca da Conceição, Joaquin José de Souza e sua mulher Gertrudes de Souza Martins, além de Maria da Rosaria da Conceição, para a Nossa Senhora da Conceição do Jataí, com a condição que se construísse uma capela. A capela se localizava na Fazenda Jataí. A efetiva instalação do Distrito de Paz, porém, veio a se concretizar somente em 9 de janeiro de 1907. Tanaby, ou Conceição do Jataí, se tornara o primeiro distrito desmembrado de São José do Rio Preto. É a partir último marco histórico citado que tomava forma a pequena cidade, estimulando a vinda de muito migrantes para se estabelecerem às margens da Estrada Boiadeira do Taboado.

Figura 15; Foto do documento referente a Lei 992, em que Jorge Tibiriçá, governador paulista, autorizava a criação do Distrito de Paz de Tanaby.



Lei nº 992. de 1º de Agosto de 1906

Cria o distrito de paz de "Tanabi" no municipio e comarca de Rio Preto.

O Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado de São Paulo:

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Art. 1º - Fica creado o distrito de paz de "Tanabi" no municipio e comarca de Rio Preto.

Unico - Os limites deste distrito de paz serão os seguintes: começando nas cabeceiras do corrego de Balsamo, por este abaixo até ao rio Preto, dahi a rumo direito até ao rio Turvo e por este abaixo até ao rio Grande, por este abaixo até a barra do corrego de S. José ou Dourado, por este acima até a fonte mais proxima do corrego de Tabú ou José, dahi em rumo direito ás cabeceiras de Balsamo, onde tiveram principio estes limites.

Artigo 2º: Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario d'Estado dos Negocios do Interior assim o faça executar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, primeiro de Agosto de mil novecentos e seis.

Jorge Tibiriçá

Gustavo de Oliveira Jordão

Publicada na Secretaria do Interior em 1º de Agosto de 1906.

Servindo de Diretor
Alberto Allen de Balsamo

Fonte: (OLIVEIRA, 1977: p. 33)

A partir da instalação do distrito, concretizado em 1907, o vilarejo da Conceição do Jataí é renomeado por Tanaby, que num primeiro momento, segundo Almeida Oliveira, foi traduzido do Tupi-Guarani por Urbino Viana como “madeira adstringente que aperta”, relacionada às várias espécies de taninos que se espalhavam pela região do Jataí. Porém, posteriormente, Plinio Ayrosa retifica o significado, que segundo o autor

citado significa “borboleta, ou mariposa” na íngua Tupi, determinando assim, o carinhoso topônimo de “rio das borboletas”, relacionado ao córrego do Jatai que corta o município.

> Em primeiro de março de 1909, Roque Alvares Vieira Magalhães, pai de Maurilio Cesário de Magalhães, que foi juiz de paz, político e fazendeiro em Tanabi, requeria à Câmara Municipal de Rio Preto para que esta interferisse junto ao Congresso no sentido de ser revisto o regulamento sobre divisão de terras – decreto número 720, de 5 de novembro de 1890, para melhor garantia de propriedade privada, porquanto era público e notório a desfaçatez dos ‘grileiros’, que prosperavam em regiões de desbravamento, prejudicando o trabalho ordeiro e motivando a intervenção da justiça. (OLIVEIRA, 1977: p. 64)

As estradas de ferro eram traçadas em regiões estratégicas para o escoamento do café, atendendo apenas o latifundiário capaz de produzir em uma larga escala visando o mercado exportador, e o alto do Jataí não havia sido alcançado pela marcha pioneira, que se intensificou e chegou às terras tanabienses, principalmente, a partir de meados da década de 1910, especialmente, como citado anteriormente, mesmo que de maneira indireta e um pouco distante para as condições da época, a partir de 9 de junho de 1912 (OLIVEIRA, 1977), ano que a ferrovia Araraquarense chega em São José do Rio Preto. Até então, a única via possível ao alcance do Alto do Jataí, era a Estrada do Taboado, influenciando desde os primórdios do município, a forte ligação cultural com a criação de gado, tipicamente sertaneja.

Essas terras inexploradas, até os primeiros anos de 1900, estavam sendo lentamente desbravadas, seguindo as flutuações das crises cafeeiras, ocupadas por posseiros e suas famílias, com a intenção de se estabelecer no local assentado para uma produção de subsistência e de excedentes voltados ao mercado interno.

> A partir da década de 10, com a chegada do café, as terras dos antigos ‘bandeirantes tornados’, onde se praticava a agricultura de subsistência, atraíram a cobiça capitalista e a região se tornou o paraíso da grilagem de terra, onde os advogados prosperaram. (Reportagem do jornal: A Voz Regional. Como os intelectuais viam Tanabi em 1925, sem identificação do autor. 04 de julho de 2017).

A atração de novos imigrantes era intensificada, não só pela instituição do distrito de paz em território tanabiense, como também pela chegada da ferrovia em Rio Preto, 5 anos após a elevação distrital, em 1912, corroborando com os primeiros lapsos da Frente Pioneira, e o interesse de fazendeiros e coronéis alinhados com o poder sociopolítico representado pela cultura cafeeira, que acabara de presenciar uma grave crise ocorrida nos primeiros anos do século XX, e viam a possibilidade de expansão da produção em grandes extensões de terras praticamente virgens e inexploradas.

> Em 1913, juntamente com seu irmão João Alves Monteiro, para aqui se transportou, vindo de Barretos, o Cel. Militão Alves Monteiro, que exerceu, com seu prestígio, marcada influência nos destinos da zona. No que tange ao seu território, propriamente dito, releva notar que até 13 de março de 1925, pertenceu a jurisdição municipal de São José do Rio Preto; vinte anos depois, em 1945, fragmentou-se, por cissiparidade, em três partes distintas (OLIVEIRA, 1949: p. 231)

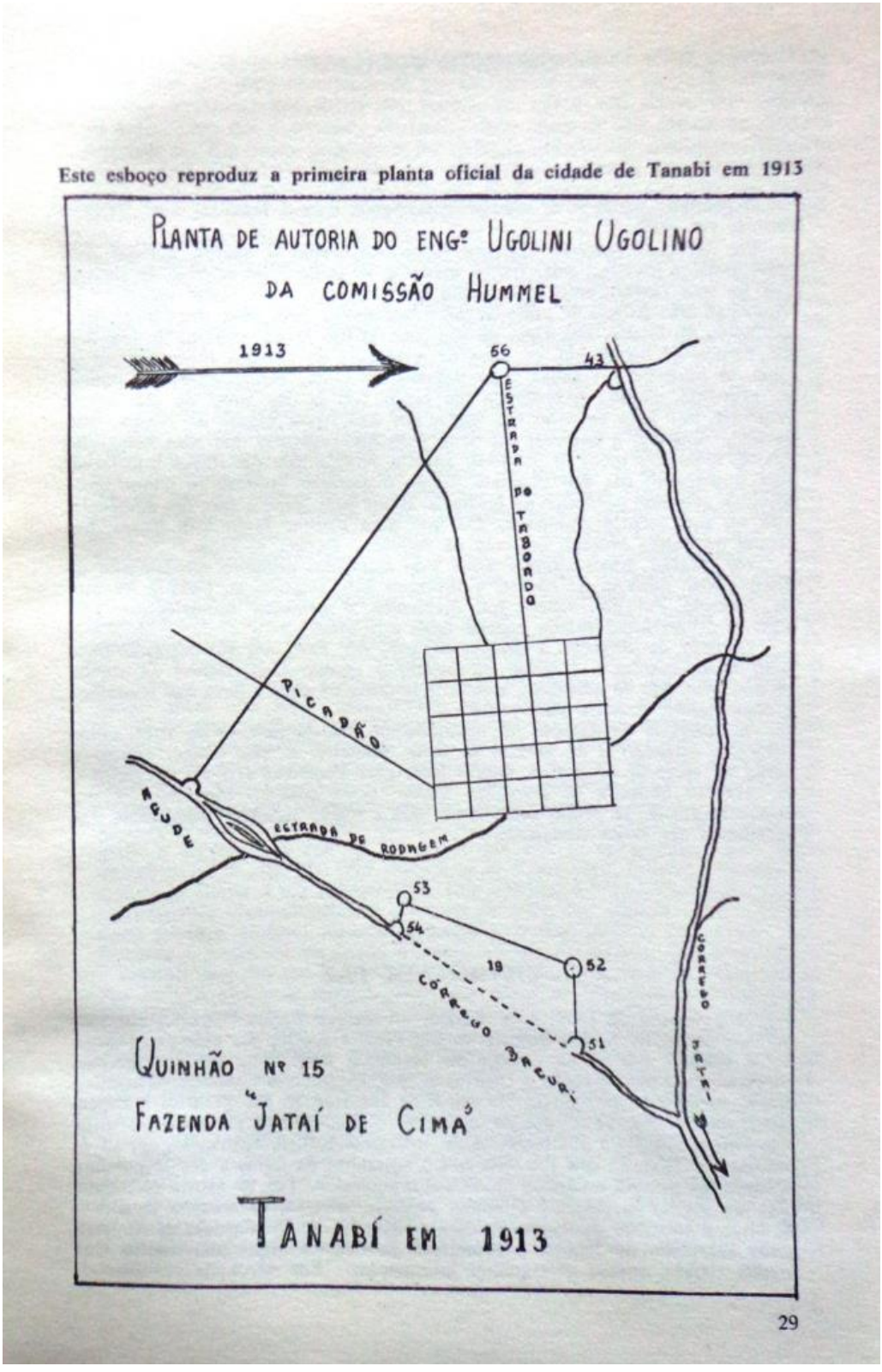
A afirmação acima é de grande importância, já que Militão Alves Ferreira foi durante décadas a centralidade do poder, direta ou indiretamente, em terras do Jataí e região, ocupando cargo de vereador em Rio Preto e primeiro prefeito de Tanabi. Monteiro era militante ferrenho do PRP (Partido Republicano Paulista), e que como já citado neste texto, via na modernização conservadora a única via possível de desenvolvimento ao oeste paulista. Claro, por também, deter grande quantidade de terras. Em uma passagem de Almeida Oliveira (1977), o autor discorre que em 1916, Militão Alves Ferreira adquire por três mil cruzeiros vastas terras de qualidade, localização denominada "Encachoeirado", consolidando-se como um dos principais fazendeiros estabelecidos na região. O antigo dono era o Alferes Joaquim Inácio, que adquiriu tais terras em 1879, por mil e oitocentos cruzeiros, demonstrando a valorização fundiária com a elevada procura por terras na região.

Durante a década de 1910, a grande massa de trabalhadores que buscavam em Tanabi uma esperança de prosperidade, intensificou seu deslocamento em terras recém-abertas. Em um primeiro momento, os imigrantes que vinham da Europa receosos pela Primeira Grande Guerra (1914 – 1918) se instalavam nas zonas pioneiras tradicionais. E dessas zonas, imigrantes mais antigos que sonhavam com a propriedade privada digna e que não viam mais prosperidade nas zonas velhas, se deslocavam às zonas novas, como nesse período. Monbeig (1984) destaca ainda que em 1918 ocorre uma grande geada no estado de São Paulo, que fez a grande expectativa de ganhos dos fazendeiros ruir. A cada crise cafeeira, o capital tendia a se expandir ainda mais em terras inexploradas, compensando o investimento não cumprido. Tal fato contribuiu ainda mais para a intensificação do povoamento tanabiense. Percebendo, a cada vez mais intensa movimentação de pessoas no vilarejo, depois de muitas viagens à capital tendo como pauta a emancipação da vila, o poder local é gratificado pela Lei Estadual n° 2009, que elevava a município, Tanabi.

Apenas em 1925, no dia 13 de março, a emancipação é efetivamente concretizada e o Coronel Militão Alves Monteiro, é empossado o primeiro prefeito da cidade. No mesmo ano de 1925, o fazendeiro João Alves Monteiro, irmão de Militão Alves Monteiro,

traz para Tanabi o primeiro automóvel, que com grande dificuldade, foi trazido pela Boiadeira até Tanabi (CAPRIO, 2009). O município recém-traçado, mesmo com a vastidão territorial, possuía cerca de 500 estabelecimentos rurais, evidenciando a concentração fundiária. Para se ter ideia, com cerca de um terço do território que possuía em 1925, Tanabi, segundo o último censo agrícola de 2017, possui cerca de 1100 estabelecimentos rurais. O valor do alqueire de terra melhor localizado, segundo os especuladores, era de 3 contos de réis, ou 3 milhões de réis, exigidos com o pagamento em espécie. Para se ter uma ideia da desigualdade social entre fazendeiros e trabalhadores rurais, para se construir uma casa de colono na propriedade, gastava-se 350$000[1], cerca de 10% do valor de um alqueire. (OLIVEIRA, 1977). Almeida Oliveira, inclusive, era natural de Monte Azul, e chega em Tanabi com apenas vinte e quatro anos, com a missão de gerenciar o primeiro cartório da cidade, entre 1927 e 1928, com o aval do Coronel Militão Alves Monteiro, mandatário regional, e de Júlio Prestes, interventor paulista, que possuía propriedades na região noroeste do estado. Com sua formação em agrimensura, a atividade de Sebastião Almeida Oliveira era de suma importância para o coronel e mandatário político regional, Alves Monteiro, pois com a baixa do café, já gradativamente evidenciada anos antes de crise de 1929, os grandes fazendeiros buscavam compensar seus investimentos através do retalhamento das imensas propriedades em menores glebas. Talvez o fato citado explique a admiração incontestável em que Oliveira se refere à Militão Alves Monteiro, como um “incentivador do progresso” (OLIVEIRA, 1977, p. 51), mesmo reconhecendo as práticas perversas do chefe político, como o voto de cabresto forçado a bico da espingarda.

Figura 16: Primeira carta da cidade de Tanabi, elaborada pelo engenheiro Ugolini Ugolino, em 1913.



Retirado do livro “Subsídios para história de Tanabi”, 1977, Sebastião Almeida Oliveira.

No ano de 1927, segundo relatos do memorialista Caprio (2009), ocorre fato curioso. O primeiro prefeito eleito, Militão Alves Monteiro, renuncia do cargo. Este foi substituído José Barbosa Lima, médico, que chegou em solos tanabienses por volta de

1924 (CAPRIO, 2009), e que também tinha filiação ao exército e ao PRP. A renúncia foi explicada depois de certo tempo, pois Militão Alves Monteiro era portador do Mal de Hansen, a popular lepra, altamente contagiosa em estágios avançados, e devido seu estado sério, necessitava de internação.

Ao ser levado à capital para tratamento de sua comorbidade, Militão Alves Monteiro foi cuidado por Adhemar Pereira de Barros, médico recém-chegado da Europa. (CAPRIO, 2009) Depois da melhora, se constitui, então, uma relação de admiração e devoção mútua, já que Militão Alves Monteiro, grato ao tratamento recebido, alavancou o início de sua carreira política (início da década de 1930), vindo a ser o futuro governador do estado de São Paulo. Surgia, assim, uma relação Clientelista, em que o Coronel, em "favor" de seu tratamento, liderou o movimento político em prol de Barros na região de S. J. do Rio Preto à força do "voto de cabresto" (CAPRIO, 2009). Depois de sua recuperação, surpreendente pela ágil ação do médico Barros, Alves Monteiro volta à cidade alertado sobre seus parceiros políticos de que José Barbosa Lima tinha a intenção de se perpetuar no poder, sendo cria da oposição e infiltrado na política do PRP. Depois de perseguido pelos capangas de Militão Alves Monteiro, o médico e prefeito José Barbosa Lima se afasta do cargo, depois de pouco mais de um ano, e o antigo Coronel retoma o poder em 7 de novembro de 1928 (CAPRIO, 2009), com imensa maioria do PRP local, toda subserviente ao mandonismo de Alves Monteiro.

Após a criação do município em 1925, e o início dos imbróglios políticos envolvendo fazendeiros sedentos por poder e aumento de seus lucros e, suas fábulas muito disseminadas de que o trabalho nos latifúndios seria a única forma possível de desenvolvimento social, o maior objetivo que se apresentava era a elevação à comarca. O poder local entendia que este seria o último estágio para a consolidação de Tanabi como maior favorito a receber a estrada de ferro, símbolo de modernidade logística, e que beneficiaria a circulação de produtos para os centros consumidores.

Porém, em 24 de março de 1927 ocorre um violento linchamento no recém-criado município. José Benedito de Alencar, vulgo *Cacheado*, comete o homicídio da esposa de João Edmundo, seu inimigo político de longa data, onde hoje seria jurisdição de Álvares Florence, que na época pertencia à Tanabi. Após vários desencontros, *Cacheado* é preso na popular 'cadeinha' da cidade, e no dia seguinte de sua prisão, é executado por cinco capangas de João Edmundo. O massacre, que foi conhecido como Revolta do Cacheado, ou Linchamento do Cacheado, era a expressão do cruel panorama político retrógrado em que a região do alto do Jataí estava inserida, significando certo imagem de atraso nas

conquistas emancipatórias de Tanabi, já que na época, era elevado à comarca, além do município que possuísse um apadrinhamento clientelista entre pode local e poder regional, o agrupamento humano que simbolizasse a "superação do arcaico", do "não-civilizado", que foi muito bem expressado pelos antigos títulos cedidos às vilas como "distrito de paz", ou "distrito policial", transparecendo uma certa "ordem" estabelecida.

Com a constituição de 1934, segundo Godoy (1995: p. 118) "voltou-se a estimular a autonomia dos municípios, porém, de forma contraditória. Ao mesmo tempo em que se defendia a independência municipal, permitia-se aos estados, através dos departamentos de municipalidades, o exercício do controle político administrativo sobre as localidades." É nesse sentido exposto por Godoy, que, em alguns registros do ano de 1936, Caprio (2009) discorre sobre a criação do Diretório do Partido Constitucionalista de Tanabi, de Getúlio Vargas, maior expoente, ao crescer sua influência na política dentro da dinâmica de poder municipal. Vários políticos, antes do Partido Republicano Paulista, incentivados pelo grande capital cafeeiro, e agora assolado pela grande crise de 1929, debandaram para o outro lado, que exercia a situação na governança federal. Um destes, era o irmão do Cel. Militão Alves Monteiro, Francisco Alves Monteiro, o prefeito que assume em 13 de julho de 1938. Reparem que houve um revezamento do poder pela família Alves Monteiro, representantes do poder local, e por tal fato, configurava-se uma política de aparelhamento patrimonialista. Francisco Alves Monteiro, segundo o memorialista tanabiense (CAPRIO, 2009), embora sem especificar a data e a fonte específica, ficou de receber engenheiros responsáveis pelo estudo do planejamento da instalação da tão aclamada linha férrea. Segundo relatos de Caprio (2009), o prefeito desdenhou da visita dos engenheiros, e não apareceu na reunião para a consolidação do empreendimento, pois estava jogando "cartas" e "sinuca" (CAPRIO, 2009: p. 210). Por esse motivo, Adhemar Pereira de Barros, o mesmo médico que tratou o irmão de Francisco, Militão Alves Monteiro, que agora era o Interventor Paulista, nomeado por Getúlio Vargas, o exonerou do cargo de prefeito. Francisco Alves Monteiro, ainda segundo Caprio (2009), viajou até a capital portando uma arma para ameaçar o então Interventor Paulista. Como Adhemar de Barros era um grande conhecido e apadrinhado político da família Alves Monteiro por Militão, preferiu não ordenar a prisão de Francisco Alves Monteiro. A saída do cargo de prefeito municipal foi registrada em 04 de setembro de 1939 (CAPRIO, 2009).

A saga municipal da busca pela ferrovia como trampolim político regional, percorre toda década de 1930, período simbolizado pelas primeiras mudanças impostas pela grande crise de 29 (que na década de 20 já começava a tomar forma), que fez da

relação de produção ditada por coronéis em seus grandes latifúndios começar a ruir. A partir já do final da década de 20, e início da década de 30, sendo reflexo da Crise de 29, unem se aos italianos e espanhóis, os japoneses que não se adaptaram ao café, que em baixa, dava lugar à outras culturas, diversificando a paisagem.

> A divisão, em lotes acessíveis, dos grandes latifúndios existentes no município, circunscrevendo milhares de alqueires, é necessidade premente dado que é no regime das pequenas propriedades que a população se adensa; cumpre ter em vista que o loteamento proporciona pingues lucros o que não se daria si vendidos em conjunto e com sua aplicação teríamos a valorização dos ubérrimos terrenos marginais da cidade e a consequente infiltração de trabalhadores advindos de zonas cansadas e menos férteis que a nossa. (OLIVEIRA, 1928. Reportagem Do Jornal: Cidade de Tanaby, n° 20, 25 de março de 1928.)

Esses novos imigrantes se ambientaram com a criação de gado e o algodão sob a forma do arrendamento de terras, favorecidos pelo retalhamento das grandes e agora, onerosas fazendas, simbolizando o novo movimento representado pelo Partido Constitucionalista (PC) tinha como ideal, tendo a figura de Getúlio como maior expoente. O programa de Getúlio era, claramente, constituir uma capilaridade maior do discurso político governamental, buscando a emancipação municipal como maior fator referente a unidade de país na concepção varguista de governo.

Figura 17; Distribuição das propriedades por nacionalidade em Tanabi, 1939.

Propriedades em nome de brasileiro	2.124
Em nome de italianos	323
Em nome de espanhóis	247
Em nome de sírios	72
Em nome de portugueses	46
Em nome de alemães	15
Em nome de ingleses	11
Em nome de austríacos	08

Retirado de Caprio (2009: p. 221)

Figura 18; Tamanho e distribuição das propriedades rurais em Tanabi, 1939.

Até 10 alqueires	242
De 11 a 20	602
De 21 a 50	608
De 51 a 100	508
De 101 a 250	323
De 251 a 500	161
De 501 a 1.000	93

Retirado de Caprio (2009: p. 221)

O município de Tanabi foi alcançado pela tão aclamada estrada de ferro Araraquarense somente em 1942, pela Lei n°12.542, de 4 de fevereiro, se localizando bem afastada da cidade, a 7km, depois de muitas promessas, conflitos locais e imbróglios pelo poder público com relação à instalação da linha férrea. (OLIVEIRA, 1977). Apenas em 1959 foi construída uma estação rural, no bairro do Sapé, distrito de Ecatú, pertencente ao município tanabiense.

A comarca, que representaria uma conquista ao poder tanabiense, é alcançada, primeiramente, pela Lei n° 12.802, de 13 de julho de 1942, que determinava a criação de um cartório de imóveis para atender a demanda dos empreendimentos capitalistas que surgiam no município. O deputado, ex-prefeito de Jaboticabal A. P. Whitaker, e deputado, junto com o interventor Fernando Costa, estavam à frente das reivindicações, que enfatizavam ainda, melhoramentos na infraestrutura da Estrada Boiadeira do Taboado, visto que vilas e pequenas cidades já se formavam às margens da rodovia, se tornando povoados dispersos pela falta de integração na governança territorial. Fernando Costa, inclusive, era um grande proprietário de terras da Alta Araraquarense, e sabia que uma reforma na Boiadeira do Taboado era sinônimo de valorização de seus empreendimentos ao longo da estrada. A comarca, enfim, é concretizada em 30 de novembro de 1944, consolidando a atual formação territorial do município, sempre fadado ao atrelamento dos interesses privados sobressalentes às necessidades do povo, disfarçados pelos discursos burgueses como a única via modernizadora.

Figura 19; Tanabi em 1939. Primeiro esboço da atual comarca.

Fonte: Sebastião Almeida de Oliveira, Separata do volume XXXVI do Instituto histórico e geográfico de São Paulo, 1939.

Nota: (1) No livro 1808, Laurentino Gomes faz um grande levantamento com uma conversão de réis em Real, e cabe lembrar que tal conversão, mesmo próxima, não é exata. O valor aproximado é o seguinte:

- 1 Real (Réis) - R$ 0,123
- 1 Mirréis (Mil Réis) - R$ 123,00
- 1 Conto de Réis (Mil mirréis) - R$ 123.000,00
- 900 Contos de Réis - R$ 110.700.000,00
- Em 1846, o Império conseguiu o 1º orçamento superavitário por conta das novas rendas da Alfândega, nessa época 1 saca de café era comprada por 12$000 réis e um escravo valia 350$000 réis, os escravos com habilidades (carpinteiro, fundidor¸maquinista, etc) valiam 715$000 réis.
- Em 1854, a receita total do Império foi de 35.000 contos de réis.
- Entre 1856 e 1862, em Vassouras, 1 conto de réis (1:000$000=1 milhão de réis) comprava 1 escravo.
- Em 1860, 1 conto de réis (1:000$000= 1 milhão de réis) comprava 1 kg. de ouro.
- Considerando que em 15/11/1889, o menor salário mensal (de uma pessoa sem nenhum conhecimento) do Brasil Imperial era 25$000 Réis ou 22,5 gramas de ouro, ou para o caso do ouro cotado em R$130,00 o grama (2017) o salário mínimo seria de R$2.925,00 (2017), o salário de uma professora primária era 45$000 Réis (aproximadamente R$ 5.269,00), o salário mensal de um Heitor/Professor Secundário 167$000 Réis (R$ 19.555,00), o maior salário mensal do País em 300$000 Réis (R$ 35.125,00) e para fins de referência e cálculos toma-se aqui o ouro puro, ou seja, 9 (nove) gramas de ouro 24 quilates, em 15/11/1889 valia 10$000 réis. Vale recordar que os valores expostos são meramente simbólicos e a conversão se baseia somente na cotação do ouro.

À guisa de conclusão

A ciência social, ou a geografia humana, se tornam muito mais didáticas e condizentes com os eventos histórico-geográficos quando estudadas respeitando-se a ordem natural do movimento das relações humanas, pautado na dialética. Como uma totalidade de sistemas integrados entendida como indissociável no que diz respeito ao espaço/tempo (SILVA; LIMA, 2020), permeados por paradoxos relacionais responsáveis por organizar territórios, e que através de análises historiográficas coerentes e rigorosas, despem-se de seus véus ideológicos, que insistem em deturpar os eventos sociais contados e reproduzidos apenas na versão dos dominadores, de forma romântica, memorialista, sem criticidade, escondendo a perversidade de quem sempre se apropriou das riquezas materiais e culturais pela coerção do trabalho alheio.

Dentro da teoria liberal clássica, responsável por nortear a disseminação da relação capitalista de produção nos séculos XIX e início do XX, o termo "liberdade" é tratado como um direito jusnaturalista, ou seja, um direito natural. É claro que tal noção de liberdade inalienável é defendida pelo interlocutor deste texto, mas com o conflito entre as Frentes de Expansão e Frente Pioneira, por exemplo, torna-se necessário refletir sobre o termo liberdade de uma forma mais minuciosa e menos generalista, respeitando a sucessão ontológica de alguns fatos históricos. Como alerta Losurdo (2019), a liberdade é uma conquista histórica, uma construção indissociável do avanço civilizatório. Pensar em um conceito de liberdade ainda em um estado natural se torna anacrônico, já que o meio natural não dispunha de direitos conquistados, "porque esse é o reino da violência generalizada. Assim, é enganosa a ideia de um 'contrato' estipulado com o objetivo de garantir direitos já existentes no estado de natureza" (2019, p. 98). O desconhecimento da contratualidade capitalista do posseiro foi determinante para sua posterior condição subordinada aos fazendeiros, e toda a cadeia de indivíduos relacionada às especulações de terras pela emissão desenfreada dos títulos de propriedades. O direito natural "inalienável" da liberdade de se produzir em sua própria terra preparada e ocupada, não era suficiente para expor ao poder público da época o seu domínio sobre a terra, mas somente com a posse do título de propriedade. Portanto, ao levar em consideração a indiscutível natureza sócio-histórica do termo "liberdade", deixamos de associar o termo a um caráter puramente imaginário, atribuindo uma aplicabilidade no verdadeiro laboratório do cientista social, a história da humanidade.

Dessa forma, os fundamentos marxianos tratados, ainda que de maneira sintética, nos três primeiros capítulos, nos deram base a uma discussão ampla que culmina na fundação de Tanabi (SP) para uma perspectiva materialista e dialética sobre a formação do município. O objeto de estudo da teoria social marxista é a relação capitalista em sua(s) forma(s) ampliada(s) de reprodução, formada por suas contradições imanentes, e que devem ser as mediadoras no entendimento do movimento dialético da realidade concreta, que se apresenta na forma de uma totalidade, um complexo de complexos (LUKÁCS, 2018). A interação com o meio vivido é a sina da espécie humana, inerente ao lugar estabelecido. Esse agir é sempre norteado por uma finalidade, ou dado pôr teleológico, regido pela consciência.

Através da exposição sobre evidência do sentido ontológico do trabalho concreto, foi constatado o pôr teleológico inerente à colonização do sertão paulista, captando a especificidade da ação humana comparada aos outros seres vivos, tendo a finalidade como principal motivadora do agir perante o meio natural, sempre norteada por uma determinada ideologia. O sentido dessa apropriação da terra no noroeste paulista, bem como a valorização territorial promovida pelo grande capital, aliado ao poder público brasileiro, foram norteadas por uma ideologia burguesa de colonização caracterizada pela separação dos trabalhadores de seus meios de produção. Esse teor valorativo se torna chave para a compreensão das forças ideológicas que se impõem como a única via modernizadora possível no projeto de país pensado pelo poder público, às ordens do grande capital, no início do século XX.

Sobre a especificidade da relação do colonato, esta é entendida aqui como um desdobramento típico da expansão compensatória do capital em espaços periféricos, que engendrou através de sua forma comercial relações não capitalistas de produção, baseadas na terra cativa e na coerção da força de trabalho, ainda não totalmente monetizada e fruto de uma modernização conservadora estabelecida na sujeição de classe dos resquícios autoritários da escravidão. A perspectiva de Lencioni (2020 apud SMITH, 2015; HARVEY, 2007), ao trabalhar o desenvolvimento desigual e combinado, abarcando a noção de que o capital não cria só espaço, mas diferentes formas de espacialização, consolidando relações dependentes entre o centro propulsor de tecnologia, e a periferia produtora de matérias-primas, se torna um conceito muito condizente ao evento estudado.

A partir da Crise de 1929, apesar da grande expectativa pelas terras recém-abertas no município tanabiense, as grandes propriedades monocultoras se tornavam onerosas para os fazendeiros, que buscavam retalhar suas terras em menores glebas, compensando

seus investimentos prejudicados pela crise através do mecanismo especulativo do capital fictício. Nesse período, as grandes companhias de colonização, responsáveis pela alocação dos imigrantes nas fazendas, se adaptam ao sistema imobiliário, e agem como as principais instituições responsáveis pela distribuição fundiária no noroeste paulista, junto ao projeto de integração nacional da era Vargas.

Chama-se a atenção para a Alta Araraquarense, uma região de intersecção em que Tanabi se inseriu durante alguns anos (pré e pós crise de 29), em que a Frente Pioneira, representada pela marcha ao oeste, e a monocultura cafeeira, já sem o fôlego de outras épocas, avançava, de um lado; e pelas interioridades do sertão, e da criação de gado, cereais e do algodão, cada vez mais avançando em direção aos grandes centros urbanos que se formavam ao longo da Franja Pioneira, de outro. Essa congruência cultural promoveu uma grande diversidade produtiva no município e o favorecimento na retaliação e especulação de pequenas propriedades.

A concepção valorativa de espaço/mercadoria estava por ser paulatinamente instaurada no país, e portanto, no município, sendo condicionada pela autonomização das formas do capital comercial, induzindo ao eterno rentismo ligado à apropriação do mais-valor gerado pelo trabalho rural. Primeiro, dos colonos nas imensas fazendas de café, e posteriormente, dos parceiros ‘disfarçados’ de assalariados miseráveis que carregavam em si a subserviência ao grande proprietário de terra como herança perversa das antigas organizações produtivas nacionais. A fetichização do espaço agrário tanabiense se tornou um imenso campo na especulação de terras, e constrói mistificações que podem ser identificadas nos discursos políticos ligados ao grande capital agroexportador até os dias atuais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Antonio Tavares de. Oeste paulista: a experiência etnográfica e cultural. Rio de Janeiro: Alba, 1943.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. REVISTA NERA – ANO 12, Nº. 14 – JANEIRO/JUNHO DE 2009.

BEZERRA, Matheus Wallison Santos; PLANOS PARA O PROGRESSO: O TERRITÓRIO, AS IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS E A MODERNIZAÇÃO DO PIAUÍ .Universidade Estadual do Piauí, ENG 2016.

BOECHAT, Cássio Arruda; *Geousp* - A questão agrária em São Paulo: debate sobre o fim do colonato e o surgimento do boia-fria na agricultura paulista – *Espaço e Tempo (Online)*; v. 24, n. 2; 203–225; São Paulo, 2020.

BOTELHO, Maurilio L., Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária », Espaço e Economia [Online], 2016, posto online no dia 17 outubro 2016, consultado o 12 junho 2019.

CAPRIO, Antonio; De Conceição do Jatahy a Tanabi. Editora THS, São José do Rio Preto; 2009.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas. 10 ed. São Paulo: Cortez. 2003.

CLAVAL, Paul; Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey; *Espaço e Economia* [Online], 3 | 2013, posto online no dia 19 dezembro 2013, consultado em 02 agosto 2021.

COUTINHO, C. N. *Antonio Gramsci*: Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v1. 2001.

EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp: Boitempo, 1997p 16.

FALEIROS, Rogério Naques; Fronteiras do café: Fazendeiros e "Colonos" no interior paulista (1917 – 1937), Tomo 7, p. 311 a 354. Tese de doutoramento, Repositório Online Unicamp: Campinas, 2007.

FIX, Mariana; PAULANI, Leda M.; Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização, Brazil J. Polit. Econ. vol.39, no.4, São Paulo. Outubro de 2019.

FUINI, Lucas Labigalini; RESGATE DO TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OBRAS E AUTORES, PPGeo – UFJF, ISSN: 2236-837X V. 9, n. 1, 2019.

_____; O território como História da Geografia, ou Geografia da História? Resenha da obra: MORAES, A. C. R. Território e história no Brasil. SP: Hucitec, 2002. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.37, v.1, p.124-130, jan./jul. 2015.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GODOY, Paulo Roberto T. de; A expansão da fronteira agrícola na Alta Araraquarense: o caso do município de Santa Fé do Sul (1930 – 1960). Tese de mestrado, Unesp - Rio Claro, 1995.

_____; A (des) Construção do Espaço Regional. Tese de doutoramento. PPGGeo Unesp Rio Claro, 2002.

_____; A Valorização Capitalista do Espaço Sob a Perspectiva da Teoria Marxista do Valor. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia Programa de Pós-Doutoramento. USP. Apresentado ao Conselho do Departamento de Geografia e Comissão de Pesquisa, como requisito para obtenção de Título de Pós-Doutoramento. São Paulo, Agosto de 2019.

GOMES, Laurentino. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GRESPAN, Jorge. O Negativo do Capital. São Paulo: Ideias Baratas, 2012.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. O "novo imperialismo": ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento; Socialist Register. Trad. de Maria Izabel Lagoa, pesquisadora do NEILS. Revisão técnica de Lúcio F. R. Almeida. Neste número, publicamos a primeira parte do presente artigo. Julho, 2003.

_____. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. Os limites do capital, tradução Magda Lopes. - [1.ed.] - São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. A recusa de Marx da teoria do valor. Trad.: Carine Botelho Previatti. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 22, n. 1, p. 257-264, 2018.

JÚNIOR, Laércio Monteiro; Articulação de categorias para a análise da financeirização e da produção do espaço no capitalismo contemporâneo. Geousp – Espaço e Tempo (Online) - 17 Jan 2020.

LEITE, Silvia Ibiraci de Souza; OS ITALIANOS NO PODER, CIDADÃOS CATANDUVENSES DE VIRTUDE E FORTUNA: 1918- 1964; Tese de doutoramento, Repositório Online UNESP, Araraquara, 2007.

LENCIONI, Sandra; O capital e seu espaço. Para além de produzir valor e espaço, o capital produz o desenvolvimento geográfico desigual », *Confins* [En ligne], 44 | 2020, mis en ligne le 15 mars 2020, consulté le 18 mars 2021.

LOSURDO, Domenico; Hegel e a liberdade dos modernos; trad. Ana Maria Chiarini e Diego Silveira Coelho Ferreira; !ª ed.; Boitempo; São Paulo, 2019.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social, Tomo I. v.14/ [traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade]. – Maceió : Coletivo Veredas, 2018.

_____. Para uma ontologia do ser social, Tomo II. v.14/ [traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade]. – Maceió : Coletivo Veredas, 2018.

MARX, K. O Capital. Crítica da economia política, Livro Primeiro: o processo de produção do capital, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. O capital [recurso eletrônico] : crítica da economia política : Livro I : o processo de produção do capital / Karl Marx ; tradução de Rubens Enderle - São Paulo : Boitempo, 2013.

_____. O Capital, Crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital / Karl Marx : edição Friedrich Engels: tradução Rubens Enderle. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. O capital: Crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista / Karl Marx ; edição de Friedrich Engels; tradução Rubens Enderle. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *Grundrisse* : manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política; supervisão e tradução Mario Duayer, e Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). – São Paulo : Boitempo ; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011

_____. Contribuição à crítica da economia política / 1859; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARTINS, J. S.; *Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. Capitalismo e tradicionalismo no Brasil: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975.

_____.O Poder do Atraso, São Paulo, Hucitec, 1994.

_____. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira; Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8 (1): 25-70, maio de 1996.

_____. O cativeiro da terra. 9ª edição, Contexto, 2013.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências; Miolo Critica Marxista – p.47 – 66. 2013.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo, Repositório USP, 1984.

MORAES, A. C. R. Ideologias geográficas. São Paulo. Hucitec. 1996.

_____, Antonio Carlos Robert « O Sertão », *Terra Brasilis* [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012.

_____, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____, Antônio Carlos Robert. Território e história no Brasil. São Paulo, Hucitec; AnnaBlume. 2002.

_____, Antônio Carlos Robert; Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MORAES, Cristina de; Formação territorial e Ideologias Geográficas: um olhar sobre o Oeste catarinense entre 1840 a 1930. XVI Encontro Estadual de História da Anpuh de SC / 07 a 10 de junho de 2016.

NARDOQUE, Sedeval; GERARDI, Lúcia Helena de O.; RENDA DA TERRA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM JALES-SP/BRASIL; *Scripta Nova*; REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES, Universidad de Barcelona. Vol. IX, núm. 194 (92), 1 de agosto de 2005.

_____. Apropriação capitalista da terra e a desconcentração fundiária em Jales–SP. / Sedeval Nardoque – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa; A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 20, nº. 37 pp. 13-27 - Mai-Ago./2017.

OLIVEIRA, A. U. A Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. 1ª Edição. São Paulo: FFLCH/ Labur, 2007.

OLIVEIRA, Sebastião Almeida; Subsídios para a história de Tanabi: Posseiros e início do povoamento. Artigo para o 10º Congresso Brasileiro de Geografia, em Belém do Pará; Tanabi, 1942.

_____; Subsídios para história de Tanabi; ARTIGO, REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. P. 227 – 232; VOLUME XLVIII. São Paulo, 1954.

_____; Subsídios para a história de Tanabi. Editora Grafik, São Paulo/SP – 1977.

PALLUDETO, Alex W. Antônio; ROSSI, Pedro: O capital fictício: revisitando uma categoria controversa, Unicamp. IE, Campinas, n. 347, 2018.

PAULANI, Leda; Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo; Revista de Economia Política, vol. 36, nº 3 (144), pp. 514-535, julho-setembro/2016.

REIS, Rafael; Geografia e reprodução social; Geog Ens Pesq, Santa Maria, v. 24, e8, 2020.

RIBEIRO, Cristiane Dornellas. Processo de Trabalho e Processo de Valorização: extração de mais-valia na mineração, Congonhas (MG) / Cristiane Dornellas Ribeiro. Juiz de Fora, UFJF/PPGSS, 2015.

ROCHA JÚNIOR**,** Fernando Leitão Os transgressores da reificação: as contribuições de Lukács e Rubin; Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013.

RUBIN, Isaak Illich. A Teoria Marxista do Valor. Tradução; José Bonifácio de S. Amaral Filho. Prefácio Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo. Coleção Teoria e História, Ed. Polis, São Paulo, 1987.

SABADINI, Mauricio de Souza; Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx; Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 583-608, dez. 2013.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, E de O; SILVA, F. A. C. da; REVISITANDO O CONCEITO DE ESCALA NA GEOGRAFIA. Revisiting the concept of scale in Geography. Bol. geogr., Maringá, v. 32, n. 3, p. 16-27, set.-dez., 2014.

SANTOS, Matheus Wallison; PLANOS PARA O PROGRESSO: O TERRITÓRIO, AS IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS E A MODERNIZAÇÃO DO PIAUÍ , ENG 2016, 24 a 30 de junho de 2016.

SILVA, Ingrid Gomes da; LIMA, Luiz Cruz: *A INDISSOCIABILIDADE ESPAÇO-TEMPO COMO ELEMENTO DE COMPREENSÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA.* Geosul, Florianópolis, v. 35, n. 76, p. 17-38, set./dez. 2020.

VERDI, Elisa Favaro; Yves Lacoste, a geografia do subdesenvolvimento e a reconstrução da geopolítica *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 9 | 2017.

VILAS BOAS, Lucas Guedes; Notas teóricas acerca da renda da terra; Élisée, Rev. Geo. UEG – Porangatu, v.6, n.2, p.129-153, jul./dez. 2017.